



**Universidade de Brasília  
Faculdade de Ciência da Informação  
Curso de Graduação em Museologia**

**Mayara Dias Miranda**

**Fantasmagorias de um museu pedagógico: o Centro Brasileiro de Pesquisas  
Eduacionais do Inep (1938-1959)**

Brasília - DF  
2020

MAYARA DIAS MIRANDA

**Fantasmagorias de um museu pedagógico: o Centro Brasileiro de Pesquisas  
Educativas do Inep (1938-1959)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília – DF  
2020



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**"Fantasmagorias de um museu pedagógico: o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Inep (1918-1959)."**

**Aluno: Mayara Dias Miranda**

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

**Banca Examinadora:**

Aprovada por:

**Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora**

**Professor da Universidade de Brasília (UnB)**

**Doutora em História Cultural - UnB**

**Eva Waisros Pereira - Membro**

**Professora Emérita da Universidade de Brasília**

**Doutora em Ciência da Educação - Universidade Aberta, Portugal**

**Zita Rosane Possamai – Membro**

**Pós-doutoramento Universidade Paris 3 – Sorbonne Nouvelle**

**Doutora em História pela UFRGS**

**Monique Batista Magaldi**

**Professor da Universidade de Brasília (UnB)**

**Doutora em Ciência da Informação - UnB**

**Girleene Chagas Bulhões – Suplente**

**Museóloga formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

**Mestre em Performances Culturais/UFG**

Em 19/11/2020.



Documento assinado eletronicamente por Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação, em 05/12/2020, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Monique Batista Magaldi, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação, em 10/12/2020, às 22:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Eva Waisros Pereira, Usuário Externo, em 28/12/2020, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Zita Possamai, Usuário Externo, em 19/01/2021, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 5977077 e o código CRC 1AA93246.



Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM672f      Miranda, Mayara Dias  
Fantasmagorias de um museu pedagógico: o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Inep (1938-1959) / Mayara Dias Miranda; orientador Ana Lúcia de Abreu Gomes. - Brasília, 2020.  
94 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de Brasília, 2020.

1. Museu Pedagógico. 2. Educação. 3. Imaginação Museal. 4. Museu Pedagógico do Inep. 5. CBPE. I. Gomes, Ana Lúcia de Abreu, orient. II. Título.

*Para minha metade que reluz, Alfredo  
Filho (in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe que é a melhor mãe que poderia ser para mim. Consigo imaginar alguns dos esforços e dificuldades que você e meu pai ultrapassaram por mim. Muitas dessas coisas estão gravadas para sempre no meu ser como uma força tão poderosa que só consigo chegar perto de explicar utilizando a palavra amor.

À minha querida orientadora, a professora Ana Lúcia de Abreu Gomes por quem eu tenho grande admiração e pela paciência e carinho com que sempre me recebe desde a Arquivologia. Se um dia me tornar professora, ela é um dos meus exemplos. Sou grata por sempre me mostrar as possibilidades e me ajudar a enxergar além. Este trabalho não seria metade do que se tornou sem a orientação dela que me mostrou horizontes mais amplos na pesquisa.

Às professoras Eva Wairos, Zita Possamai, Monique Magaldi e Girlene Chagas por terem composto uma banca tão singular, especial e cheia de aprendizados.

À Brenda Narjara, arquivista do Inep e amiga, que pude contar com a paciência em responder minhas dúvidas e envio dos documentos necessários de prontidão nas várias vezes que foram necessárias.

Aos conhecidos e desconhecidos que tenho encontrado pela vida e que me ajudaram de alguma forma na primeira graduação e nesta segunda também. São pessoas que me deram carona da UnB à rodoviária para que eu não perdesse o ônibus, pessoas que me deram conselhos, pessoas que dei conselhos, que joguei conversa fora, que conheci graças à esta universidade ou não. A todos que me ajudaram de forma direta e indireta, que deixaram um pouco de si em mim, que enviaram boas energias e que contribuíram para que eu finalizasse este trabalho.

À todas as pessoas que tenho o prazer de chamar de amigas. Não quero esquecer de ninguém e por isso não vou citar nomes, mas vocês sabem quem são. São anos de amizade, das trocas mais simples às experiências mais memoráveis, vocês são minha família.

Ao meu namorado que na reta final me ajudou com algumas formatações.

À própria UnB, essa universidade que eu vejo e tenho vivido as alegrias e as dificuldades de fazer parte enquanto aluna, mas que me através do ensino eu sempre me vejo aprendendo e em transformação. Esse sonho louco no meio do cerrado que se tornou realidade e muda a vida de tanta gente através da educação.



À mim por ter vivido as dores e as delícias de escrever meu primeiro TCC. Não foi fácil, tive aprendizados, erros, vontade de desistir, vontade de continuar. A escrita científica não é fácil, exige concentração e dedicação, é uma lição sobre constância, dedicação e rotina, coisas que sempre foram muito difíceis para mim. É muito bom ver que o resultado desta dedicação está materializado :)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo mapear a concepção do museu pedagógico do Inep por meio dos documentos arquivísticos e da legislação para compreender de que forma esse museu poderia contribuir para a educação brasileira. Para traçar a análise das ideias que povoaram as concepções desse museu também utilizamos o conceito de *imaginação museal* cunhado por Mário Chagas que é a capacidade dos sujeitos de articularem no espaço e no tempo a narrativa das coisas, ou seja, o pensamento museológico de determinados atores. Chegamos aos nomes de Lourenço Filho, Guy de Hollanda, Anísio Teixeira, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro, como agentes diretamente envolvidos na aura desse museu. Diversos outros nomes compuseram essa imaginação do museu: são os funcionários do Inep e os demais representantes dos Manifestos pela educação. Contudo, esses colaboradores foram sintetizados na figura dos cinco pensadores citados acima. Lourenço Filho também envolvido com a educação de longa data foi o primeiro diretor do Inep; Guy de Hollanda era professor de História e Conservador de Museus e técnico de educação no Inep; Anísio Teixeira foi a face da Escola Nova brasileira tendo contribuído com medidas inovadoras na educação do país; Gilberto Freyre sociólogo, político, escritor, idealizador do Museu do Homem do Nordeste. Darcy Ribeiro, antropólogo, escritor, político, idealizador do Museu do índio. Esses atores tinham a matéria educativa como pano de fundo de sua atuação profissional e museus como instituições ligadas a educação acabam por se vincular e contribuir inexoravelmente para essa pedagogia. A imaginação museal deste museu que não se realizou poderia ser a fagulha para a valorização da educação brasileira. No entanto, identificamos que embora esse museu não tenha sido realizado por completo, parte dessa imaginação foi materializada em um órgão do Inep: o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE).

**Palavras-chave:** Museu Pedagógico. Educação. Imagem Museal. Museu Pedagógico do Inep. CBPE.

## ABSTRACT

This research aims to map the conception of Inep's pedagogical museum through archival documents and legislation to understand how this museum could contribute to Brazilian education. To trace the analysis of the ideas that populated the conceptions of this museum, we also used the concept of museal imagination developed by Mário Chagas, which is the individual's ability to articulate the narrative of things in space and time, in other words, the museological thinking of certain characters. We reached the names of Lourenço Filho, Guy de Hollanda, Anísio Teixeira, Gilberto Freyre and Darcy Ribeiro, as agents directly involved in the aura of this museum. Several other names helped to made up this museum's imagination: they are the employees of Inep and the other representatives of the Manifests for education. However, these collaborators were summarized in the figure of the five thinkers mentioned above. Lourenço Filho, also involved in long-term education, was the first director of Inep; Guy de Hollanda was professor of history, museum conservator and education technician at Inep; Anísio Teixeira was the face of the Brazilian New School having contributed with innovative measures in the country's education; Gilberto Freyre sociologist, politician, writer, creator of the Museu do Homem do Nordeste. Darcy Ribeiro, anthropologist, writer, politician, creator of the Museum of the Indian. These actors had the educational subject as a backdrop for their professional performance and museums as institutions linked to education end up linking and contributing inexorably to this pedagogy. The museal imagination of this museum that didn't existed could be the spark for the valorization of Brazilian education. However, we found that although this museum was not fully realized, part of that imagination was materialized in an organ of Inep: the Brazilian Center for Educational Research (CBPE).

**Keywords:** Pedagogical Museum. Education. Museal Imagination. Inep Pedagogical Museum. CBPE.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Plano de Organização do CBPE de 1956.....	46
Imagem 2: Estrutura do Inep em 1957 .....	59
Imagem 3: Estrutura do Inep em 1969 .....	60
Imagem 4: Organograma do CRPE/RE .....	64

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Edifício sede do CBPE na rua Voluntários da Pátria, nº 107, no Rio de Janeiro, 1958. ....	61
Fotografia 2: Diretores do CBPE caminham à fachada lateral do edifício sede do CBPE na rua Voluntários da Pátria, no Rio de Janeiro, 1958 .....	62
Fotografia 3: Escola de Demonstração do CRPE/RE. ....	65
Fotografia 4: Fachada do CRPE/RE .....	66
Fotografia 5: Gilberto Freyre ao fundo reunido com funcionários do CRPE/RE.....	67
Fotografia 6: Interior de um dos galpões do Centro Educacional Carneiro Ribeiro que abriga o complexo de Escola Parques de Salvador. Do lado esquerdo da foto está Anísio Teixeira acompanhado de representantes .....	69

## LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AtoM	Access to Memory
BBE	Biblioteca Brasileira de Educação
BIE	Bureau International of Education
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Caldeme	Campanha do Livro de Didático e Material de Ensino
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CDP	Centro de Documentação Pedagógica
CECR	Centro Educacional Carneiro Ribeiro
Cileme	Campanha de Inquéritos e Levantamentos de Ensino Médio e Elementar
CNME	Campanha Nacional do Material de Ensino
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CRPE/BA	Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia
CRPE/MG	Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais
CRPE/RE	Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife
CRPE/RS	Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul
CRPE/SP	Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo
DAM	Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério
DDIP	Divisão de Documentação e Informação Pedagógica
DEPS	Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais
DEPE	Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais
DNE	Departamento Nacional de Ensino
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
IBECC	Instituto Brasileiro para a Educação, a Ciência e a Cultura
Icofom	Comitê Internacional para Museologia
Icom	Conselho Internacional de Museus
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Inep	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHN	Museu Histórico Nacional
Mude	Museu da Educação do Distrito Federal
OEA	Organização dos Estados Americanos
Onicom	Organização Nacional do Conselho Internacional de Arquivos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Projeto Acadêmico Complementar
ProIC	Programa de Iniciação Científica
RBEP	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I</b> .....	21
<b>1.Aspectos Teórico-metodológicos</b> .....	21
<b>CAPÍTULO II</b> .....	24
<b>2. Guy de Hollanda e o ativismo na criação do Museu Pedagógico do Inep</b> .....	24
<b>2.1 Movimento Escolanovista</b> .....	26
<b>2.2 A formação do Inep e a proposta de criação de um museu pedagógico em sua estrutura</b> .....	37
<b>CAPÍTULO III</b> .....	57
<b>3. Museu Pedagógico: da análise documental à imaginação museal</b> .....	57
<b>3.1 A Imaginação Museal do Museu Pedagógico do Inep</b> .....	72
<b>CONCLUSÃO</b> .....	78
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81

## INTRODUÇÃO

Ingressei na graduação em Arquivologia no segundo semestre de 2011 e finalizei esta graduação no segundo semestre de 2015. Durante o curso, na universidade, procurei participar de Projetos Acadêmicos Complementares (PACs) e realizei um Programa de Iniciação Científica (ProIC) no penúltimo ano de curso. Para além do oferecido na UnB também fiz estágios para praticar o conhecimento adquirido em sala. Os PACs, o ProIC e os estágios envolveram atividades arquivísticas que se constituíam na organização da informação e gestão de documentos.

Após a finalização do curso de Arquivologia ingressei na graduação em Museologia sem intervalo entre um curso e outro. A ideia de cursar Museologia veio de uma falta que sentia na Arquivologia de uma maior interação com um campo mais dinâmico e artístico. A grade curricular de Arquivologia é voltada para Administração, História e a Teoria Arquivística, que são áreas que me interessam, mas por vezes acabam se fechando dentro do aspecto administrativo que o arquivo se insere. O arquivista acaba se tornando um grande especialista do acervo, mas acaba limitado dentro daquela especialidade sendo que para migrar para outros temas teria que seguir para um outro arquivo. Como os dois cursos estão dentro da mesma Unidade Acadêmica da UnB (Faculdade de Ciência da Informação) imaginei que poderia aproveitar os conhecimentos adquiridos na primeira graduação e aplicá-los na segunda, sobretudo trabalhando com documentação museológica. .

Contudo, quando fiz a disciplina de Museologia 3, no segundo semestre de 2018 com a professora Ana Abreu notei como o Educativo, embora por vezes, negligenciado, é uma parte importantíssima nos museus. Anteriormente a esse semestre trabalhei em uma instituição cuja atividade finalística era promover indicadores da educação brasileira, uma função muito importante para se medir a qualidade do ensino no Brasil. Esta instituição é o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), da qual fizeram parte pensadores brasileiros que estiveram à frente da formação da educação brasileira como Anísio Teixeira e Lourenço Filho. As crises políticas que o país tem atravessado também me impulsiona a trabalhar com um tema ao redor da educação, pois considero que a chave para uma sociedade justa e igualitária está na formação do pensamento crítico que se dá por meio de uma educação de qualidade. Temos observado o enfraquecimento proposital da educação brasileira com cortes de verbas. Temos observado também que discursos



tendenciosos têm sido alimentados e que o ensino universitário público tem sido colocado como inversor de valores. Uma série de distorções propagadas para que se justifique corte de investimentos na educação pública nacional. Dentro dessa perspectiva, o tema da educação trazido à luz da Museologia me parece interessante para pensar como o ensino educacional brasileiro poderia ser transformado por meio do potencial educativo dos museus. Assim, este trabalho tem como pretensão analisar as propostas de criação do Museu Pedagógico do Inep a partir das discussões que permearam a construção desse museu que, de fato, não chegou a se concretizar.

Em sua primeira reformulação após o ano de sua criação em 1937, o Inep que à época se chamava Instituto Nacional de Pedagogia, passou a se chamar Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Decreto-Lei nº 580 de 1938). Além da mudança de nome, o Instituto passou a ter as seguintes atribuições de acordo com o artigo 2º do referido decreto:

Art. 2º Compete ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos:

- a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas;
- b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;
- d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional;
- e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas.

O parágrafo 4º do Decreto-Lei nº 580 de 1938 explicita a nova estrutura do Inep:

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Saúde, abrangerá, além de um Serviço de Expediente, quatro secções técnicas, um Serviço de Biometria Médica, uma Biblioteca Pedagógica e um **Museu Pedagógico**. (BRASIL, 1938, grifo nosso).

Tendo em vista que o Inep seria o mantenedor e organizador dos processos pedagógicos em âmbito nacional como fica claro nas alíneas do artigo 2º e tendo um museu envolvido dentro dessa administração pedagógica alguns questionamentos

vêm à mente: que imaginação museal<sup>1</sup> esteve contida na criação desse museu? Poderia o Museu Pedagógico do Inep a partir do seu projeto de criação desenvolver programas educativos que se tornassem modelo a ser propagado para a educação brasileira?

Myrian Santos ao resenhar sobre a tese de Mário Chagas que apresenta o conceito imaginação museal assinala

**Os museus são vistos através de narrativas e práticas sociais em que imaginação poética e práxis política se entrelaçam.** Três pensadores<sup>2</sup>, todos consagrados pelas Ciências Sociais, **observaram, descreveram e atuaram sobre seu mundo.** Os três intelectuais contribuíram para a constituição de **coleções que devem ser lidas como parte de suas narrativas** e como a intervenção de cada um deles no cenário da nação. **Eles criaram imaginários próprios para a nação e a eles associaram os museus ideais.** (SANTOS, 2010, p. 103, grifo nosso)

A análise desse potencial pretende, no campo da Museologia, contribuir para os estudos que envolvem o educativo nos museus e dentro do curso de Museologia da Universidade de Brasília com o Eixo 1 - Teoria e Prática Museológica.

O que motivou a realização dessa pesquisa foi a curiosidade em verificar por meio da pesquisa documental como, segundo a proposta do Inep, o Museu Pedagógico operaria como um fomentador da pesquisa em pedagogia e educação em âmbito nacional a partir das atividades de seu museu. O Inep possui em seu acervo riquíssima documentação arquivística a ser estudada e sua associação a um projeto de museu torna esse acervo ainda mais atrativo para a seara de estudos em que os museus estão inseridos. À título de contextualização do leitor

O termo “museu” tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio. A forma e as funções do museu variaram sensivelmente ao longo dos séculos. Seu conteúdo diversificou-se, tanto quanto a sua missão, seu modo de funcionamento ou sua administração. (CONCEITOS-CHAVE DE MUSEOLOGIA, 2013, p. 64)

Contudo, suas funções permanecem como pontua Martin Schärer que

define o museu como ‘um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são **salvaguardados e estudados, bem como comunicados** enquanto signos para interpretar fatos ausentes’ (SCHÄRER, 2007 apud CONCEITOS-CHAVE DE MUSEOLOGIA 2013, p. 65, grifo nosso)

<sup>1</sup> Conceito desenvolvido na tese de doutorado de Mário Chagas Intitulada "Imaginação Museal: museu, memória, poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro."

<sup>2</sup> A autora, que foi a orientadora da tese que apresenta o conceito *imaginação museal* refere-se a Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro que foram as personagens de estudo de Mário Chagas em sua tese. Contudo, esse conceito se amplia a qualquer pessoa que tenham utilizado os museus como instrumentos de seus ideais.

Museus realizam as atividades de pesquisa, comunicação e preservação e neste tripé reside o que diferencia um museu de outras instituições no trato de seu acervo.

Com este argumento fica o questionamento de como poderia ter sido esse museu do Inep e suas contribuições para os processos educativos. Essa dimensão educativa é trazida por Edvan Queiroz (2013, p. 25) ao citar Marlene Suano (1986, p. 10) que define o museu “uma coleção de espécimes de qualquer tipo e está, em teoria, ligado com a educação ou diversão de qualquer pessoa que queira visitá-la”. Em uma compilação pelas definições teóricas da área para museu o autor depreende que com definições tão diversas quanto às que se apresentaram ao longo do tempo “as instituições museológicas moldam-se ao acompanhar aqueles que representam.” (QUEIROZ, 2013, p. 26). Essa inferência nos leva em direção a pensar que esse modelamento tem a ver com a *imaginação museal* que vai se construindo em torno do museu em seus diferentes momentos.

Na busca por desvendar essa questão esta pesquisa tem como objetivo geral identificar como a *imaginação museal* do museu pedagógico do Inep se constituiu para, a partir daí caracterizá-la e compreender como ela, essa imaginação, poderia vir a contribuir para o aprimoramento da educação brasileira. Para cumprir esse objetivo geral o trabalho se desdobra em dois objetivos específicos: apresentar as discussões em torno da criação do museu contidas nos documentos de arquivo e analisar o fenômeno museu na figura desse museu pedagógico como operador/agenciador de transformações na educação brasileira.

A monografia de Edgar Sussekind<sup>3</sup>, técnico em educação do à época Instituto Nacional de Pedagogia<sup>4</sup>, atual Inep, delinea um panorama bastante completo de como museus têm potencial educativo intrínseco e como este deve ser um complemento à educação escolar, tal qual a escola deve ser um complemento ao

---

3 A monografia intitula-se *A Extensão Cultural dos Museus*, apresentada em 1946 no Museu Nacional. Disponível em: <[http://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Livros/livro\\_MENDONCA-EDGAR.pdf](http://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Livros/livro_MENDONCA-EDGAR.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2020

4 Hoje chamado Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira, após aprovação do Projeto de Lei nº 2.515 de 2000 da Câmara dos Deputados que propunha em homenagem ao centenário de Anísio Teixeira ocorrido em 12 de julho de 2000 adicionar seu nome ao instituto. A tramitação do PL está disponível na íntegra no Processo disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=14D322EC59BC70927C09599A1FF110F.proposicoesWebExterno2?codteor=1120999&filename=Dossie+-PL+2515/2000](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=14D322EC59BC70927C09599A1FF110F.proposicoesWebExterno2?codteor=1120999&filename=Dossie+-PL+2515/2000)> Acesso em: 23 jul. 2020

processo educativo proporcionado pelo museu. Esse potencial educativo é o que o autor chama de extensão cultural dos museus. Sussekind argumenta que

Chegará breve a época em que não terá razão de ser nem mesmo a distinção de intencional dada à educação pela escola para diferenciá-la da fornecida esporadicamente fora dela; basta, apenas, que os museus e instituições congêneres dêem expressão regulamentar a uma situação de fato, e proclamem a sua decisão de agir deliberadamente, intencionalmente, no processo educativo. (1946, p. 14)

Esse reconhecimento do viés educativo dos museus pelo corpo técnico do Inep é importante para compreendermos como se sedimentou a ideia do Museu Pedagógico; é igualmente importante para pensar como esse museu proposto dentro da estrutura do principal órgão da educação brasileira poderia contribuir para emanar formas de pensamento e pedagogias às escolas brasileiras, aos educadores e porque não a outros museus.

Talvez o Inep possuísse desde os primórdios vocação para possuir um museu em sua estrutura. Lourenço Filho ao escrever sobre o histórico de formação da instituição traz curiosa informação de que

As [primeiras] instalações se resumiam nalgumas salas do velho edifício do Calabouço, onde funcionavam várias repartições e, na maior parte dele, o Museu Histórico Nacional. Diga-se de passagem que a proximidade desse Museu igualmente lhe foi muito útil. (2005, p. 182)

As primeiras salas do Instituto e conseqüentemente seu nascedouro administrativo se deram nas dependências do Museu Histórico Nacional, contudo, a criação de seu próprio museu, o Museu Pedagógico não saiu do papel. Os textos de Edgar Sussekind e Lourenço Filho nos ajudam a construir visualmente como o Inep iniciou seus trabalhos a partir de seu histórico e da indicação da extensão cultural dos museus em geral.

Ao mesmo tempo, ao passo que tratamos da história do museu pedagógico do Inep, para delinear essa pesquisa precisamos buscar autores que dissertam sobre os museus em geral e sua vinculação com a educação. Zita Possamai ao correlacionar a história dos museus e a história da educação para encontrar o ponto em comum entre museus e educação estabelece como delimitador deste campo os seguintes agentes:

o campo que vem sistematizando e definindo o conhecimento em História da Educação é composto por agentes localizados, historicamente, nas escolas normais e, mais recentemente, nas universidades, especialmente nos programas de pós-graduação, que, por sua vez, espriam-se nas

associações profissionais, congressos e revistas da área. No caso, da história dos museus, pode-se tentar delinear um sub-campo no interior do campo da Museologia, onde interagem profissionais de museus das mais diversas áreas; pesquisadores que atuam no espaço acadêmico de diferentes áreas; associações profissionais internacionais, como o Conselho Internacional de Museus e seus respectivos comitês; associações profissionais nacionais; programas de formação universitária em diferentes níveis e áreas, de acordo com as particularidades nacionais. (POSSAMAI, 2014, p. 19)

Segundo a autora, reconhecer esses campos é útil para buscar entender a relação entre museus e educação, pouco explorada segundo ela. Ainda segundo a autora, a História da Educação no Brasil comporta três grandes momentos: criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que buscava afirmar a construção de uma educação nacional por meio de publicações e por meio dela a criação de uma identidade nacional; a inclusão da disciplina de história da educação nos currículos das escolas como reflexo dos ideais da Escola Nova; e por fim, na inserção da história da educação como disciplina de pós-graduação nas universidades públicas brasileiras (POSSAMAI, 2014). Avançando para o momento de intersecção entre essa história da educação e os museus, Zita Possamai considera que a concepção da Nova História Cultural<sup>5</sup> abriu espaço para renovar o pensamento sobre a História da Educação de forma que “novos objetos ganharam lugar, como o estudo das culturas escolares, das práticas de leitura e de escrita, bem como antigos objetos receberam novos aportes, como o estudo das ideias pedagógicas, das instituições escolares, da profissão docente” (FONSECA, 2003; FRAGO, 2005 apud POSSAMAI, 2014, p. 21). Esses estudos possibilitaram o foco em

impresos e escritos diversos, cadernos escolares, mobiliário, artefatos, gravuras, fotografias, álbuns, vídeos, ampliando as fontes até então utilizadas para aquelas atinentes à cultura escrita, à cultura material e à cultura visual. (POSSAMAI, 2014, p.21).

Dentro desse processo de renovação dos estudos educacionais, o museu nas suas tipologias atinentes - museus escolares e museus pedagógicos, segundo esta autora passaram a ser notados como parte do processo.

Sobre os museus pedagógicos Zita Possamai ainda destaca:

Além dos museus escolares, a História da Educação investiga os museus de educação, também denominados museus pedagógicos, criados por diferentes países a partir da segunda metade do século XIX. [...] Dezenas de países criaram seus museus nacionais de educação, destacando-se o Museu South Kensington criado na Inglaterra, em 1857; o Museu Pedagógico da Áustria, criado em 1873 e o Museu Pedagógico da França, formalmente

---

5 A Nova História Cultural se desenvolveu a partir das décadas de 1980 adensando os ciclos de renovação da História em torno das práticas e representações culturais.

instituído em 1879 (Majault, 1979). [...] Esses museus continham biblioteca pedagógica, lojas de materiais escolares, coleções de materiais pedagógicos, arquivos de documentos históricos, realizando estudos estatísticos sobre a educação no País e oferecendo serviços de publicações, conferências públicas e auxílio aos professores e ao ensino escolar (POSSAMAI, 2014, p. 22).

A segunda metade do século XIX e o início do século XX foi um importante período na conformação dos museus de temática educativa. A mudança na forma de se investigar a história a partir da Nova História Cultural e os ideais republicanos fomentaram pelo mundo a criação de museus nacionais de educação, como aparelhos dos estados nacionais voltados à afirmação das identidades nacionais. Zita Possamai chama atenção que esses museus educativos adquiriram um aporte estrutural específico tendo em vista sua temática e que por isso

não se caracterizando como os museus clássicos, originados a partir de uma coleção de obras de arte alocadas em uma edificação histórica, permitindo observar uma apropriação específica das representações e práticas relacionadas à Museologia por parte da Educação. Esses museus continham biblioteca pedagógica, lojas de materiais escolares, coleções de materiais pedagógicos, arquivos de documentos históricos, realizando estudos estatísticos sobre a educação no País e oferecendo serviços de publicações, conferências públicas e auxílio aos professores e ao ensino escolar. (POSSAMAI, 2014, p. 22)

No caso brasileiro, o primeiro grande projeto posto em prática de uma instituição museal de fomento à educação foi o *Pedagogium*. Criado por meio do Decreto nº 667 de 16 de agosto de 1890 e depois novamente regulamentado pelo Decreto nº 980 de 8 de novembro de 1890, não recebia a alcunha de museu, mas sua estrutura deveria conter como consta no artigo 2º:

- a boa organização e exposição permanente de um Museo Pedagógico;
- conferencias e cursos scientificos adequados ao fim da instituição;
- gabinetes e laboratorios para o estudo pratico de sciencias phisicas e historia natural;
- concursos para os livros e material classico das escolas publicas primarias;
- exposições escolares annuaes;
- direcção de uma escola primaria modelo;
- instituição de uma classe typo de desenho e de officinas de trabalhos manuaes;
- publicação de uma Revista Pedagogica. (sic)

Além disso, deveria orientar sobre a criação de museus pelo país bem como organizar os museus escolares (POSSAMAI, 2014). A mesma autora ainda faz interessante apontamento que vai ao encontro do que esse trabalho se propõe a discutir, isto é, como Museologia pode contribuir por meio do museu para irradiar os processos pedagógicos. Assim, a autora diz

apropriação feita pela Educação das representações de museu, conferindo a este (sic) práticas específicas que permitem problematizar e relativizar os usos clássicos dos museus. Para a Museologia, é fundamental aproximar-se desses museus, não apenas no sentido de conhecer a historicidade das apropriações de práticas e representações que se configuraram em artefatos e instituições museológicas datadas no tempo e que hoje não mais existem, mas no sentido de verificar a permanência e as reinvenções desses museus na atualidade reunidos em movimentos em diversos países na perspectiva da preservação do patrimônio educativo. (POSSAMAI, 2014, p. 23)

No Brasil, os universos da educação e dos museus (por meio da Museologia) passaram a se entrelaçar após a Segunda Guerra e expandiram-se para novos horizontes. Nas palavras de Paulo Knauss:

nesse percurso intelectual da museologia no século XX, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, é como foi sendo elaborado um encontro original entre museus e educação. Se nos anos da década de 1950, no Brasil, esse encontro colocou os museus na esteira da escola e do ensino escolar, a partir dos anos de 1980 esse encontro não deixou os museus na dependência da escola, criando espaço educativo alternativo, peculiar e próprio em torno do patrimônio cultural. (KNAUSS, 2011, p. 596)

Por serem lugares de ensino por excelência os museus ficaram em determinado momento como aparelhos anexos, apêndices, nas palavras de Waldisa Russio (1977, p.113) à escola enquanto a principal casa de ensino. Os museus escolares e pedagógicos são as tipologias de museus que ficaram sob esse estigma e até mesmo uma confusão terminológica entre eles contribuiu para esse viés. Vania Alves (2016, p. 53) em sua tese relata que há uma certa dificuldade de delimitação<sup>6</sup> entre um tipo de museu e outro, pois

os termos museus escolares, museus pedagógicos e museus de educação deparam com uma indefinição terminológica que transcende o âmbito linguístico, dificultando a identificação de museus que, por seu objeto, funcionamento e estrutura, se caracterizam como tais.

Alves ainda reflete que essa dificuldade se dá também por fronteiras de "uso linguístico territorial, assim como de elementos conjunturais de caráter histórico, político, cultural e não somente de significado." (2016, p. 54) em que se forma uma linha tênue entre museus pedagógicos e museus escolares.

---

6 A autora comenta que tal confusão de nomenclatura parece recorrente ao campo da museologia quando se tenta definir as tipologias de museus nas suas vertentes mais recentes, incorrem em confusão entre tipologias que se interconectam.

A fim de estabelecer as noções entre um museu e outro Florisvaldo Trigueiros (apud Ana Carolina Faria) indica os públicos do museu escolar e do museu pedagógico:

O museu pedagógico tem como público alvo os professores, e às coleções são compostas por materiais que representam o cotidiano escolar e a evolução dos métodos de ensino. Espaços auxiliares, como bibliotecas e arquivos especializados, são de vital importância. [...] Com outro perfil, o museu escolar tem como público alvo as crianças e o enfoque do acervo voltado para a assistência nas disciplinas cursadas (FARIA, 2014, p. 61).

Porém superando a questão das dificuldades terminológicas o museu pedagógico é, assim, uma tipologia dentre os museus dedicados à temática da educação tendo seu momento de expansão no fim do século XIX e até a primeira metade do século XX.

Em uma visão mais ampliada as duas tipologias de museus se encaixam como

museus de educação para designar materiais, espaços e instituições, configuradas desde a modernidade, cujas temáticas e coleções estiveram especificamente vinculadas à educação, denominada de acordo com o contexto investigado como instrução ou ensino. Estão, desse modo, para fins operacionais, incluídos nessa tipologia os materiais didáticos produzidos para Lição de Coisas, os espaços e museus conformados no espaço da escola e os museus locais, regionais ou nacionais de educação, estes últimos denominados, entre final dos novecentos e início do século XX, como museus pedagógicos. (POSSAMAI, 2015, p. 107)

Carrilo et al. (2011, apud Vania Alves, 2016 p. 56) interpretam quatro momentos de existência dos museus pedagógicos: ascensão de 1850-1878, apogeu de 1878-1931 e declínio de 1931-1986 e uma nova curva de crescimento a partir do fim dos anos 80 em diante tendo um novo impulso provocado pela ressignificação das discussões sobre museus e também da virtualidade no universo museal.

Sendo ainda o nome Museu Pedagógico uma denominação “surgida no século XIX em um contexto específico do mundo ocidental, de línguas latinas, para se diferenciar dos museus escolares” (ALVES, 2016, p. 54). A autora traz ainda que museus pedagógicos tem em sua estrutura:

de uma parte, uma biblioteca de obras sobre educação, de legislação e administração escolar, assim como obras clássicas, propriamente ditas; de outra parte, de coleções de material de ensino e de mobiliário escolar (PELLISON, 1882, p. 1367 apud CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011 apud Vania ALVES, 2016, p. 54)



O aumento de museus pedagógicos, naquele contexto, ocorreu em resposta a uma necessidade mercadológica provocada pela Revolução Industrial.

[A] criação desses museus, situado a partir da segunda metade do século XIX, momento no qual expansão industrial, modernização e metropolização colocavam na ordem do dia um ideal de progresso e civilização. Na configuração dessa nova ordem, à educação foi atribuído um papel de fundamental importância na constituição de cidadãos afinados com os preceitos de uma modernidade desejada. Se o desenvolvimento tecnológico apontava para as potencialidades infinitas da inventividade humana, à educação cabia a tarefa de formação de novos sujeitos sintonizados com os paradigmas da racionalidade científica então vigentes. (POSSAMAI, 2015, p. 108)

Havia uma necessidade de se formar alunos preparados ao mercado laboral e, para tanto, o museu seria o laboratório a se pensar essas técnicas e também apresentá-las aos alunos, procurando para isso um aperfeiçoamento do corpo docente. Contudo, anterior ao foco no preparo do aluno, o intuito desses museus era promover ao público inovações industriais. Surgiram daí as seções educativas que mediavam um entendimento de tais invenções ao público nas exposições que ocorriam. Mais tarde essas exposições mediadas pela seção educativa proporcionaram o nascimento dos museus pedagógicos. Sua estrutura física podia apresentar setores variados como:

biblioteca pedagógica; loja de equipamentos escolares; coleções de material pedagógico e escolar; arquivos históricos e estatísticos sobre a educação desenvolvida no país e no estrangeiro; serviços de edições pedagógicas e de organização de conferências públicas; serviços de apoio aos professores e ao ensino escolar. Seu amplo escopo permite inferir seus objetivos vinculados à necessidade de reunir os dados e materiais necessários à organização de uma ciência positiva da educação, calcada sobre fatos e dados observáveis, além de constituir-se em centro de formação continuada de professores. (POSSAMAI, 2015, p. 109)

Um outro fator que se tornou ponto de virada para constituição desses museus é que eles se tornaram um símbolo de uma identidade nacional. Dentre os dispositivos que o nacionalismo passa a operar para fazer uso para afirmação de um Estado forte, o museu figura como uma tela para o público das mudanças positivas das novas formas de governo, como é o caso do republicanismo em que os museus foram usados como aparelhos do progresso. A sua intrínseca função educativa passou a ser usada também como porta-voz de reformas no campo da educação que os Estados recém-formados procuravam realizar (ALVES, 2016, p.54).

Assim, os museus educativos adquiriram a seguinte formação:

difusão pedagógica a partir da coleção de bens, criação de novos materiais ou programação de atividades de divulgação pedagógica; as exposições

contavam com coleções racionalizadas; e as políticas de ampliação das coleções estiveram centradas nas inovações educativas (ALVES, 2016, p. 58).

Dentro das mudanças de escopo identificadas por essa autora, a partir de 1931, houve uma conversão de muitos museus pedagógicos em centros nacionais de documentação pedagógica centrando-se na conservação e estudo da história da educação. No decorrer de suas ações, foram transformando-se em centros de conservação e investigação pedagógica nas áreas de organização escolar e investigação histórica. A criação de museus universitários, muitos museus pedagógicos passaram a ser geridos por professores. A consequência dessa direção é um maior foco em pesquisa e divulgação, do que em conservação e preservação do acervo.

A autora ainda identifica que pela multiplicidade de acervos envolvidos há uma fronteira pouco definida entre arquivos, museus e bibliotecas, de forma que funções desses três "lugares de memória" aparecem para abarcar a complexidade dessa tipologia de museu.

Formadas por bibliografias especializadas, materiais didáticos, utensílios, mobiliário escolar, jogos, as coleções possibilitavam que museu, arquivo e biblioteca fossem consideradas partes intrínsecas de um mesmo projeto (ALVES, 2016, p. 60).

Vemos então a adoção dos museus pela educação como espaço de extensão da apreensão educativa e pedagógica. A Museologia tem saído então, nas últimas décadas, de um entendimento centrado somente na ideia de "museu-caixa forte" e seu colecionismo, como classificam Danièle Giraudy e Henri Bouilhet (1990), e passou a compreender também tipos de coleções e ações que fogem ao tradicional e remodelam o fazer museal. Essa transformação inclui o redesenhar do museu como espaço de afirmação de diversas temáticas. O caso da educação é apenas uma dessas diversas temáticas que se utilizam do espaço museal para defesa de seus argumentos. Uma dupla que interage com naturalidade visto que museus são espaços de ensino e aprendizagem. Essa heterogeneidade que os museus adquirem permite uma variedade de definições do que é o museu e dentro das diversas definições de museus cunhadas nesse processo, e que tem se transformado em virtude da própria transformação da instituição museu no contexto social recente. De forma geral tem sido adotado como museu a ideia mais ampla de

uma função específica, que pode tomar a forma ou não de uma instituição, cujo objetivo é garantir, por meio da experiência sensível, o acúmulo e a transmissão da cultura entendida como o conjunto de aquisições que fazem de um ser geneticamente humano, um homem (DELOCHE, 2007 apud CONCEITOS-CHAVE DE MUSEOLOGIA, 2013, p.66).

A sistematização dessas questões dentro da monografia ficará dividida de forma que no primeiro capítulo sejam apresentados os mecanismos que possibilitaram reunir o conjunto documental utilizado nesta pesquisa para reconstituir os caminhos dessa *imaginação museal* do museu pedagógico do Inep. No segundo capítulo, a pesquisa se ocupou de falar sobre uma personagem que não imaginávamos envolvido neste processo: Guy de Hollanda, funcionário do Inep e professor que por ter feito o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional tinha maior familiaridade com o tema e por diversas vezes propôs a articulação de um museu no Inep.

A ideia do museu pedagógico ganhou visibilidade nos primeiros vinte anos de Inep paralelo ao adensamento do movimento escolanovista<sup>7</sup> naquele momento. Os representantes escolanovistas brasileiros ocupavam cargos políticos de destaque e o Inep parece ter sido, enquanto instituição pública nacional, representante e mantenedor dos postulados desse movimento, já que tinha como dirigentes personagens que foram responsáveis pela revitalização da educação no Brasil por meio da Escola Nova. O terceiro capítulo adentra na análise da *imaginação museal* desse museu que nunca existiu e acompanha o processo de criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Nesta ótica, a tese de Mário Chagas se tornou um norte, visto que o autor trabalhou nesse texto com dois de três autores que estavam diretamente envolvidos com o CBPE: Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre. No trabalho do autor, tivemos a oportunidade de compreender a *imaginação museal* desses autores e compreender também o pensar de Anísio Teixeira que configurou o CBPE. Somamos essas imaginações aos vestígios encontrados nos documentos e com essa estrutura buscamos compreender como os dirigentes e servidores do Inep imaginavam esse Museu Pedagógico e caminharam em direção à sua concretização mesmo que sem sucesso.

---

<sup>7</sup> Esse movimento é melhor aprofundado no capítulo 2.

## CAPÍTULO I

### 1. Aspectos Teórico-metodológicos

Tendo como objetivo principal estudar o processo de constituição do Museu Pedagógico do Instituto Nacional de Pedagogia, assim chamado o Inep em um primeiro momento, foi necessário realizar contato com a instituição. Para tanto, procurou-se buscar a estrutura interna que tem como função cuidar da gestão documental e concorrer para a preservação da história institucional: os arquivos<sup>8</sup>. Foram solicitados ao Arquivo Histórico do Inep, por meio do atendimento ao pesquisador, todos os documentos que remetesse às entradas "Museu Pedagógico", "Museu", "Pedagógico", "Lourenço Filho", "Pedagogia", "Educação". A solicitação pela busca de documentos com essas palavras-chave tentou possibilitar uma filtragem de documentos que tratassem do Museu Pedagógico dentro do histórico de constituição do Inep. Como resultado, foram recuperados na pesquisa atendida pelos funcionários do Inep um total de doze maços<sup>9</sup> de documentos do acervo permanente do Inep. A arquivista que atendeu minha solicitação no Arquivo Histórico me enviou uma lista com os metadados recuperados da pesquisa referente aos doze maços. Os documentos foram recuperados a partir dos itens "Data", "Série" (referindo a série<sup>10</sup> documental a que pertence o documento dentro do arranjo documental arquivístico da documentação), "Pasta", "Localização", "Maço" e "Assunto", que se refere a um resumo do conteúdo do maço, e, "Local" que se refere ao local geográfico de produção do documento. A partir dessa listagem realizei a leitura e uma seleção primária do que seria adequado à pesquisa e o que não era

---

8 Segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2006, p. 23) "os arquivos [...] guardam os documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardados orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem às finalidades para as quais foram criados. Esses documentos são, na realidade, os mesmos de que se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto dos arquivos permanentes".

9 Os maços são a forma de organização dos documentos no arquivo histórico do Inep que consiste em um conjunto documental envolto em um mesmo invólucro que ajuda a proteger os documentos durante o manuseio e guarda nas caixas-arquivo. Esses invólucros são comumente chamados de "camisas", pois encobrem os documentos de forma paliativa e ajudam a mantê-los em um determinado padrão nas caixas. No caso do arquivo histórico do Inep esses maços são aproveitados como parte do endereçamento documental, de forma que são numerados e essa informação numérica é parte do processo de busca e recuperação dos documentos.

10 Segundo Ieda Pimenta Bernardes série é o " Conjunto de documentos resultante do exercício de uma mesma competência, função ou atividade, documentos estes que têm idêntico modo de produção, tramitação e resolução" (1998, p. 46)

relevante. Nessa etapa, foram excluídos da solicitação três maços de documentos, pois continham assuntos que eram divergentes à pesquisa. Após minha devolutiva o Arquivo Histórico deu início à digitalização dos itens solicitados. Assim, me foi concedido acesso a nove maços de documentos digitalizados para *download* por meio de uma plataforma de compartilhamento remoto. Após o recebimento e leitura dos documentos, ficou claro que dois documentos não se encaixavam dentro do escopo desta pesquisa, tratando de assuntos diversos à temática do Museu Pedagógico do Inep. Além desses, foi detectado que um dos maços recuperados é uma duplicata de um relatório elaborado por Guy de Hollanda que consta dentro de outro maço também recuperado pela base de dados do Inep. Ao final desta análise documental, selecionamos seis do total de maços de interesse a este trabalho. Os seis maços, no entanto, apresentaram lacunas temporais: de 1945 para 1956-1958, e depois 1967, situação<sup>11</sup> que pareceu estranha dado que o Museu Pedagógico foi bastante debatido nas primeiras gestões do Inep. Tendo conhecimento de que no ano de 2017 o Inep iniciou a alimentação da plataforma *Acess to Memory* (AtoM), reconhecida plataforma de código-aberto para descrição de documentos nos padrões arquivísticos internacionais, recorri a esta ferramenta disponibilizada na internet<sup>12</sup> e digitei no campo de busca "Museu Pedagógico". Uma gama de resultados surgiu na tela, os quais também precisaram ser filtrados manualmente, já que por vezes faziam menção a outros museus que não o Museu Pedagógico do Inep. Dessa forma, nesta nova rodada de buscas já realizada durante a escrita deste trabalho foram encontrados mais quatro documentos de interesse que incluem alguns anos entre 1953 e 1971. Conforme a pesquisa foi sendo construída novos acessos ao AtoM foram necessários para que fosse possível costurar, dentro das possibilidades, o histórico sobre o Museu Pedagógico. Assim, recorri ao AtoM mais vezes do que o planejado inicialmente realizando uma busca exaustiva pela série CBPE constante na plataforma, buscando todos os documentos que remetessem a "Anísio Teixeira", "Guy de Hollanda", "Museu Pedagógico" e "CBPE", dentre os mais de setecentos documentos inseridos nessa série. Como nesse momento a pesquisa já estava em andamento novas "pistas" para a pesquisa desse museu surgiram de forma que adicionei novas palavras-chave para

---

11 Pude constatar esse fato já que trabalhei como arquivista no Inep e tive extenso contato com a documentação que estava sob guarda do do Arquivo Histórico à época.

12 O acesso ao AtoM é universal e gratuito pelo link: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

resultados mais amplos. Algumas necessidades demonstradas pela pesquisa fizeram com que entrasse em contato com o Arquivo Histórico por mais duas vezes para o envio de algumas imagens que ajudaram a compor esse trabalho. O resultado final foi um *corpus* documental de dezenove documentos.

Durante a leitura dos documentos notaram-se alguns aspectos que merecem um breve comentário para que fiquem explicitadas as condições em que as interpretações deste trabalho foram construídas. O Inep ainda utiliza um sistema antigo para busca e recuperação das informações, o que provavelmente gerou a recuperação de itens pouco precisos e necessitou de uma verificação dos dados manual, tendo os metadados sido aferidos item a item para uma filtragem mais precisa dos conteúdos. Outro fator que dificultou o entendimento da documentação tanto quanto a sua recuperação foi a forma como os documentos estão organizados fisicamente. Muitos documentos estão mantidos em um mesmo maço ou pasta sem ligação nenhuma entre si demonstrando a perda de uma das cinco características essenciais dos documentos de arquivo apontados por Luciana Duranti, o inter-relacionamento entre os documentos:

Esse inter-relacionamento é devido ao fato de que os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações e de acordo com suas necessidades. Cada documento está intimamente relacionado "com outros tanto dentro quanto fora do grupo no qual está preservado e (...) seu significado depende dessas relações" (DURANTI, 1994, p. 52).

Os documentos reunidos nos maços estão fora de ordem cronológica e percebe-se que foram artificialmente reunidos em alguns casos por assunto e em outros por motivos que não nos parece claro, mas que pela própria temática nos parece que não há uma relação intrínseca entre muitos deles. Esse fator dificultou uma interpretação completa do histórico da documentação, sendo que para essa pesquisa foram trabalhados fragmentos de documentações sobre o Museu Pedagógico que é o material que nos foi enviado pelo (Inep) e que também foi encontrado no AtoM.

## CAPÍTULO II

### 2. Guy de Hollanda e o ativismo na criação do Museu Pedagógico do Inep

A tentativa de se traçar os caminhos de discussão a respeito do Museu Pedagógico mostrou que necessariamente seria preciso falar sobre a trajetória de Guy de Hollanda. Mesmo tendo uma trajetória de vida profissional dedicada à academia, Guy de Hollanda ainda é pouco pesquisado no cenário acadêmico brasileiro. Para ajudar a entender o entrelace da sua vida com a temática dos museus, foi necessário fazer uma pesquisa biográfica voltada para seus aspectos profissionais. Encontramos na dissertação de mestrado de Elaine Coelho da Luz (2016), informações que possibilitaram compreender a atuação profissional de Guy de Hollanda. Elaine Luz realizou coleta de informações via questionário e entrevista com Ana Maria Teresa de Hollanda Cavalcanti, filha de Guy de Hollanda, de forma a obter dados que só eram de conhecimento da família do educador.

Utilizando as informações deste trabalho, identificamos que Guy de Hollanda nasceu em 17 de novembro de 1913, faleceu aos 61 anos, vítima de câncer no estômago, em 13 de setembro de 1975. Teve extensa atuação no Brasil e no exterior, sendo professor da cadeira de filosofia na Faculdade de Filosofia de Asunción, além de ter elaborado o anteprojeto desta faculdade. Atuou como professor no Paraguai durante 14 anos, onde permaneceu desde 1942. A autora ainda relata que

Por meio do Certificado Nº 194, em 13 de fevereiro de 1939, o Departamento Administrativo do Serviço Público nomeou Guy José Paulo de Hollanda como Técnico de Educação do Ministério de Educação, até 26 de janeiro de 1941. O Decreto-Lei nº 1.713 de 28 de outubro de 1939, assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, promove Guy de Hollanda, por merecimento, ao cargo de técnico de educação do Ministério de Educação, até 26 de janeiro de 1941. (LUZ, 2016, p. 32)

Com essas informações depreende-se que retornou ao Brasil em 1956 e de imediato retorna às suas atividades no Inep como técnico em educação, já que os documentos assinados por Guy de Hollanda que tratam do Museu Pedagógico datam de julho de 1956. Anterior a sua saída do Brasil rumo ao Paraguai, Guy de Hollanda também exerceu ainda várias outras funções e no seu retorno às terras brasileiras deu continuidade às atividades de ensino. Os documentos do acervo pessoal de sua filha acessados por Elaine Luz (2016, p.33) comprovam os cargos exercidos:

O Decreto-Lei nº 1.713 de 28 de outubro de 1939, assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, promove Guy de Hollanda, por merecimento, ao cargo de técnico de educação [...]. Anterior a isso, em junho de 1936, a Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública [...] nomeou Guy José Paulo de Hollanda para o cargo de 3º oficial da Diretoria Geral do Expediente, em documento assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, pela Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, tendo em vista necessidade de contratação e em virtude de concurso. Cavalcanti (2015) explicou ainda que no estado do Espírito Santo seu pai foi regente da cadeira de “Introdução dos Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo”. O ANEXO G<sup>13</sup> informa que o professor foi indicado como fundador daquela instituição. No Rio de Janeiro, trabalhou na Sociedade Universitária Gama Filho, como regente das cadeiras de Introdução aos Estudos de História e História da América, em agosto de 1965 [...].

Em 1932, com menos de 20 anos ingressou no curso de museus do Museu Histórico Nacional (MHN) idealizado por Gustavo Barroso, o qual também ministrava a disciplina Técnica de Museus e que foi diretor deste museu até 1959<sup>14</sup>, tendo atuado nesta cadeira por 37 anos. Regulamentado pelo Decreto número 21.129 de 7 de março de 1932 o curso de museus do MHN é o primeiro curso de Museologia do Brasil, transformado na década de 1970 no curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Este curso, segundo alguns autores<sup>15</sup> da Museologia, é responsável por imprimir um pensamento museológico barrosiano na Museologia brasileira. Guy de Hollanda foi um dos dez primeiros museólogos do Brasil (naquela época denominados conservadores de museus<sup>16</sup>), tendo o Curso de Museus formado sua primeira turma em dezembro de 1933 (DALLA ZEN, 2014, p.46-47). Sendo professor, não será impróprio inferir que a temática educativa era inerente a sua vocação e exatamente por isso parece ter compreendido muito bem a missão educativa que os museus possuem ao tentar alavancar a criação do Museu Pedagógico no órgão máximo dedicado à pesquisa e educação no Brasil em âmbito

---

13 O anexo G se refere a anexo do trabalho da referida autora e trata de uma declaração que indica Guy de Hollanda como fundador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Espírito Santo por meio do processo nº 13.063/65.

14 O Museu Histórico Nacional (MHN) foi criado pelo Decreto nº 15.596 de 02 de agosto de 1922 e desde sua inauguração Gustavo Barroso esteve a frente do museu.

15 Mário Chagas em sua tese ao traçar a imaginação museal de Gustavo Barroso debate sobre esse entrelaçamento do diretor com o MHN.

16 Sobre o uso do termo “conservador” Daniel Dalla Zen em seu trabalho retoma uma interessante discussão. “Os funcionários do Museu Histórico Nacional não se autodenominavam museólogos, mas ‘conservadores’, palavra que remete diretamente aos objetos colecionados. (SANTOS, 2006, p.61 apud DALLA ZEN, p. 88, 2014). Assim, um dos trabalhos dos museólogos, na época chamados de conservadores, seria recolher e expor objetos associados às elites metropolitanas nacionais, pois, estes objetos teriam poder de mediação de valores éticos e estéticos. (DALLA ZEN, p. 88, 2014)



federal. Hollanda observava que os recursos educativos disponíveis em museus poderiam ser um ferramental a revolucionar o ensino escolar, um pensamento que estava alinhado com o propósito da Escola Nova de um ensino mais dinâmico do que o ensino tradicional e centrado no aluno em vez do educador. Nesse sentido, inclusive, publicou o livro *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros* como edição encomendada especialmente para o Seminário Internacional de Museus de 1958, em colaboração de Heloísa Alberto Torres, diretora da Organização Nacional do Conselho Internacional de Arquivos (Onicom).

Com uma carreira sempre ativa e em prol da educação brasileira e internacional, pode-se dizer que Guy de Hollanda participou na criação de faculdades de filosofia, atuando como historiador e buscando promover um ensino mais eficiente. Não se tem notícia se chegou a atuar como conservador/museólogo, embora tenha elaborado os argumentos para a organização do Museu Pedagógico e sido indicado por Anísio Teixeira como bolsista de aperfeiçoamento em curso de técnicas de museus da Unesco para aplicação pedagógica "desses conhecidos meios auxiliares do ensino"<sup>17</sup>.

Seu nome figura entre os assinantes do Manifesto dos Educadores de 1959. Sua carreira, porém, foi interrompida a contragosto ao ser aposentado compulsoriamente<sup>18</sup> pelo Ato Institucional número 5 sob a justificativa de subversão e de que seria professor comunista da Universidade do Brasil (LUZ, 2016).

No item a seguir, faremos uma breve exposição sobre o movimento Escolanovista no qual Guy de Hollanda foi participante.

## 2.1 Movimento Escolanovista

No fim do século XIX, ideias dispostas a reformular a forma de ensino começaram a ser difundidas ganhando força no século XX com o projeto republicano brasileiro. Luís Alves (2010, p.166) explica que um novo ideal de educação combinava com a proposta da república, pois “a escola laica, a importância de uma nova

---

17 Texto de Anísio Teixeira encontrado em ofício datado de 25 de março de 1957 enviado ao presidente do Instituto Brasileiro para a Educação, a Ciência e a Cultura (IBECC). O IBECC foi “criado no Rio de Janeiro em 1946, como uma Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, para promover projetos nessas áreas.” (ABRANTES; AZEVEDO, p. 470, 2010)

18 Essa informação foi relatada por Ana Maria Teresa de Hollanda Cavalcanti em entrevista a Eliane Luz (2016)

educação moral, cívica e patriótica, e a importância do ensino para uma regeneração que a República queria protagonizar. ” Representavam um projeto de ensino que criava postulados para a educação em âmbito nacional que combinava com a noção de progresso que a República propunha instaurar. A reforma da educação então passava a ser também um projeto político de manutenção do republicanismo, já que por meio da escola os valores republicanos seriam ensinados e passados adiante. A criança passa a ser o foco principal e as preocupações com o caráter técnico-pedagógico do processo ensino-aprendizagem se adensam. No âmbito técnico-pedagógico a ênfase dada recai sobre a necessidade de materiais didáticos estimulantes e ambientes diversos para a realização da aprendizagem. Nessa perspectiva, os museus adquirem centralidade a partir, em um primeiro momento de iniciativas bem-sucedidas por parte dessas mesmas instituições. No caso do Museu Nacional, não podemos esquecer a iniciativa de Roquette-Pinto com a criação da Seção de Assistência ao Ensino (SAE) em 1927, as viagens de Bertha Lutz e Venâncio Filho na década de 1930 aos Estados Unidos onde os museus eram parceiros importantes do sistema educacional. No caso brasileiro, tanto o ensino público quanto o privado foram palco de sistematização da Escola Nova<sup>19</sup> e isso se deu porque os representantes do governo na área de educação naquele momento estavam alinhados com as novas correntes de pensamento escolanovistas<sup>20</sup>. Lourenço Filho, Murilo Braga e Anísio Teixeira, por exemplo, eram pensadores da educação já reconhecidos à sua época e compuseram a diretoria do Inep representando, no instituto, a disseminação desse ideário por quase três décadas, entre o fim dos anos 1930 à década de 1960.

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932, documento central para o estudo sobre a Escola Nova no Brasil trouxe em seu texto os princípios que fundamentaram o pensamento pedagógico desse movimento. Tornar essas bases de pensamento públicas na forma de uma declaração aberta à sociedade e assinado por vinte e quatro intelectuais brasileiros era também uma forma de publicizar os valores deste projeto. Logo no início do Manifesto, o texto de abertura traz uma reflexão que parece ter sido escrita nos dias de hoje - a economia não se sobrepõe a outras

---

19 Atente-se para a discussão à época entre o ensino laico (Escola Nova) e o ensino confessional cujas matrizes eram bastante presentes no Brasil.

20 Há aqui um campo de pesquisa profícuo uma vez que o Ministério da Educação e Saúde Pública até 1945 estava sob o comando de Gustavo Capanema que tinha, como se sabe, fortes laços com o pensamento conservador católico brasileiro.

questões sociais, no caso em tela, a questão da educação. Com essa fala, os autores pretendiam argumentar que a economia não se sustenta sozinha, era preciso fortalecer uma rede que permitisse a capacitação técnica e intelectual para que o sistema se estruturasse e fortalecesse como um todo.

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade o da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p.1)

Essa capacitação seria possível com uma renovação da educação. O acesso à escola deveria deixar de ser privilégio de poucos, deveria se transformar em um sistema com condições de tornar a educação um direito de acesso a todos os cidadãos, e, além disso, o ensino precisava ser revitalizado para ensinar as ciências aos alunos e educar valores (nacionalistas). Não poderia mais ser uma escola de memorização de conteúdos, mas que estimulasse a mente criativa.

A escola antiga, presumida da importância do seu papel e fechada no seu exclusivismo acanhado e estéril, sem o indispensável complemento e concurso de todas as outras instituições sociais, se sucederá à escola moderna aparelhada de todos os recursos para estender e fecundar sua ação na solidariedade com o meio social, em que então, e só então, se tornará capaz de influir, transformando-se num centro poderoso de criação, atração e irradiação de todas as forças e atividades educativas. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p.62)

O Manifesto dos Pioneiros foi não somente uma declaração pública dos educadores, foi um projeto de educação de longo prazo para um Brasil cujo processo de modernização e urbanização ainda era incipiente. O Manifesto analisa como as reformas econômicas e educacionais no Brasil sempre estiveram dissociadas, quando deveriam ser pensadas como um projeto único. Mesmo após a República não havia àquela altura uma proposta de um sistema escolar. As reformas governamentais não eram construídas com base em uma visão holística do problema. A causa disso, segundo os autores, era a falta de determinação dos objetivos da educação que eram por sua vez causadas por uma falta de uma cultura universitária, sendo a educação “meramente literária”. Ao educador é essencial perceber “a posição que tem a escola, e a função que representa, na diversidade e pluralidade das forças sociais que cooperam na obra da civilização” (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO

NOVA, 1932, p. 35). Foi a partir da percepção dessas questões que o movimento de renovação da educação começou a se organizar.

À luz dessas verdades e sob a inspiração de novos ideais de educação, foi que se gerou, no Brasil, o movimento de reconstrução educacional, com que, reagindo contra o empirismo dominante, pretendeu um grupo de educadores, nestes últimos doze anos, transferir do terreno administrativo para os planos político sociais a solução dos problemas escolares (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932, p. 35)

Publicado 43 anos após a instauração da República no Brasil, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932 constatou que era necessário integrar as reformas educacionais às reformas econômicas em vez de pensá-las de forma separada como ocorria. O sistema escolar brasileiro naquela altura era inexistente e não acompanhava a modernização mundial.

Tudo fragmentado e desarticulado. A situação atual, criada pela sucessão periódica de reformas parciais e frequentemente arbitrárias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2010, p.33)

Segundo os autores a causa desse cenário se deve ao fato de que nunca se determinou quais seriam os fins da educação, de forma que a educação sempre se deu de forma empírica. Com a ausência de um corpo de objetivos e métodos para alcançá-los, "Não se podia encontrar, por isso, unidade e continuidade de pensamento em planos de reformas" (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2010, p.34). A necessidade de se articular um plano de desenvolvimento nacional para a educação fez com que um grupo de educadores unificasse os passos necessários para que a educação se tornasse uma responsabilidade assumida pelo Estado. No âmbito internacional a matéria educativa se tornava tema de amplo debate<sup>21</sup> e o Brasil se quisesse alcançar a modernização tão almejada precisava antes de tudo, reunir as metodologias que iriam tirar a

---

<sup>21</sup>Sobre esse aspecto (DOS SANTOS; PRESTES; DO VALE; 2006, p. 134) "o escolanovismo norte-americano, como também o brasileiro, está ligado a certas concepções de John Dewey, que acreditava ser a educação o único meio efetivo para a construção de uma sociedade democrática." Anísio Teixeira sendo o principal responsável pela disseminação do movimento no Brasil "elaborou comentários sobre mudanças nos países onde essa democracia liberal já se instalara de longa data. Por exemplo, Inglaterra e França. Ali, os sistemas de ensino foram unificados a fim de favorecerem os alunos carentes. [...] Era um movimento educacional que se inseria no processo de industrialização e de desenvolvimento que os países centrais já viviam: abertos a estímulos ideológicos, buscavam orientação e meios, em vista de cobrir as necessidades de mão de obra produtiva e rendosa nas fábricas." (DOS SANTOS; PRESTES; DO VALE; 2006, p. 133)

população brasileira do analfabetismo. Naquele momento os analfabetos representavam mais de 50%<sup>22</sup> da população brasileira. O cenário para se pensar as bases da educação estava posto e a escola como protagonista do processo educativo, precisava ser estudada e posta em diálogo com os outros atores da educação. Conforme os educadores afirmaram, deixar claras quais eram as bases da educação era importante pois

Já se despertava a consciência de que, para dominar a obra educacional, em toda sua extensão, é preciso possuir, em alto grau, o hábito de se prender, sobre bases sólidas e largas, a um conjunto de ideias abstratas e de princípios gerais, com que possamos armar um ângulo de observação, para vermos mais claro e mais longe e desvendarmos, através da complexidade tremenda dos problemas sociais, horizontes mais vastos. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2010, p.36)

Tais bases sólidas e largas firmaram-se nesse manifesto que se constituiu então em movimento político que apresentou à sociedade quais deveriam ser as bases da educação brasileira. Era necessária uma visão sistêmica e holística para que a educação deixasse de ser projeto e se tornasse reforma impulsionada por "senão por uma evolução contínua, favorecida e estimulada por todas as forças organizadas de cultura e de educação." (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2010, p. 39). A educação que se visava construir precisava sair da condição de um direito exclusivo de classes abastadas e ser acessível a todas as pessoas para cumprir sua função social. Para atingir o público desejado, a educação, portanto, deveria ser inerentemente gratuita. Outro fator imprescindível: a escola, instituição materializadora da educação, precisava se vincular ao seu meio social e suas instituições, sendo a família uma das principais, senão a principal. Há uma interessante fala no manifesto que coloca a família em patamar de igualdade na formação do educando e que não exime escola e família de responsabilidades, mas compreende que as duas instituições formam um alicerce em que a educação é praticada e assentada à realidade.

---

<sup>22</sup>Segundo Helena Bomeny (2003, p.2), em 1906 a média de analfabetismo nacional alcançava a marca de 74,6%. Algumas décadas depois, o cenário era praticamente o mesmo com uma taxa que "ultrapassa de 50% da população geral o número de analfabetos no país e que, de uma população em idade escolar (isto é, de 7 a 14 anos) de 12 milhões de crianças, não frequentam escola senão menos da metade ou, mais precisamente, 5.775.246" (MANIFESTO DOS EDUCADORES, 2005, p.72). A Tabela 2 – Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000 constante no Mapa do Analfabetismo no Brasil (s/d) indica que a taxa de analfabetismo no Brasil entre 1920 e 1950 a menor taxa de analfabetismo nesses anos se deu nesta última década com 50,6% de analfabetos.

o Estado, longe de prescindir da família, deve assentar o trabalho da educação no apoio que ela dá à escola e na colaboração efetiva entre pais e professores, entre os quais, nessa obra profundamente social, tem o dever de restabelecer a confiança e estreitar, as relações, associando e pondo a serviço da obra comum essas duas forças sociais – a família e a escola (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2010, p.43)

Além do fator público, a escola deveria ser acessível a todos em todos os graus permitindo uma formação igualitária a todas as crianças pelo máximo de tempo possível. O ensino laico, gratuito e obrigatório também são características da escola financiada pelo Estado. O raciocínio dos pensadores pedagógicos do manifesto são de que

A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas [...] A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. [...] o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito. A obrigatoriedade se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho produtor, isto é, até aos 18 anos [...] (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2010, p.45)

E acrescentam o aspecto da coeducação por motivos econômicos e administrativos:

A escola unificada [...] não permite ainda, entre alunos de um e outro sexo outras separações que não sejam as que aconselham suas aptidões psicológicas e profissionais, estabelecendo a 'educação comum' ou coeducação [...] no mesmo pé de igualdade (Ibidem)

Até aqui estão elencados o que seriam os seis aspectos da escola mantida pelo Estado. Contudo, o manifesto também incorporou os profissionais que mantêm a escola, os professores. A formação docente também foi debatida, pois havia o entendimento de que a formação do professorado refletia no fortalecimento do ensino. A formação universitária do professor e a equiparação salarial foram assunto de ponderações que incidiam na formação de uma "unidade da função educacional", ou seja, de uma padronização. A necessidade de autonomia administrativa, econômica e técnica para execução do ensino também foi abarcada no manifesto pensando-se inclusive em um fundo monetário para a educação. A descentralização da escola por todo o território nacional também foi pensada de forma que em um país de proporções continentais isso só poderia ocorrer com um planejamento adequado. A execução do ensino país adentro deveria ser fiscalizada pelo Ministério da Educação, tendo em vista manter a almejada unidade, qualidade da educação e a eficiência e eficácia dos investimentos com o ensino. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* é,

portanto, uma carta de procedimentos que indicava quais eram as bases da educação afinal. Um projeto que pensava todas as estruturas pelas quais a educação transcorre para se concretizar. O destino final era dar autonomia ao educando para que a educação servisse à sociedade por meio do trabalho. Essa pretensão fica clara nesse trecho:

escola vista desse ângulo novo que nos dá o conceito funcional da educação, deve oferecer à criança um meio vivo e natural, 'favorável ao intercâmbio de reações e experiências', em que ela vivendo sua vida própria, generosa e bela de criança, **seja levada 'ao trabalho** e à ação por meios naturais que a vida suscita quando o trabalho e a ação convêm aos seus interesses e às suas necessidades'. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2010, p.49, grifo nosso)

A escola baseada na educação nova se diferenciava da escola vigente até então, além de todos os aspectos supracitados, no quesito de oferecer ao aluno possibilidades de exploração das habilidades que lhe interessam. O foco da atenção se volta para o aluno e essas habilidades são exploradas por meio de estímulos motores resgatados do próprio meio de vivência do educando. Esses estímulos são portas de entrada para que o trabalho lhe seja o "elemento formador" dessa escola. Assim, ramificada ao seu meio social a escola

passará a ser um organismo vivo, com uma estrutura social, organizada à maneira de uma comunidade palpitante pelas soluções de seus problemas. Mas, se a escola deve ser uma comunidade em miniatura, e se em toda a comunidade as atividades manuais, motoras ou construtoras 'constituem as funções predominantes da vida', é natural que ela inicie os alunos nessas atividades, pondo-os em contato com o ambiente e com a vida ativa que os rodeia, para que eles possam, desta forma, possuí-la, apreciá-la e senti-la de acordo com as aptidões e possibilidades. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 2010, p.50)

Este Manifesto buscou elencar as bases que formariam a educação brasileira e que não haviam ainda sido reunidas na forma de um documento. Muito dos parâmetros que constituem a educação formal hoje e são naturais aos alunos, foram pensadas décadas atrás pelos personagens brasileiros que lideraram os discursos sobre a educação no país. Conectados aos acontecimentos internacionais e ideias liberais no que diz respeito à educação, o manifesto buscou criar o perímetro em que uma educação de qualidade deveria estar formada. Ser obrigatória, gratuita, laica, pública e acessível eram os primeiros requisitos de transformação. Não haveria mudança no cenário educativo brasileiro, enquanto a educação não se tornasse um bem comum à sociedade. Para isso, os pioneiros detectaram que era preciso compreender o contexto em que a escola se inseria. Como meio pulsante de

aprendizado não poderia ser "estéril" e amorfa, ao contrário, deveria se estruturar aos outros agentes sociais que constituem a sociedade e a cultura.

Reunião de pais, eventos escolares com participação da família, tarefas de casa, escalonamento do ensino por níveis divididos por idade, a formação do professor - ou seja, todas as coisas que hoje podem parecer comuns ao funcionamento das escolas foram desenhadas a partir do Manifesto e nos fazem pensar que o escolanovismo é uma matriz presente até hoje em nossas escolas. Não somente a formação escolar de base foi pensada, mas também a formação universitária, sendo defendida também como gratuita e de direito a todos nos mesmos moldes da Escola Nova. A participação da família e a constituição de núcleos como sociedades de ex-alunos que permitem que a escola permaneça vinculada a sociedade foram algumas das inovações propostas. O uso de recursos para além da escrita e leitura que melhoram a apreensão do ensino (o cinema, rádio, os museus...). De fato, o Manifesto foi transformador, no sentido que ampliou as fronteiras do ensino e de todos os componentes que constituem o aparelhamento pedagógico (as bases da escola em si, o aluno, o professor, as condições físicas e financeiras, os métodos de ensino). As formas pelas quais a escola foi inclusive sistematizada nesse projeto volta-se a uma eficiência administrativa e destina-se a ao preparo do cidadão ao mercado de trabalho, fortalecimento da economia e controle social por meio da educação.

Passados 27 anos da primeira publicação, outro manifesto é publicado. O *Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados* de 1959 procurou reforçar as recomendações feitas em 1932 a partir do caminho percorrido naquelas quase três décadas que haviam passado. Reafirmando os compromissos com a educação pública, universal, laica e obrigatória, este último Manifesto buscava refutar as ideias retorcidas de que a institucionalização do ensino público retirava a autonomia do ensino privado e ia de encontro a proposta da educação pública difundida pelos defensores do ensino religioso.

Onde a prova em defesa da tese reacionária de que o Estado coage os pais e a liberdade de pensamento e de escolha das instituições em que preferam educar os filhos, quando e só porque fornece o ensino público? (MANIFESTO DOS EDUCADORES, 2010, p.86)

Afastando a possibilidade de uma concorrência pelo ensino, o *Manifesto dos Educadores* relembra:



A escola pública concorre para desenvolver a consciência nacional: ela é um dos mais poderosos fatores de assimilação como também de desenvolvimento das instituições democráticas. [...] por isso, que a educação deve ser universal, isto é, tem de ser organizada e ampliada de maneira que seja possível ministrá-la a todos sem distinções de qualquer ordem; obrigatória e gratuita em todos os graus; integral (MANIFESTO DOS EDUCADORES, 2010, p.90)

E também enfatiza a função educacional que havia sido vislumbrada pelos pioneiros da educação:

A educação pública tem de ser pois, reestruturada para contribuir também, como lhe compete, para o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e o desenvolvimento econômico. (MANIFESTO DOS EDUCADORES, 2010, p.91)

Este último Manifesto deixou claro que após quase 30 anos de tentativas de implementação de uma educação de base, fundamentada na laicidade, obrigatoriedade, gratuidade e para todos só seria possível por meio de uma política nacional de educação. Os princípios da Escola Nova e as bases da nova educação se tornaram ao longo dos anos primordialmente em luta em defesa da escola pública que continua nos dias de hoje a sofrer desgastes de investimento e apoio. Sua importância social e estratégica para o fortalecimento cultural e econômico do país, no entanto, permanece.

Neste segundo manifesto, 161 intelectuais envolvidos com a temática da educação assinaram o texto. Dentre eles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo (redator dos dois Manifestos), Darcy Ribeiro, que, além de toda a trajetória a favor da educação brasileira eram também colaboradores do Centro Brasileiro do Inep a ser comentado mais à frente do texto, juntamente com Guy de Hollanda, que foi o assinante de número 142 nessa lista. Como complementa Elaine Luz (2016, p.43)

Com intenção de oferecer ao aluno outras condições de aprendizagem, a Escola Nova representava esta busca por novos procedimentos pedagógicos, procurava demarcar o aluno no centro de suas preocupações, opondo-se ao que acontecia tradicionalmente, ou seja, o ensino centrado no mestre que transmitia os conteúdos. [...] Esta pedagogia, distinta do modo tradicional, era a idealizada pelo professor Guy de Hollanda, que a partir de seus anseios e influências escolanovistas buscava outros recursos de aprendizagem para o sistema educacional.

Pressupõe-se que os museus estavam dentro de seus planos como um desses recursos alternativos de aprendizagem.

O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* e o *Manifesto dos Educadores* representam os documentos oficiais do escolanovismo no Brasil e passar por esses

documentos é compreender o pensamento desses educadores. As ideias dos manifestos se traduziam em um projeto de educação brasileira no qual tinha-se como um dos principais mentores Anísio Teixeira. Teixeira foi diretor do Inep entre os anos de 1952 a 1964. Nesses doze anos de gestão procurou implantar seu projeto de educação escolanovista no Brasil. O organograma do Inep, bem como seu corpo de funcionários foi desenhado para dar espaço à educação escolanovista. Dessa forma, o Inep, como grande laboratório de pesquisa sobre a educação no país realizou na gestão Anísio Teixeira (algumas das iniciativas já em discussão e postas em prática nas gestões Lourenço Filho de 1938 a 1945 e Murilo Braga de 1946<sup>23</sup> a 1952) campanhas educacionais (Cileme e Caldeme<sup>24</sup>), desenvolveu volumes didáticos, reformas curriculares, elaboração de manuais de ensino, pesquisa para aquisição de novos livros didáticos, e procurou compreender a realidade da educação brasileira *in loco*.

Igualmente durante a gestão de Anísio Teixeira foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) que tinha os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs) como estruturas capilares nas capitais dos estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O CBPE ainda possuía divisões responsáveis por ramos específicos da pesquisa pedagógica e todos os diretores e coordenadores envolvidos nessa estrutura tinham trajetória e presença na educação brasileira naquele momento. Nesse contexto, Luz (2016) ressalta que

O educador Guy de Hollanda era ligado ao intelectual baiano Anísio Teixeira, pois, conforme os relatos de sua filha Ana Maria Teresa de Hollanda Cavalcanti, 'Papai tinha um grande apreço por Anísio Teixeira, ele sempre

---

23 Alguns artigos datam o exercício de Murilo Braga em 1945, mas segundo a descrição do histórico do Inep ele começa a exercer a função de Diretor do Inep em 13 de fevereiro de 1946. Informação disponível em: <<http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/passado/murilo-braga-1946/147>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

24 A Campanha de Inquéritos e Levantamentos de Ensino Médio e Elementar (Cileme) " se destinava a proceder, em cada um dos Estados da Federação, ao levantamento da situação dos diversos ramos e níveis de ensino [...] Para fixar as prioridades entre os vários projetos sob a responsabilidade da CILEME, promoveu o INEP um seminário que reuniu técnicos de educação e professores especialmente convocados para estudar o assunto [...] A equipe da CILEME entregou-se com entusiasmo a execução dos projetos, tendo resultado a publicação de dez livros e cerca de 30 outros estudos." (sic). Já a Campanha do Livro de Didático e Material de Ensino (Caldeme) "iniciou seu trabalho estabelecendo as bases para a elaboração de manuais que fossem verdadeiros guias para o professorado secundário. [...] A CALDEME assinou contratos com oito técnicos para a produção de manuais relativos a diferentes matérias. Reuniu também a CALDEME uma coleção de mais de mil volumes sobre o ensino e princípios e métodos educacionais" (ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DO INEP E PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DE SUA ESTRUTURA E OBJETIVOS, 1971, p.10-12). Documento encontrado no Atom do Arquivo Histórico do Inep no endereço:<<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m025p01-analisedasituacaoatualdoinepepropostadereformulacaodesuaestruturaobjetivos>>. Acesso em: 28 abr. 2020

me falava bem dele. Claro que Anísio era ligado ao INEP, Anísio era o chefe dele, o diretor naquela época' (CAVALCANTI, 2015, p.4 apud LUZ, 2016, p.58).

A proximidade de ideias com Anísio Teixeira e sua vasta experiência fizeram com que

Quando era Técnico de Educação, Guy de Hollanda [fosse] designado pesquisador do CBPE, órgão que o indicou para organizar e dirigir o livro 'Recursos Educativos dos Museus Brasileiros', no qual propõe um repertório dos museus nacionais, atendendo ao pedido da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e seguindo modelo remetido por esta entidade internacional. (LUZ, 2016, p.39)

O contexto de efervescência sobre os temas educativos dava espaço para estudos sobre museus. Junto a esse panorama, a aproximação de Anísio Teixeira com a Unesco foi um facilitador para que o Inep estivesse envolvido com o Seminário Internacional de Museus de 1958.

A propostas da Escola Nova por procurar criar uma escola menos enrijecida e sem apelo religioso ajudaram a criar ambiente para os museus. Não é coincidência que os museus escolares começaram a se tornar mais presentes<sup>25</sup> e que os estudos sobre museus ficaram mais evidentes. Para aprofundar o que os intelectuais da educação pensavam sobre os museus e como a configuração do museu se manifestava no Inep é preciso investigar a estrutura de funcionamento do Inep desde seus primórdios.

---

25 Vânia ALVES em seu artigo *Museus Escolares no Brasil (1930-1970): revitalização e crise* bem como sua tese de doutorado de igual tema aponta um crescimento de museus escolares no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/22094>>. Acesso em: 17 jun. 2020. No caso de São Paulo, em 21 de abril de 1933 foi instituído por meio do Decreto nº 5.884 o Código de Educação do Estado de São Paulo, que visava unificar a legislação escolar do Estado em um único código. Em seu capítulo X - *Do Serviço de Bibliotecas e Museus Escolares* dispõe sobre a criação de museus escolares em escolas primárias e de grau superior e ainda indica que atividades esses museus deveriam desenvolver, quais seriam seus tipos, quais coleções teriam e como se daria sua organização. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>>. Acesso em: 29 jun. 2020

## 2. 2 A formação do Inep e a proposta de criação de um museu pedagógico em sua estrutura

O Inep nasce a partir da reorganização do Ministério da Educação e Saúde com a Lei nº 378<sup>26</sup> 13 de janeiro de 1937 que em seu artigo 39 determina que “Fica creado (sic) o Instituto Nacional de Pedagogia, destinado a realizar pesquisas sobre os problemas do ensino, nos seus diferentes aspectos. ” O Decreto-Lei n.º 580, de 30 de julho de 1938 que regulamenta a organização do Instituto Nacional de Pedagogia em seu artigo 1º já altera sua nomenclatura para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e determina que funcionaria “como o centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde. ” As atividades finalísticas do Inep estavam pontuadas em:

- a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas;
- b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;
- d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional;
- e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas. (DECRETO-LEI nº 580 de 1938, art.2º)

E para o cumprimento dessas atividades a legislação previu que deveria dispor de

Art. 4º O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Saúde, abrangerá, além de um Serviço de Expediente, quatro secções técnicas, um Serviço de Biometria Médica<sup>27</sup>, uma Biblioteca Pedagógica e **um Museu Pedagógico**. (DECRETO-LEI nº 580 de 1938, grifo nosso)

26 Esta mesma lei (entre outros aparelhos) criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em seu artigo 46, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Natural, indica que a realização do primeiro curso de Museologia do Brasil, onde Guy de Hollanda se formou, ficaria a cargo do Museu Histórico Nacional (art. 47); cria o Museu Nacional de Belas Artes (art. 48), cria o Serviço de Radiodifusão Educativa (art. 50). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 jun. 2020

27 O motivo de se misturar às atividades educativas a um Serviços de Expediente de Biometria Médica é explicado por Lourenço Filho (RBEP, p.182, 2005) “Aparentemente dispersos, esses encargos aí se associavam e tal fato tem a sua explicação particular. Em nosso país, a essa época, eram escassos os quadros de pessoal entendido em orientação e seleção profissional, não se contando seus técnicos senão pelos dedos, entre médicos e educadores. E como, ao mesmo tempo, se havia estabelecido o

Os primeiros anos de Inep foram comandados por Lourenço Filho<sup>28</sup> que no vigésimo quinto aniversário do Inep, no ano de 1964, escreveu um artigo para a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) do Instituto falando sobre a trajetória do Inep e que fins levaram a sua criação. Sua análise dos primeiros percursos que a gerência do ensino no Brasil tomou relembra a influência europeia da instituição inventada também no Velho Mundo: os museus. Segundo Lourenço Filho, o deputado Rui Barbosa desejava um órgão

que servisse à documentação e à difusão de novas idéias sobre o ensino, com investigação de seus problemas na vida nacional. A exemplo de instituições similares, ensaiadas nalguns países da Europa – a Hungria, a Holanda, a França, a Bélgica, além de outros – esse órgão recebia o nome de Museu Pedagógico (LOURENÇO FILHO, 2005, p.180)

Essa ideia não toma forma, mas reverbera em alguns debates na sociedade. Na era Republicana, a fundação do *Pedagogium*<sup>29</sup> em seguida dos diversos conselhos para a temática da educação (LOURENÇO FILHO, 2005) foram respostas do Estado para tentar tratar do problema do ensino. Segundo o mesmo autor

em 1917 o deputado Monteiro de Souza se batesse pela criação de uma Repartição Geral do Ensino Público e da Educação Nacional, com muitas das atribuições que mais tarde deveriam constituir o programa do Inep. Esse projeto não seria aprovado. Deveria despertar, porém, ensaios

---

Inep e esse Departamento, o DASP, o qual deveria iniciar seus trabalhos com um intenso programa de recrutamento de pessoal, segundo um “sistema de mérito”, quis-se assim aproveitar, da melhor forma, os poucos elementos disponíveis.”

28Segundo biografia do CPDOC/FGV Manuel Bergstrom Lourenço Filho que já possuía experiência com a reforma do ensino cearense, além de professor sempre foi ligado cargos públicos na área de educação. Trabalhou como chefe de gabinete do ministro Francisco Campos, foi diretor do ensino público em São Paulo, membro do DNE e Conselho Nacional de Educação (CNE) e em 1938 a pedido de Gustavo Capanema ajuda a organizar o Inep. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lourenco\\_filho](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lourenco_filho)>. Acesso em: 29 jun. 2020

29O *Pedagogium*, idealizado por Benjamin Constant foi criado pelo Decreto nº 667, de 16 de agosto de 1890, nove meses após a Proclamação da República. De acordo com seu artigo 1º o *Pedagogium* teria por fim “Constituir-se centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrução nacional, offerecendo aos professores publicos e particulares os meios de instrução profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores methodos e do material de ensino mais aperfeiçoado. Conseguirá este fim mediante: a boa organização e exposição permanente de um Museu Pedagógico; conferencias e cursos scientificos adequados ao fim da instituição; gabinetes e laboratorios de sciencias phisicas e naturaes; concursos; exposições escolares annuaes; direcção de uma escola primaria modelo; instituição de uma classe-typo de desenho e de officinas de trabalhos manuaes; organização de collecções-modelos para o ensino scientifico concreto nas escolas publicas; publicação de uma Revista Pedagógica” Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-667-16-agosto-1890-552093-norma-pe.html>>. Acesso em: 13 jul. 2020. Andrea SANTOS (2015, p.21) aponta que “A intenção era que o *Pedagogium* estimulasse a criação de mais museus pedagógicos em outras cidades brasileiras, e funcionou.[...] Também foi responsável pela divulgação dos museus escolares.” O museu pedagógico do Inep idealizado 48 anos depois parece carregar muito da proposta do *Pedagogium*, ambos dispunham revistas pedagógicas e a previsão de sua organização física tinha semelhanças com o *Pedagogium*.

governamentais de estudos pedagógicos, como outras iniciativas por parte de pessoas cultas (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 181)

Esses tímidos movimentos foram tomando força de tal forma que mais de cem anos após a Independência e naquela altura (fim da década de 1920 e início dos anos 1930) completando quarenta anos de República dos Estados Unidos do Brasil haveria de se consolidar uma ação mais eficaz a respeito dos estudos relativos ao ensino. Dessa forma,

Em 1923 é criada a Associação Brasileira de Educação, cujo programa inicial abrangia muitos dos pontos visados pelo Museu Pedagógico, tal como figurava no projeto de Rui. Valiosos trabalhos logo passou essa agremiação a realizar, na forma de inquéritos, pesquisas e reuniões nacionais para debate pedagógico. (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 181)

Após a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) o passo seguinte foi dado no governo provisório de Getúlio Vargas com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública por meio do Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930. Nascia a primeira instância da administração pública dedicada à temática da educação no Brasil. Em 1937 com Vargas já oficialmente no poder o Ministério é reorganizado passando a chamar Ministério da Educação e Saúde pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937.

Os primeiros anos de Inep foram dedicados a criar um arcabouço de informações para que fosse possível iniciar, a partir dessa base de dados, os primeiros estudos e conclusões sobre a realidade da educação no Brasil. As informações referentes ao universo pedagógico eram escassas e esparsas. Desse modo, as primeiras atividades do Inep foram compendiar tudo o que havia sido publicado até o momento sobre educação:

Seu programa [do Inep] era complexo e sua organização devia partir, a bem dizer, do nada. Como fontes básicas de documentação, além dos dados estatísticos disponíveis, pôs-se o Inep a organizar um ementário geral da legislação sobre o ensino e educação [...] ao mesmo tempo, fazia completar e publicar a bibliografia pedagógica brasileira [...] a simples classificação de todo esse material estatístico, legislativo e bibliográfico, começava a revelar as realidades da educação nacional (LOURENÇO FILHO, 2005, p. 183)

A gestão de Lourenço Filho (1938 a 1945) se dedicou, como relatada por ele mesmo, a conhecer e diagnosticar qual era a realidade educacional a ser enfrentada. Essa ação inicial também criou pela primeira vez um diálogo ministerial com os órgãos estaduais, de forma que começou a construir-se uma relação de cooperação na qual o Inep atendia como órgão de esclarecimento em matérias de educação e assistência

técnica aos outros departamentos governamentais. A primeira RBEP<sup>30</sup> também foi oriunda desse trabalho de compilação de informações e diálogo institucional tendo sido lançada a primeira edição em 1944. (LOURENÇO FILHO, 2005, p.184). Esse trabalho de abertura constituiu-se em uma iniciativa inédita para a educação brasileira e foi o ponto de partida para o prestígio que o Inep construiu entre seus pares. Além deste trabalho inicial de reconhecimento do panorama educacional Lourenço Filho no fim de sua gestão deu início a estruturação do Museu Pedagógico do Inep tendo enviado ofícios<sup>31</sup> diversos a estabelecimentos que coordenavam o ensino público em 1945 solicitando fotografias de “flagrantes do ensino” que contivessem edifícios e cerimônias escolares, maquetes, plantas de edifícios e filmes e qualquer outro material que fosse de interesse às realizações educacionais do país. As imagens reunidas por estabelecimentos de ensino que deveriam ser enviadas para compor a coleção do Museu Pedagógico do Inep.

Já a gestão de Murilo Braga é entendida por muitos autores como uma manutenção de um ciclo iniciado com Lourenço Filho. Segundo os estudos encontrados, sua direção à frente do Inep manteve os passos do primeiro diretor, porém, com a extinção da Diretoria do Ensino Primário e Normal, o Inep acumulou suas atividades de pesquisa pedagógica junto com as funções da extinta Diretoria, de

---

30 O capítulo X artigos 52 a 55 do Decreto nº 980 de 8 de novembro de 1890 que regulamenta o Pedagogium, dispõe que "A Revista Pedagogica publicará os actos officiaes relativos á instrucção primaria e secundaria, as conferencias e licções dos cursos do pedagogium, memorias de pedagogia, especialmente pratica de autores nacionaes e estrangeiros, juizos criticos sobre os methodos e processos de ensino, todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional." (art. 52), o que segue os mesmos moldes da finalidade da RBEP do Inep. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-980-8-novembro-1890-518331-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jul. 2020

31 O maço contém ofícios encaminhados em maio de 1945 por Lourenço Filho ao diretor do Departamento Nacional de Educação explicando sobre a pretensão de se criar um "Museu Pedagógico". Para tanto, solicitou ao diretor do DNE que encaminhasse a solicitação feita às Divisões de Ensino Secundário, Divisão de Ensino Superior, Divisão de Ensino Comercial, Divisão de Ensino Industrial, para que estas enviassem fotos, filmes e documentações sobre aspetos da educação. Em resposta, o diretor da D.E.S. encaminha tal pedido aos diretores de estabelecimentos sob inspeção dos Diretores de Divisões do DNE. Lourenço Filho em 04 de maio de 1945 encaminha mesmo pedido ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de SP o mesmo pedido de envio de material relativo a educação, desta vez já de forma mais detalhada, solicitando ao acervo relativo a "flagrantes da vida educacional do Estado e aspectos de suas principais realizações de ensino". Aprofunda a solicitação pedindo nas alíneas de a) à g) fotos, plantas, maquetes.... Também em 04 de maio de 1945 encaminha o ofício nº 312 ao Departamento de Imprensa e Propaganda solicitando fotografias. Em 14 de maio de 1945 encaminha mesmo pedido ao diretor do Dep. Estadual de Imprensa de Maceió. A Divisão de Imprensa e Divulgação respondeu o ofício 312 em 04 de junho de 1945, enviando 40 fotografias de cerimônias escolares. Informações disponíveis no maço intitulado como DIRETORIA\_m164p04\_. Na data pesquisada o documento não estava disponível no Atom do Inep. Acesso em: 17 ago 2020.



forma que a gestão Murilo Braga fica conhecida por dirigir essas duas atividades. Silvia Maria Saavedra (1988, p. 45 apud ROTHEN 2004, p.119) afirma que

Murilo Braga, funcionário de carreira do INEP, tinha forte vinculação com Lourenço Filho e dá continuidade ao seu trabalho de pesquisa na área de psicologia, documentação e divulgação de conhecimentos educacionais. A grande marca pessoal de Murilo Braga no INEP foi que o Instituto assumiu a responsabilidade pelas construções escolares, que era responsabilidade do Departamento Nacional de Educação até a sua extinção<sup>32</sup> com o fim do Estado Novo.

A autora Márcia Ferreira (2008, p.282), por sua vez, compreende a gestão dos dois primeiros diretores dentro de um viés estatístico e acrescenta que

Entre os anos de 1930 e 1940, momento de fortalecimento e modernização do Estado, o INEP - dirigido por Lourenço Filho e Murilo Braga de Carvalho - especializou-se em atividades voltadas à padronização do ensino e à elaboração de estatísticas educacionais, com o intuito de contribuir para o estabelecimento da uniformização do sistema nacional de educação e para a promoção de sua expansão.

E Maria Clara Mariani analisa que

durante a gestão de Murilo Braga de Carvalho, o INEP perde quase que totalmente o seu caráter de um instituto de pesquisas, entre outras razões, pela absorção das tarefas da Diretoria<sup>33</sup> do Ensino Primário e Normal, extinta nessa época. [...] O que acontece, contraditoriamente, a partir de 1945, é que ele se submete às exigências da burocracia estatal e se descaracteriza enquanto órgão de pesquisa (apud MENDONÇA; XAVIER 2006, p. 95).

A extinção da Divisão de Ensino Primário fez com que o orçamento do Fundo Nacional do Ensino Primário<sup>34</sup> ficasse a cargo do Inep (TIBALLI, 2008). Com esse recurso, nos “seis anos de gestão de Murilo Braga estiveram concentrados na expansão da rede primária e normal e nos cursos de aperfeiçoamento para professores primários”. (TIBALLI, 2008, p.6). Após a morte de Murilo Braga em acidente aéreo em 1951 (SAAVEDRA apud ROTHEN, 2004; MENDONÇA; XAVIER, 2006) o Ministro da Educação convida Anísio Teixeira para dirigir o Inep e este passa a presidir, em um primeiro momento, a então Campanha de Aperfeiçoamento do

---

32 Em nossas pesquisas foi encontrado o Decreto-lei 9.018/1946 que extingue a “Divisão de Ensino Primário do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde” e segundo o artigo 1º deste decreto “Fica extinta a Divisão de Ensino Primário prevista no art. 10, letra a, da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1931 (sic), passando seus atuais encargos para o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.”

33 No Decreto-lei 9.018 de 25 de fevereiro de 1946 a Diretoria citada pela autora é chamada de Divisão.

34 Criado pelo Decreto-lei 4.958 de 14 de novembro de 1942. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4958-14-novembro-1942-414976-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 abr. 2020



Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>35</sup> e o Inep simultaneamente. (MENDONÇA; XAVIER, 2006).

A administração de Anísio Teixeira como já se contextualizou ao longo deste texto provocou uma dinamização do Inep como órgão responsável pela documentação e pesquisa pedagógica nacional. Suas medidas para investigação da educação foram estabelecidas no Inep tendo no ineditismo da sistematização das suas ideias valiosos resultados e um campo de estudo bastante explorado pelos cientistas da educação brasileira. Logo no ano de 1953, é criado por meio da Portaria nº 32<sup>36</sup>, de 11 de novembro de 1953 um Centro de Documentação Pedagógica (CDP) o qual deveria envolver as atividades já em curso no Inep. Para tanto, o inciso III da portaria define:

III - As atividades do Centro de Documentação Pedagógica se distribuem pelos seguintes setores:

- a) Documentação, Informações e Intercâmbio;
- b) Biblioteca Pedagógica Murilo Braga;
- c) Museu Pedagógico;**
- d) Publicações;
- e) Estudos especiais, abrangendo:
  - 1) Orientação Educacional e Profissional;
  - 2) Organização Escolar;
  - 3) Inquéritos e Pesquisas;
- f) Programa da CILEME; (grifo nosso)

Essa portaria dá uma nova organização aos setores finalísticos do Inep já existentes naquele momento, que ficaram agrupados sob um mesmo Centro, o CDP.

---

35 A Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é o órgão que gere os recursos de pós-graduação no Brasil. Criada pelo decreto nº 29.741 de 11 de julho de 1951, "a Capes origina-se na formação de uma comissão para promover a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior presidida pelo ministro da Educação, Simões Filho; durante 12 anos, foi coordenada por Anísio Teixeira até que, em 1963, este assumiu a Reitoria da UnB. Foi criada num momento em que persistia a tendência a um modelo de ensino superior baseado em escolas profissionais que abrigavam cerca de 50 mil alunos, nas quais a pós-graduação stricto sensu era praticamente inexistente. Sua criação significou a iniciativa do Estado brasileiro de se equipar de órgãos e instrumentos para a regulação de diferentes aspectos da vida nacional e para a formulação e execução de políticas que lhe permitissem cumprir um projeto de industrialização intensiva do país. O objetivo principal da Capes era garantir a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes, para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento econômico e social do país naquele momento. Para isso, entre outros aspectos, a Capes assumia as tarefas de promover o estudo das necessidades do país; mobilizar os recursos existentes para o oferecimento de oportunidades de treinamento para suprir as deficiências identificadas; promover o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas por programas de assistência técnica da ONU e por acordos bilaterais firmados pelo governo brasileiro, e promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados." (MARTINS, 2003, p. 296-297)

36 Portaria disponível no Atom do Arquivo Histórico do Inep no endereço <[http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/codi-m53p01-portaria-numero32-11novembro1953:isad?sf\\_culture=fr](http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/codi-m53p01-portaria-numero32-11novembro1953:isad?sf_culture=fr)>. Também no Atom, encontrei cópia da mesma portaria, mas em outra série no endereço <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m020p01-documentacaoeinformacaopedagogicacaracterizacaodoobpe-1953-1960>>. Acesso em: 27 abr. 2020

Aqui, o museu é lembrado novamente com previsões de algumas funções, mas sem prazo para sua consecução. O texto da portaria supracitada traz o seguinte:

c) - Museu Pedagógico: (o Museu Pedagógico será organizado oportunamente e deverá ter em vista o aspecto histórico da educação, especialmente no Brasil, bem como a demonstração de instalações técnicas e outros assuntos escolares, por meio de exposições permanentes, exposições especiais e de outros meios adequados).

Segundo o relatório intitulado “Análise da situação atual do Inep e proposta de reformulação de sua estrutura e objetivos<sup>37</sup>” de 1971, o Centro de Documentação Pedagógica foi pensado em virtude da experiência de funcionamento da Caldeme e Cileme e dos seus resultados:

Em fins de 1953, percebeu o INEP a necessidade de sistematizar os trabalhos desenvolvidos pelas duas campanhas e por “outros setores e julgou-se ser isto possível mediante a organização de um centro de documentação pedagogia que deveria somar todas as atividades de pesquisas e estudos num inter-relacionamento consubstanciado na documentação adequada e na divulgação, dos resultados obtidos. Com esse objetivo foi feita uma exposição de motivos ao Ministro da Educação que, aprovada, deu margem à Portaria nº 32, de novembro de 1953

Em 1955 foi publicado o Decreto número 38.460<sup>38</sup>, que institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. O artigo 1º define as sedes desse órgão:

Ficam instituídos o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, o primeiro com sede no Rio de Janeiro e os demais nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Pôrto Alegre e posteriormente onde vierem a ser julgados necessários, todos subordinados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura.

O artigo 2º define as funções dos Centros Regionais, sendo:

I - pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país;

---

37Segundo a apresentação este relatório é “resultado do trabalho realizado pelo Grupo-Tarefa instituído pelas Portarias nº 177, de 19 de novembro de 1971 do Secretário Geral do MEC e número 141-A, de 23 de novembro de 1971, também do MEC”. Documento encontrado no Atom do Arquivo Histórico do Inep no endereço:<<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m025p01-analisedasituacaoatualdoinepepostadereformulacaodesuaestruturaobjetivos>>. Acesso em: 28 abr. 2020

38Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38460-28-dezembro-1955-334313-republicacao-49484-pe.html>>. Também encontrado no Atom no endereço:<<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m020p01-documentacaoeinformacaopedagogicacaracterizacaodocbpe-1953-196>>. Acesso em: 27 abr. 2020

II - elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país - em cada região - nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adultos;

III - elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino e estudos especiais, sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, formação de mestres e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;

IV - treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas em educação e professores de escolas normais e primárias.

Essas funções são quase as mesmas executadas pelo Inep em âmbito nacional. Os CRPEs são como um espelho de atuação local de como o CBPE, como órgão centralizador, atuava. Ao mesmo tempo, a Portaria nº 32 de 11 de novembro de 1953, ao organizar as atividades de cada setor no Centro de Documentação Pedagógica do Inep define funções<sup>39</sup> semelhantes às que foram depois encarregadas aos centros de pesquisas educacionais. O artigo 3º do Decreto nº 38.460 ao apresentar a estrutura organizacional do Centro Brasileiro e de suas afiliadas confirma esse espelhamento que também se verifica no inciso III da citada portaria:

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os Centros Regionais compreenderão sempre uma biblioteca de educação, um serviço de documentação e informação pedagógica, **um museu pedagógico**, e os serviços de pesquisa e inquérito, de cursos, estágios e aperfeiçoamento do magistério, e quando possível dentre outros, serviços de educação áudio-visual (sic), de distribuição de livros e material didático e outros que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades.

E novamente seguindo uma tendência do histórico do Inep há menção a figura de um museu. Assim, o CBPE e os CRPEs na forma como se configuram no decreto se constituem em células do Inep pelas regiões do Brasil consideradas como de relevância naquele momento e, suas ramificações mantinham as funções de assistência técnica pedagógica, cursos de aperfeiçoamento profissional e estudos da situação mais próximas às realidades em que se desejava dar maior impacto por meio da educação.

Uma situação interessante nesse cenário é que há uma reestruturação do Inep e logo em seguida a criação desses centros funcionando em certa consonância. Há uma subordinação que traz o Ministério da Educação<sup>40</sup> como órgão ao qual o Inep se

---

39 Essas funções estão definidas no documento disponível no maço endereçado como CODI\_m053p01\_Portaria\_Numero32\_11novembro1953 e no maço endereçado como CBPE\_m020p01\_DocumentacaoEInformacaoPedagogicaCaracterizacaoDoCBPE\_1953\_1960 como informado na nota de rodapé 36.

40 Criado pela Lei 1.920 de 25 de julho de 1953

vincula e o CBPE, que é subordinado ao Inep, mas que toma boa parte das funções do Inep nesse momento, de forma que o Inep e o CBPE parecem ter se tornado uma só coisa. Essa mesma impressão parece ser notada pelas autoras Ana Waleska Mendonça e Libânia Xavier quando comentam que Anísio Teixeira procurou contornar intervenções políticas<sup>41</sup> no Inep criando uma estrutura organizacional dentro de outra.

Importa destacar que, a nosso ver, o caráter híbrido do INEP não tem, necessariamente, um significado negativo; há, sem dúvida, o aspecto de uma certa indefinição do órgão. Porém, é nossa hipótese de trabalho que, durante a gestão de Anísio Teixeira, ele vai explorar, de maneira produtiva, essa ambigüidade, **transformando o INEP numa espécie de mini-ministério, no interior do próprio Ministério**. Esta seria, justamente, uma das razões pelas quais Anísio Teixeira vai conseguir fazer com que o órgão tenha o papel e o significado central que acabou assumindo no âmbito do MEC, durante a sua gestão (2006, p.91, grifo nosso)

A ideia de criação do CBPE tem em suas raízes apoio da Unesco. O diretor do Departamento de Educação da Unesco, William Beatty esteve no Brasil no fim de 1952 interessado na proposta de um centro latino-americano para educação de base. Para os educadores brasileiros já ficara claro que não havia como se escalar o tema da educação brasileira sem estudar a sua realidade<sup>42</sup>. Esses aspectos fizeram com que a ideia de se pesquisar a educação evoluísse para um centro dedicado a esses estudos. O Inep criou um escopo inicial de funções desse centro, denominado inicialmente de Centro de Altos Estudos Educacionais. Em 1954, outro enviado da Unesco, Oto Klineberg deu “forma operativa as ideias e planos até então formulados”. Charles Wagley da Colúmbia e Roberto Miranda ficaram responsáveis pela instalação do Centro no ano de 1955 e organização de detalhes. Técnicos da Cileme indicaram que para concretização do centro deveria ocorrer um ato emanatório de autoridade superior que normalizasse as discussões sobre a formulação do CBPE. Assim, em 28

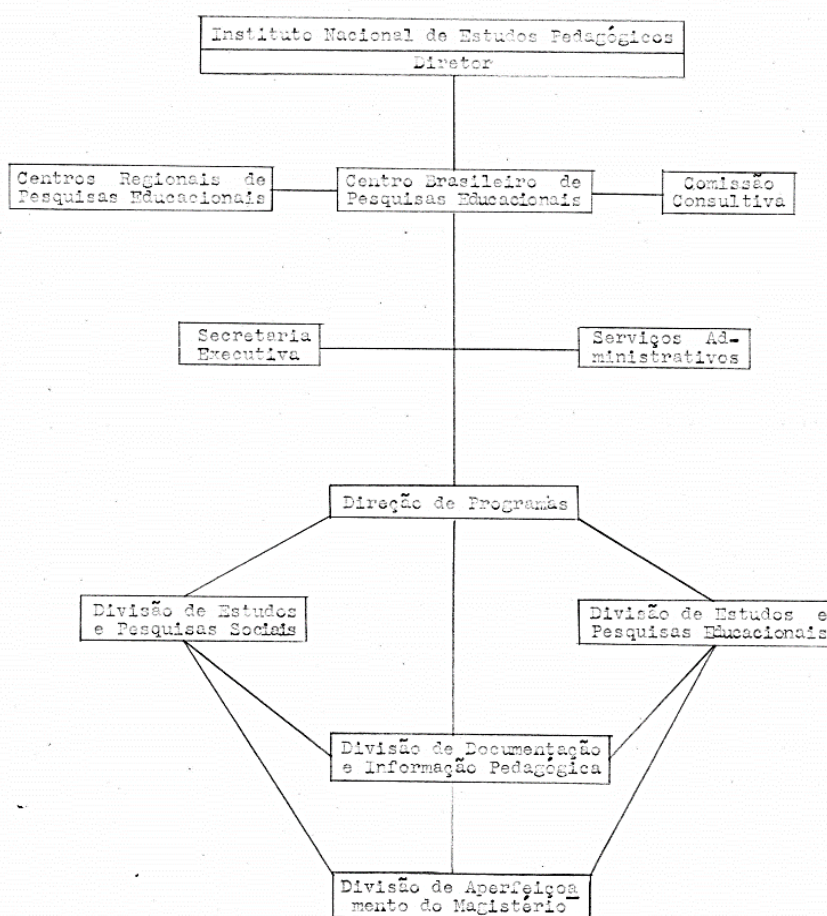
---

41 De acordo com Mário Chagas (2005, p. 166-167) essa medida de se criar centros de pesquisa independentes de outros entes públicos também foi tomada por Gilberto Freyre quando propôs a criação do Instituto Joaquim Nabuco para evitar interferências políticas na instituição e burocratizações. Sobre a emancipação que o Inep adquiriu na gestão Anísio Teixeira as autoras Eva Pereira e Lucia Rocha comentam “Essa instituição, antes reduzida a atividades meramente burocráticas, tornou-se, então, verdadeiro poder paralelo dentro do Ministério da Educação. Enquanto a este cabia a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino médio e superior, àquele órgão foi delegada a incumbência de promover assistência técnica aos sistemas estaduais de ensino, fundamentalmente as escolas primárias. Utilizando-se da força dessa delegação do governo federal, Anísio criou, na estrutura do INEP, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e cinco centros regionais, que desempenharam papel relevante no desenvolvimento da pesquisa social e educacional do País, além da importância que tiveram as atividades de cunho prático, desenvolvidas no âmbito desses Centros, como a instalação de escolas de experimentação e demonstração e da promoção de cursos de aperfeiçoamento do magistério” (MENDONÇA, 1997 apud PEREIRA; ROCHA, 2008, p. 3-4)

42 Os Manifestos dos educadores de 1932 e 1959 defendem essa condição.

de dezembro de 1955 toda essa mobilização se concretiza no Decreto nº 38.460<sup>43</sup>. Em seguida, o Plano de Organização do CBPE datado de 13 de janeiro 1956, uma sexta-feira, foi enviado ao Ministro da Educação e aprovado por este na segunda-feira seguinte, em 16 de janeiro, apresenta organograma institucional do Inep se dava de acordo com o seguinte esquema:

Imagem 1: Plano de Organização do CBPE de 1956



Fonte: Arquivo Histórico do Inep<sup>44</sup>

Este organograma, com a rubrica de Anísio Teixeira no canto superior direito, evidencia a importância atribuída aos centros naquele momento, de forma que ficaram

43 Informações encontradas no relatório "Análise da situação atual do Inep e proposta de reformulação de sua estrutura e objetivos" de 1971, mencionado na nota de rodapé números 24 e 37.

44 Captura de tela da página 6 do Plano de Organização do CBPE de 1956, sob o endereço CBPE\_m49p16\_PlanoOrganizacionaldoCentroBrasileirodePesquisasEducaionais\_1956 Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpem49p16planoorganizacionaldocentrobrasileirodepesquisaseducacionais-1956>>. Acesso em: 13 jul. 2020

posicionados no topo da cadeia administrativa do instituto, diretamente abaixo do diretor.

Além dos centros e dos órgãos de apoio, havia ainda quatro Divisões responsáveis cada uma por um conteúdo específico de estudo que interseccionavam a temática da educação<sup>45</sup>. A Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS) tinha como missão realizar estudos sobre a sociedade brasileira e a cultura em cada região do país para compreender os fatos educacionais com a vida social. A Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP) deveria se ocupar de atividades técnicas, realizando documentação sobre as pesquisas desenvolvidas pelas outras divisões; manter uma biblioteca temática sobre educação e ciências afins, além de atividades de intercâmbio, divulgação e publicações; e ainda de manter um

museu pedagógico destinado a demonstrar a evolução das doutrinas, práticas educacionais, material de ensino, especialmente em relação ao país, cabendo-lhe ainda manter filmoteca, discoteca, arquivo de fotografias e gravuras. (PLANO DE ORGANIZAÇÃO DO CBPE, 1956)<sup>46</sup>

A Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) era dedicada a formação de cursos baseados nos estudos realizados pelos centros regionais e projetos para aperfeiçoamento de profissionais ligados a área da educação. A DAM era ainda responsável pela organização das escolas experimentais. A Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE) ficaria a cargo de organizar um quadro da situação brasileira em todos os níveis e em todas as regiões do país. Esse quadro incluiria estudo dos sistemas educacionais, elaboração dos currículos, relação da escola com a comunidade, estudo e elaboração de manuais de ensino, medição do desempenho escolar, e mais outras a respeito da aferição da educação.

Como dito, das quatro divisões as atividades de organização da informação produzida pelas outras divisões ficariam sob a alçada da DDIP. Segundo o Plano de Organização do CBPE a Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP) seria responsável por

A coordenação entre os trabalhos do C.B. e dos C.R., além da ação exercida neste sentido pela Comissão Consultiva, far-se-á pela Divisão de Documentação e Informação Pedagógica do C.B., a **qual serão enviadas cópias de todos os planos, projetos específicos, relatórios e de outros**

---

45A divisão institucional do Inep até hoje carrega marcas da organização preliminar do CBPE, que possuía diretorias principais dedicadas a assuntos específicos da educação. Essa organização permanece, em que cada diretoria se preocupa com assuntos pré-definidos na matéria de educação, contudo hoje o Inep se volta majoritariamente para a avaliação da educação nos diversos níveis.

46Citação disponível no Plano de Organização do CBPE de 1956 página 11. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpem49p16planoorganizacionaldocentrobrasileirodepequisaseducacionais-1956>>. Acesso em: 01 set. 2020

**documentos** que permitam uma constante troca de informações entre os C.R. e o C.B.. (PLANO DE ORGANIZAÇÃO DO CBPE, 1956, grifo nosso)<sup>47</sup>

A DDIP era então uma depositária dos resultados produzidos através dos estudos pedagógicos e realizava um papel de difusão dos estudos do CBPE. Tal difusão se realizava por meio de atividades de pesquisa, divulgação e preservação.

Ainda neste mesmo ano de 1956, com a criação do CBPE, Guy de Hollanda escreve uma exposição de fatos a respeito da criação do museu pedagógico no recém-inaugurado Centro. Intitulado “O Museu Pedagógico do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e a função educativa dos museus no Brasil”<sup>48</sup> o autor lembra que o CBPE teve inspirações no *Centre National de Documentation Pédagogique* e os *Centres Régionaux et Départementaux de Documentation Pédagogique*, contudo, nessa instituição atuante por mais de oitenta anos, o *Musée Pédagogique*<sup>49</sup> era órgão central desse centro francês. Defendeu ainda que com a criação da Campanha Nacional do Material de Ensino (CNME) que exigia para sua consecução o levantamento de dados a ser feito pelo Inep, o Museu Pedagógico do CBPE deveria realizar exposições permanentes e participar desse levantamento. Essa ação, segundo o autor, consistiria em uma das principais finalidades da DDIP. Atentando ainda para a falta de informações sobre os museus brasileiros e que naquela altura não haviam indicadores sobre os museus do país, Guy de Hollanda propõe:

Sem pretender invadir a esfera própria dos Museus, o Museu Pedagógico deverá ajudá-los no melhor cumprimento de suas importantes funções educativas. Salvo engano, apenas o Museu Nacional do Rio de Janeiro possui uma Seção de Educação. (p.4-5)

No fim deste documento que foi escrito para servir de material para discussão no Primeiro Congresso Nacional de Museus, como relatado no último parágrafo do texto, Guy de Holanda ainda sugere

Ao Museu Pedagógico do C.B.P.E. e aos Museus Pedagógicos dos C.R. poderá corresponder, ademais do levantamento e organização do material de ensino - baseado na medida do possível num aproveitamento máximo das coleções dos Museus do Brasil - o papel de "clearing house" dos problemas pedagógicos destes. (página 6)

---

47 Plano de Organização do CBPE de 1956, página 13. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpem49p16planoorganizacionaldocentrobrasileirodepesquisaseducacionais-1956>>. Acesso em: 01 set. 2020

48 Pode ser encontrado no Atom do Inep com o endereço CBPE\_m150p01. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m150p01>> Acesso em: 13 jul. 2020

49 Ainda segundo este mesmo documento Guy de Hollanda, este museu era o mesmo Musée Pédagogique francês de 1879 no qual Ruy Barbosa inspirou suas ideias. Na década de 1950 foi absorvido pelo Centre National de Documentation Pédagogique.



Um ano depois, em janeiro de 1957, um memorando encaminhado ao diretor do CBPE pelo coordenador do DDIP intitulado “Situação dos diversos setores da Divisão<sup>50</sup>” identifica uma repetição de funções do Centro de Documentação Pedagógica, instituído pela Portaria nº 32 de 1953 inciso III alíneas a), b), c) e d), e da própria Divisão de Documentação e Informação Pedagógica no item 2.8 do Plano de Organização do CBPE. Os setores de documentação, a biblioteca, o museu pedagógico, o setor de publicações se repetem como atribuídos a essas duas unidades. Este ofício de 1957 detecta essa duplicação e procura delimitar o campo de atuação da DDIP. A partir daqui o CDP parece ser entendido como a Divisão de Documentação e Informação Pedagógica em definitivo<sup>51</sup>.

O próximo conjunto é o maço intitulado “Documentação sobre Informação Pedagógica e Caracterização do CBPE 1953-1967” que possui um conjunto de documentos reunidos dos quais o documento “Plano de redistribuição das atividades do Inep 1953 - nota para discussão na sessão de 13/8/1953” fala da Seção de Documentação que abrigaria “um Museu Pedagógico a ser criado”.

No documento sem data "Plano de organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais" traz no tópico 2.8 do documento que

A Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP) terá a seu cargo as seguintes atividades:

[...]

f) museu pedagógico destinado a demonstrar a evolução das doutrinas, práticas educacionais, material de ensino, especialmente em relação ao país, cabendo-lhe ainda manter filmoteca, discoteca, arquivo de fotografias e gravuras.

A minuta seguinte nomeada "Uma análise crítica da eficiência do órgão e dos seus servidores, com sugestões de medidas que lhe permitam alcançar eficiência" datado de 22 de novembro de 1958 aponta para uma falta de articulação entre as

---

50 Documento endereçado como CBPE\_m049p03 - Situação da DDIP em 1957. Disponível no Atom do Arquivo Histórico do Inep no endereço <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m049p03situacaodosdiversossetoresdadivisao-1957>>. Acesso em: 14 jul. 2020

51 Não nos parece claro porque houve a criação de um Centro de Documentação Pedagógica primeiro e dois anos depois a criação do CBPE com a criação em seu bojo da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica que possuía os mesmos fins. Suspeita-se que o CDP por ter uma proximidade de criação do CBPE tenha sido incorporado ao Centro e ainda assim permanecido o uso das duas nomenclaturas para referir-se a um só setor, porém não encontramos documentos que comprovem essa hipótese. O documento encontrado do ano de 1963 explica que “em 1953, sob o impulso de um novo diretor, Dr. Anísio Spínola Teixeira, a seção de documentação ampliou-se passando a denominar-se ‘Centro de Documentação Pedagógica’. Em 28.12.1955, pelo Decreto 38.460, foi criado o ‘Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais’ no Inep, ao qual êle é ligado diretamente”. Esse fato de ser ligado diretamente como traz o texto do documento nos faz aferir que CDP e DDIP sejam um só órgão.



Divisões e Direção do CBPE, indicando uma falta de conhecimento entre o que uma e outra Divisão produzia. As razões, segundo esse relatório, seria a insuficiência de funcionários e a falta de espírito de trabalho em equipe, fator que é apontado como de caráter cultural.

O terceiro documento de interesse constante nesse maço, "Divisão de Documentação e Informação Pedagógica" é datado de 01 de outubro de 1958 e denuncia ser a DDIP "a divisão que reúne maior número de atividades e serviços já existentes no Inep" dissecando sobre todos os setores propondo uma reformulação das atividades em execução. O museu não foi incorporado às discussões desse documento.

Em 1 de março de 1957 J.K. Van Der Haagen, chefe do setor de museus da Unesco, após visita a diversos países da América Latina, envia ofício ao CBPE informando da escolha da cidade do Rio de Janeiro para a realização do Seminário Internacional de Museus que viria a ocorrer em setembro de 1958 no Rio de Janeiro. O documento, escrito em espanhol, foi recebido pelo Inep em 6 de março do corrente ano e foi traduzido por Guy de Hollanda em 8 de março de 1957. Tal ofício relata ainda que o Brasil contribuiria com as despesas do seminário que teria como tema de discussão "a utilização pedagógica das coleções dos museus", o que atenderia o "propósito da Unesco, em pôr os museus a serviço da educação", segundo observação de J. Moreira de Sousa, funcionário do CBPE. O Diretor Geral da Unesco comunicou aos Estados Membros a indicação de técnicos para participação das "atividades concernentes à conservação do patrimônio cultural da humanidade e aos museus". Em outro documento, um ofício de 25 de março de 1957 (citado na página 8) consta que Guy de Hollanda foi o indicado como bolsista da Unesco. Nesses contatos a Unesco ainda solicita ajuda do Brasil para organização do seminário, atividade que ficou a cargo do Inep. Alguns temas para o seminário foram propostos sendo "Os museus na vida cultural da comunidade", "Os museus e a compreensão internacional", "Os museus como meios de integração social", "Organização e apresentação das coleções dos museus para fins educativos", "Financiamento das atividades educativas dos museus". Destas opções, o tema central escolhido foi o de organização de coleções para fins educativos. Segundo o documento

Tem-se em vista, assim, maior integração dos museus na vida cultural das comunidades, particularmente, na América Latina, pois o estágio de estudos

a ser levado a efeito no Rio de Janeiro, destina-se, sobretudo, a reunir museologistas e educadores dos países hispanoamericanos e do Brasil.<sup>52</sup>

O relatório do CBPE do 1º trimestre de 1957 cita o funcionamento da DDIP atuando nas atividades de produção de volumes, publicações, expedições de livros e cita a instalação de um serviço de audiovisuais e um serviço de registro de estudos e pesquisas educacionais. O serviço audiovisual tinha como atividades adquirir equipamentos e materiais didáticos audiovisuais, o aperfeiçoamento de professores na utilização desses equipamentos e assistência técnica.

O relatório do CBPE do 1º trimestre de 1958 indica que a DDIP continuava nas atividades de produção e distribuição de publicações sobre educação e edição da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. O relatório destaca ainda a elaboração de listagens de eventos e congressos realizados, bem como listagem de notícias sobre o Inep, o CBPE e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes). A atividade de recorte de jornais, que pressupõe uma hemeroteca, também estava em execução, assim como uma revisão bibliográfica dos 20 anos de Inep que iriam compor publicação especial dedicada ao Brasil pela Unesco. A Bibliografia Brasileira de Educação e atendimentos a consultas eram gerenciados pelo DDIP. As atividades da Biblioteca Murilo Braga, localizada no CBPE, colecionava legislação brasileira, resposta a pedidos de informação ao público. A seção de audiovisual executava atividades de catalogação de filmes, produção de diafilmes, elaboração de glossário de informações para a própria seção, tradução de filmes para o português, tradução de textos para o inglês.

Em 29 de janeiro 1958, Guy de Hollanda entrega documento solicitado por Anísio Teixeira para criação de um Serviço de Museus no Inep e no CBPE. Apontando para uma necessidade de diálogo entre museus e instituições educativas no Brasil e lembrando a defasagem da criação do Museu Pedagógico que nesta altura alcançava vinte anos de expectativa de sua implementação. O Inep, contudo, colaborou com a formulação de cursos<sup>53</sup> relativos a museus e educação, além do apoio e organização

---

52 Citação disponível na página 26 do .pdf do documento intitulado como CBPE\_m316p01\_J K Van De Haagen\_ChefeDaDivisaoDeMuseusEMonumentosDaUNESCO\_ViagemAAmericaDoSul. Na data pesquisada o documento não estava disponível no Atom do Inep. Acesso em: 01 set. 2020

53 Guy de Hollanda menciona na página 2 do documento endereçado como PESQUISA\_m0804p01\_ProjetoDeOrganizaçãoDeMuseuPedagogico\_INEP, que o Inep colaborou com o Museu Nacional "na realização de cursos de ciências para o magistério primário e, no segundo semestre do corrente ano, financiou um curso sobre organização de museus escolares, levado a efeito no Museu Histórico Nacional". Segundo artigo de Ana Carolina FARIA e Zita POSSAMAI "em 1958, o Museu Histórico Nacional foi convidado pelo Inep a ministrar um Curso de Organização dos Museus

Seminário Latino-Americano de Museus de 1958. A edição do livro “Os recursos educativos dos museus brasileiros”, de autoria de Guy de Hollanda, financiada pelo Inep e pela Onicom para a ocasião do seminário, também é outro aspecto de envolvimento do Inep com a causa da educação e dos museus. Cita ainda duas exposições elaboradas pelo Inep, uma sobre artes industriais (com itens produzidos por bolsistas da instituição) e outra sobre livros didáticos europeus. Essas são evidências levantadas por Guy de Hollanda para a sistematização de um Serviço de Museus. Segundo recomenda, o serviço poderia funcionar em uma pequena sala do CBPE e o pessoal seria contratado por tarefa, indicando contratações temporárias. Para o ano de 1959, o autor faz uma projeção da estruturação do Serviço justificando sua existência para cooperação em projetos com o Museu Histórico Nacional.

4. Êsboço de programa para 1959. Tendo em conta que o Museu Nacional do Rio de Janeiro deseja realizar, em 1959, um programa educativo mais amplo e sistemático do que nos anos anteriores, porém não conta com os recursos necessários, seria uma oportunidade propícia para a cooperação do Serviço proposto com o mais antigo e principal Museu do país. Através de conversações com o Diretor do Museu Nacional Dr. José Cândido de Melo Carvalho e seus auxiliares, verificamos que êsse programa abrangeria entre os seus objetivos principais, os seguintes:

- a) visitas guiadas para escolas primárias e secundárias do D.F.;
- b) exposições circulantes nas escolas primárias do D.F.;
- c) prosseguimento da publicação da “Revista do Museu Nacional”;
- d) publicação de catálogos e folhetos concernentes às coleções do Museu Nacional e destinados ao público não especializado<sup>54</sup>;

As exposições circulantes em escolas (exposições itinerantes) seriam sobre aspectos de História Natural. O Inep ainda adquiriria e faria distribuição de exemplares da Revista do Museu Nacional, bem como custearia folhetos e catálogos sobre as coleções do Museu Nacional, tornando esse serviço um híbrido entre atividades expográficas relativas às funções do Inep e divulgação das coleções do Museu Nacional.

Entre os anos de 1956 a 1958 houve um interesse maior pela temática dos museus. Além das mobilizações para o Seminário Internacional de Museus de 1958

---

Escolares, experiência inédita na programação da instituição." [...] "Nesse ano, o Curso de Museus e o Inep fizeram um acordo para ministrar um curso de curta-duração com objetivo de possibilitar que professoras bolsistas daquele instituto estudassem e estagiassem no Museu, no período de seis meses, a fim de capacitá-las a organizarem, em seus estados de procedência, museus escolares." [...] Essas professoras eram "Maria Nadyr de Freitas, do estado do Rio Grande do Sul; Helena Ferreira Camargo, do estado de São Paulo; Eugenia Pereira de Araujo, do estado de Pernambuco; e Amélia Lucas Mattos, do estado da Bahia" (2019, p. 8-10)

<sup>54</sup> Citação disponível nas páginas 3 e 4 do documento intitulado como PESQUISA\_m0804p01\_ProjetoDeOrganizaçãoDeMuseuPedagogico\_INEP. Na data pesquisada o documento não estava disponível no Atom do Inep. Acesso em: 01 set. 2020

e os relatórios de Guy de Hollanda encontramos iniciativas de observação de como os museus pedagógicos eram tratados em países do exterior. Em 10 de março de 1958 o funcionário do Inep Sylvio M. Leitão da Cunha envia relatório<sup>55</sup> de visita que fez ao Museu Pedagógico do Chile por solicitação de Jayme Abreu, diretor da Cileme. Fundado em 1885, segundo o relatório este museu iniciou suas atividades a partir de “um material escolar adquirido na Europa para estimular a reforma do ensino primário e normal.” (p. 2) Tendo sido extinto em 1916 fora recriado em 13 de setembro de 1941 tendo a missão de “conservar, enriquecer, exibir e divulgar todos aqueles antecedentes de caráter material, didático, intelectual ou artístico, relacionados com a evolução do ensino nacional” (p. 3). A proposta é que se tornasse “um centro nacional de documentação e investigação pedagógica, assim como de difusão cultural” (p. 3) Sua estrutura continha uma biblioteca, galeria de bustos e retratos de educadores, coleções de mobiliário escolar e material de ensino, jogos para o ensino infantil, mapoteca, fototeca, coleção de medalhas, cartazes e trabalhos artísticos feitos por professores. Além da descrição do histórico de constituição desse museu, suas coleções e suas impressões pessoais o representante do Inep também relatou com detalhes sobre as atividades do Museu Pedagógico do Chile que considerou como “meritória e credora do conhecimento e reverência dos educadores do Brasil” (p. 1).

A preocupação do Inep em observar os museus vizinhos dedicados à matéria pedagógica demonstra um interesse em se estruturar esse museu. A estruturação do Museu Pedagógico do Chile inclusive guarda muitas semelhanças com práticas desempenhadas pelo CBPE, todavia, suas fronteiras de organização como fica explicitado neste relatório são bem delimitadas entre uma e outra atividade.

Dentro de uma miscelânea de documentos de anos distintos que refletem sobre às atividades executadas pelas Divisões do CBPE e procuram em alguns casos reformulá-las há um documento indicado manualmente como do ano de 1959 com sugestões dos coordenadores para robustecer as funções de cada setor. Para o caso da DDIP sugeriu-se seccionar a divisão nas suas atividades essenciais de forma que haveria um setor de microfilmagem e fotografias; um setor de audiovisual, e o serviço

---

55 O relatório está disponível no maço endereçado como CBPE\_m073p01\_RelatorioSobreAVisitaAoMuseuPedagogicoDoChile\_1958 onde Sylvio M. Leitão narra com detalhes sobre as coleções e atividades do Museu Pedagógico do Chile Disponível em:<<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m073p01-relatorio-sobre-visitaomuseupedagogico-do-chile-1958>> Acesso em: 19 ago. 2020

de museus proposto por Guy de Hollanda, todos independentes entre si e subordinados a coordenação desta Divisão.

O próximo documento encontrado sobre o funcionamento do DDIP relata dados do ano de 1963. Intitulado “Divisão de Documentação e Informação Pedagógica” e descreve as mesmas atividades executadas pela divisão no ano de 1957. O corpo de funcionários era composto de técnicos de educação, assistentes de educação, documentalistas, bibliotecários, arquivistas, redatores, revisores, datilógrafos e contínuos. Os funcionários recebiam aulas de inglês e alemão. Neste documento os objetivos da DDIP ficam descritos como

1 - reunir, selecionar, catalogar, classificar e difundir os documentos que possam servir aos estudos do Centro e atender às solicitações das entidades educacionais do país e do estrangeiro” e “2 - manter intercâmbio de informações com órgãos nacionais e internacionais, notadamente em resposta a questionários e inquéritos que são enviados ao Centro pela Unesco, OEA, BIE e outras instituições, quanto aos diferentes aspectos da educação brasileira.<sup>56</sup>

Ainda neste mesmo documento há uma sessão dedicada ao acervo. A biblioteca continha naquela altura 50 mil livros atrelados às temáticas do CBPE em português e diversas línguas. Havia ainda coleções de diários oficiais e legislação, um acervo iconográfico de mais de 8 mil fotos, 107 filmes 16mm, 259 diafilmes com roteiros e 1242 diapositivos.<sup>57</sup> Com esse aporte documental e tendo em vista às atividades de biblioteca, adicionadas ao fato da DDIP ser depositária da produção técnica do CBPE e, ainda, do fato de elaborarem coleções de legislações e de recortes jornalísticos, a DDIP era um grande centro de documentação.<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup>Citação disponível na página 3 do documento intitulado como CBPE\_m049p09\_CriacaoDoInstitutoNacionalEstudosPedagogicos\_1963 - estrutura da DDIP. Na data pesquisada o documento não estava disponível no Atom do Inep. Acesso em: 01 set. 2020

<sup>57</sup> Dados disponíveis no documento localizado pelo endereço CBPE\_m49p09. Esses números são atualizados em um outro relatório encontrado no maço endereçado como CBPE\_m079p05 de maio de 1969. Disponível no AtoM do Arquivo Histórico do Inep no endereço: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpem049p09criacaodoinstitutonacionalestudospedagogicos>>. Acesso: 12 dez. 2020

<sup>58</sup> Segundo Renata de Castro e Carla Gastaud embora centros de documentação e museus tenham funções muito semelhantes um Centro de documentação (Cedoc) é delimitado a partir do seu recorte temático, de forma que esta é a via por onde se desenvolve. “Sendo assim, uma característica dos centros de documentação é serem alinhados a uma temática principal e reunirem acervo relativo a essa temática, ou seja, se especializam em determinado assunto ou área de conhecimento.” (DE CASTRO, GASTAUD, 2017, p. 271). Segundo Viviane Tessitore um Cedoc “Reúne, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas (sob a forma de originais ou cópias) e/ou referências sobre uma área específica da atividade humana. Esses documentos e referências podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu. Tem como características: - possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo; - ser um órgão colecionador e/ou referenciador; - ter acervo constituído por documentos únicos ou

O próximo documento encontrado se refere a uma portaria<sup>59</sup> que cria em maio de 1968 um Serviço de Informação e Documentação Pedagógica em Brasília exercendo atividades semelhantes a DDIP na nova capital em colaboração com o CBPE. Tal serviço seria formado por um Setor de Documentação e Informação, um Setor de Divulgação de Publicações e um Setor Administrativo.

Em maio de 1969 há um outro documento<sup>60</sup> de resumo das atividades do CBPE nos mesmos moldes do documento de 1963: explica às funções do CBPE e apresenta os dados numéricos do tamanho do acervo. Nesta altura eram de mais de 52 mil livros na biblioteca Murilo Braga, quase 1500 periódicos e 7500 folhetos. Acervo de fotos em número de mais de 8mil, 298 filmes, 500 diafilmes, 2233 diapositivos, 34 fitas de áudio, 242 cartazes e 3 álbuns seriados.

Percorrendo esse histórico a última menção a museus foi feita em 1959. As propostas de criação de um museu dissolveram-se perante as mudanças de escopo no cenário político e a priorização de outras atividades no Inep. A partir daqui ocorrem no cenário da educação brasileira uma sucessão de episódios que alteram o transcurso do projeto educacional vigente. Anísio Teixeira fica como diretor do CBPE até meados de 1963 quando em seguida assume como primeiro reitor da Universidade de Brasília (UnB), mas em 1964 com a ocorrência do golpe militar no país é afastado. Foi encontrado morto no Rio de Janeiro em março de 1971<sup>61</sup>. Neste mesmo ano é promulgada a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 que reestrutura os ensinos de 1º e 2º graus no país. Com a proposta de colocar pessoal no mercado de trabalho essa reforma remodelou o ensino sendo uma das maiores mudanças no cenário educacional brasileiro. Segundo Marcos Goulart e Clarice Traversini (2018, p. 3)

Em 1971 é promulgada a segunda lei brasileira de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5692/71[...] que como ponto fundamental acabou com o

---

múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; - possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada; - realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia (TESSITORE, 2003, p. 14)”.  
59 Portaria disponível no maço intitulado como

CBPE\_m057p01\_PortariaSobreFuncionamentoServicoDoServicoInformacoesEDocumentacaoPedagogica\_1969. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m057p01-portariasobrefuncionamentoservicodoservicoinformacoesedocumentacaopedagogica-1969>>. Acesso em: 01 set. 2020

60 Documento disponível no maço intitulado como CBPE\_m079p05\_Criacao\_do\_CBPE\_1969. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m079p05-criacao-do-cbpe>>. Acesso em: 01 set. 2020

61 Anísio Teixeira foi encontrado morto no Rio de Janeiro em março de 1971. Mais informações sobre sua biografia estão disponíveis em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/anisio\\_teixeira](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/anisio_teixeira)>. Acesso em: 19 jun. 2020

ensino secundário de dois ciclos, criando assim, o ensino de 1º grau, que unificaria o ensino primário e o ginasial. Já o ensino de 2º grau, englobaria o que antes era o ciclo colegial. Outro ponto importante foi o fim do exame de admissão, que era obrigatório para o acesso ao ensino secundário ginasial. O ensino de 1º grau era gratuito dos 7 aos 14 anos, já nos níveis posteriores a gratuidade estava restrita a quem tivesse determinado rendimento escolar, bem como comprovasse insuficiência de recursos, conforme o artigo 44 da lei citada. Antes da implementação da lei, através de Decreto presidencial, foi instituído em 1970 um grupo de trabalho com o objetivo principal de estudar e elaborar a nova lei de diretrizes e bases (SAVIANI, 2015). Como resultado, elaborou-se o que ficou conhecido como doutrina do currículo na Lei nº 5692 [...] no qual buscava-se uma nova concepção de escola no Brasil. Os membros do grupo de trabalho tinham os ideais da Escola Nova como princípio, de modo que a ideia central era elaborar um currículo que conseguisse relacionar o ser humano ao meio em que vive. Isso significa que havia um discurso que enunciava um ensino de caráter humanístico, situado, porém, numa ideia de “homem brasileiro” (CHAGAS, 1980) que formaria, a partir disso, noções úteis para a vida do adolescente.

### Em seguida no ano de 1972

o INEP foi reestruturado pelo Decreto n.º 71.407, de 20 de novembro, recebendo a denominação de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e assumindo a função de “órgão central de direção superior”, cujas finalidades envolviam, além da realização, o estímulo, a coordenação e a difusão da pesquisa educacional no país (Art. 1.º). Na prática, a partir de então, o INEP assumiu a função de órgão financiador de pesquisa (FERREIRA, 2006, p. 103)

Em 1976 a transferência do Inep para Brasília é iniciada e um processo gradual de encerramento das atividades do CBPE começa a ocorrer. Essa mudança pode ser relacionada com as transformações político-sociais que ocorriam no fim das décadas anteriores. Judite Primo (1999, p.17) ajuda a lembrar o contexto das últimas décadas:

As Décadas de 50 e 60 foram marcadas no cenário brasileiro pelas reformas trabalhistas do Governo de Vargas, a modernização do tecido industrial (a criação da Companhia Nacional de Electricidade é disso um exemplo simbólico), as mudanças políticas que sucederam ao suicídio do Presidente Getúlio Vargas, a construção da cidade de Brasília que objectivava (sic) um certo renascer de um Brasil cheio de ‘potencialidades’ com a posterior transferência da Capital Federal e, o Golpe de 1964 que instalou no país um regime militar ditatorial

## CAPÍTULO III

### 3. Museu Pedagógico: da análise documental à imaginação museal

Ao longo do processo de formação do Inep, relatado no capítulo anterior, procurou-se mapear a trajetória do Museu Pedagógico por meio da legislação. Neste segundo momento investigamos mais a fundo o Museu Pedagógico e os debates em torno dele nos documentos de arquivo.

Sabemos, como já afirmado aqui, que o Museu Pedagógico não saiu do papel. Mas foi por meio deles, os papéis, os documentos, que pudemos inferir qual imaginação museal o sustentou. A última tentativa de concretização do museu ocorreu no interior das estruturas do CBPE. Como sinalizamos, o CBPE e os CRPEs foram estruturas que floresceram graças à proximidade intelectual de Anísio Teixeira e seus colegas com o que os estudiosos internacionais defendiam<sup>62</sup> e com uma pedagogia da educação que pavimentaria o caminho para que fosse possível existir dentro de uma estrutura governamental estudos e pesquisas sobre a educação em âmbito científico. Havia uma perspectiva de compreensão sociológica da educação (FERREIRA, 2006, 103), ou seja, uma preocupação com os processos sociais que se inserem na própria dinâmica de outro processo, o ensino-aprendizagem.

Há que se destacar que no fim da década de 1960, há um evidente enfraquecimento dos centros e suas funções, de forma que há uma maior concentração de projetos até o ano de 1961. A partir de 1965, sobretudo, a queda de projetos fica clara com números que seguem em decréscimo até a década de 1970, segundo análise de dados feita por Ferreira (2006, p.104). Segundo a mesma autora (2006, p. 104) há uma gradual diminuição da quantidade de projetos executados pelo CBPE e afiliados até o ano de 1973 quando a autora consegue detectar os últimos

---

<sup>62</sup> Como é de conhecimento amplo, Anísio Teixeira teve contato com John Dewey ao fazer um curso de pós-graduação na Universidade de Columbia. Os ideais do professor americano impactaram Anísio Teixeira de tal forma que ele foi a grande via de acesso da Escola Nova de John Dewey no Brasil. Os Manifestos e as reformas educacionais baseadas na experiência do aluno são originárias do pensamento de John Dewey. "Essa escola nova chega aos Estados Unidos como escola progressista, e seu maior expoente é John Dewey. Ele une seu pragmatismo filosófico à nova pedagogia, utilizando como meio principal de ensino a experiência. A experiência está presente em todas as linhas de pensamento de Dewey, uma vez que, para ele, só a experiência pode realizar o verdadeiro conhecimento; as experiências se relacionam com todos os aspectos da vida, inclusive com as próprias experiências passadas" (DEWEY, 1916 apud Andrea SANTOS, 2015 p. 31)



projetos. Dentro desse processo de encerramento os CRPEs são extintos de 1972 a 1975 e o CBPE é extinto em 1977.<sup>63</sup>

Contudo, como explicitado, durante os anos de funcionamento dos Centros havia a pretensão de constituição do Museu Pedagógico. Sendo os Centros Regionais possuidores da mesma estrutura do CBPE, museus pedagógicos estavam previstos nestes centros, igualmente. Abaixo segue a estrutura do Inep durante a década de 1950 quando os Centros tinham um papel de protagonismo na instituição. Tal organograma foi encontrado misturado a um agrupamento de documentos que abrangem os anos de 1956 e 1957, portanto, de um período próximo ao documento seguinte datado do ano de 1957, em que o CBPE passa a ter pleno funcionamento<sup>64</sup> e é possível interpretar melhor a estrutura. Segundo este último documento, o memorando nº 1 de 1957 com o assunto “Situação dos diversos setores da Divisão”<sup>65</sup>, Péricles Madureira Pinho, nesse momento coordenador da DDIP, dialoga sobre a função dos setores, percorre o histórico que comentamos anteriormente de uma repetição de funções com a Portaria nº 32 de 1953, o Decreto nº 38.460 de 1955 e em consequência com o Plano de organização do CBPE de 1956 e, procura propor solução a ausência do Museu Pedagógico. O autor relaciona a semelhança deste museu com o *Pedagogium* e também com o Museu Pedagógico de Paris. Como segue, Péricles Madureira Pinho propõe:

c) Museu Pedagógico: não existe ainda qualquer providência no sentido de instalação do mesmo. As medidas preliminares poderão ser: I) - Designação de local para instalação; II) - Convocação de técnico para orientar os trabalhos; III) - Relação dos órgãos e serviços, públicos ou particulares, que possam contribuir; Outra sugestão que nos permitimos fazer. Nos últimos anos do Império foi criado um Museu Pedagógico integrando o “Pedagogium”, disperso desde os primeiros anos da República. Parece da maior importância localizar pelo menos algumas das peças que compunham o Museu. No momento nos ocorre o nome do professor: Maciel Pinheiro, diretor da Biblioteca Municipal, pessoa que, pelo seu dinamismo e conhecimento das velhas cousas do Rio, poderia prestar esclarecimentos e dar pistas para as buscas necessárias. A documentação sobre o Museu Pedagógico de Paris constitui ótimo roteiro para instalação desse setor. (SITUAÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DA DIVISÃO, 1957, p.4)

---

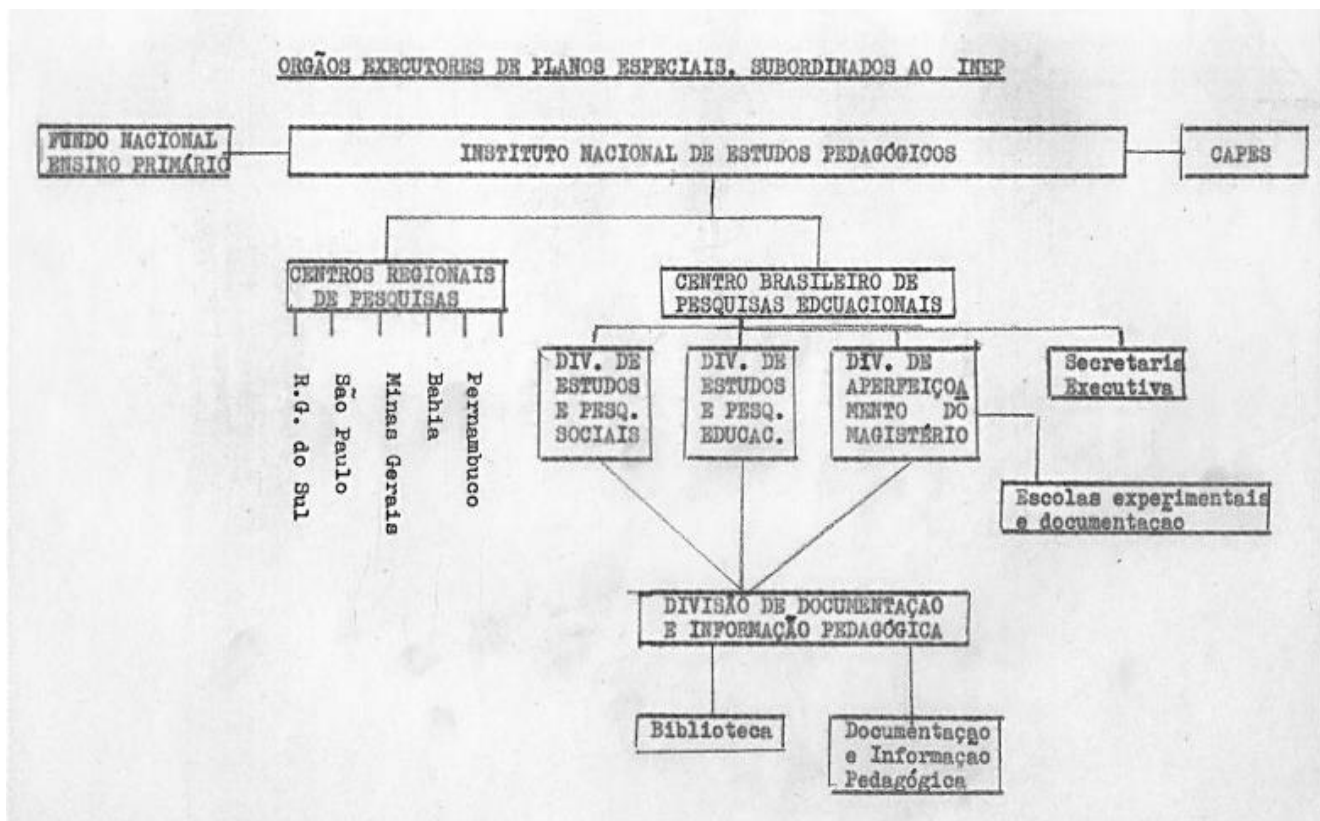
63 “O encerramento das atividades dos Centros Regionais pode ser constatado no Decreto n.º 76.625, de 17/04/1975, que altera a estrutura básica do INEP. A extinção do CBPE foi determinada pelo Art. 2.º do Decreto n.º 79.809, de 14/06/1977” (Marcia FERREIRA, 2006, p. 104)

64 Segundo a tese de Márcia Ferreira, apesar da criação oficial do CBPE em dezembro de 1955, no ano de 1956 somente o CRPE/SP iniciou suas atividades. Os outros setores começaram a funcionar somente em 1957.

65 Documento disponível no maço endereçado como CBPE\_m049p03 - Análise da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica do CBPE, 1957. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m049p03-situacaodosdiversossetoresdadivisao-1957>>. Acesso em: 01 set. 2020

Tendo o organograma abaixo como modelo e todo o referencial documental estudado até aqui sabe-se que o Museu Pedagógico nunca fez parte do organograma, apesar de sua indicação de instalação na estrutura da DDIP

Imagem 2: Estrutura do Inep em 1957

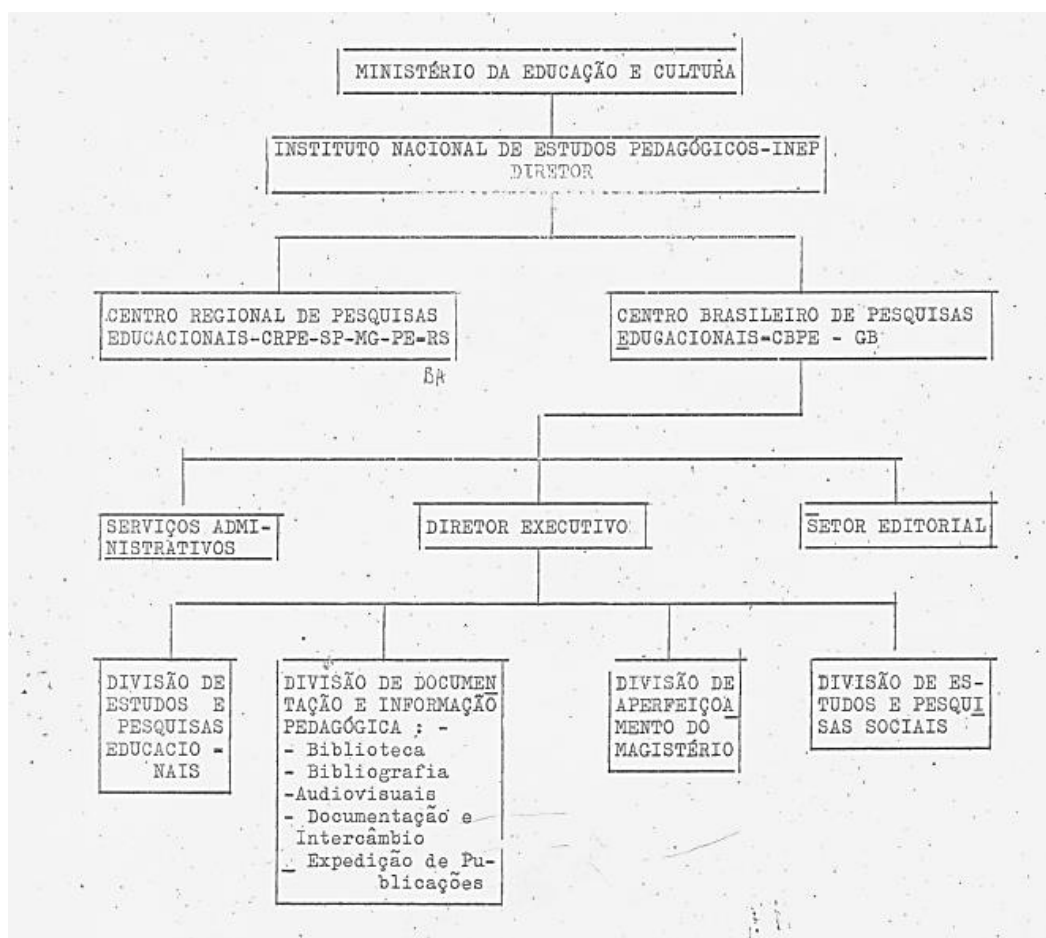


. Fonte: Arquivo Histórico do Inep<sup>66</sup>

Este outro organograma encontrado em um relatório do ano de 1969, demonstra os setores da DDIP que estiveram em funcionamento com maior detalhe.

66 Organograma disponível na página 15 do documento endereçado como CBPE\_m316p01\_J K Van De Haagen\_ ChefeDaDivisaoDeMuseusEMonumentosDaUNESCO\_ViagemAAmericaDoSul. Na data pesquisada o documento não estava disponível no Atom do Inep. Acesso em: 20 jul. 2020

Imagem 3: Estrutura do Inep em 1969

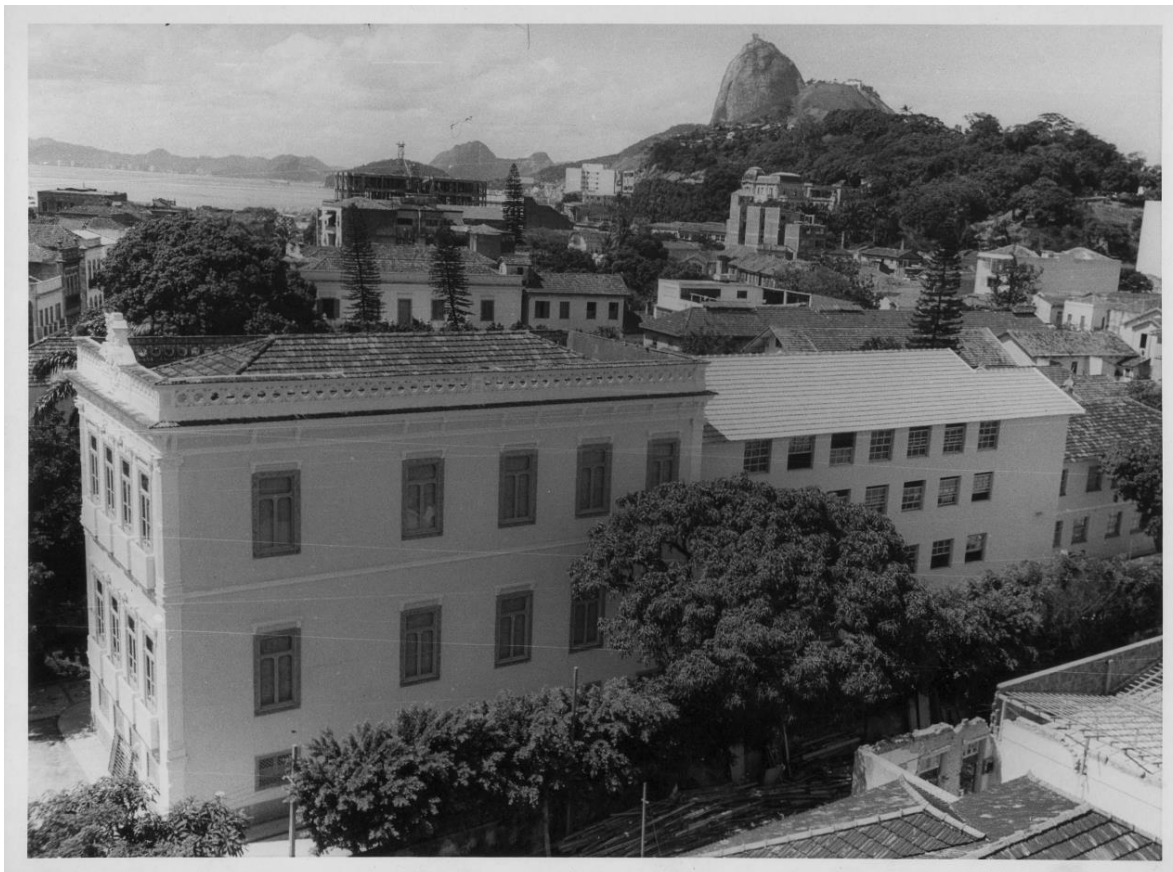


Fonte: Arquivo Histórico do Inep<sup>67</sup>

Tanto a estruturação do CBPE quando a designação de seu pessoal foi pensada para dar o máximo de impulso ao projeto de educação pretendido. Abaixo o edifício que abrigava o CBPE no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro:

67 Este segundo organograma foi encontrado na página 2 do documento endereçado como CBPE\_m079p05 - Relatório de 1969 sobre a criação do CBPE. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m079p05-criacao-do-cbpe>>. Acesso em: 20 jul. 2020

Fotografia 1: Edifício sede do CBPE na rua Voluntários da Pátria, nº 107, no Rio de Janeiro, 1958.



Fonte: Arquivo Histórico do Inep<sup>68</sup>

Todos os diretores eram pessoas de prestígio à época e que estavam envolvidos com a educação. Na fotografia abaixo da esquerda para direita foi possível identificar: na ponta Darcy Ribeiro - Diretor do DEPS, ao centro Anísio Teixeira - Diretor do Inep e do CBPE, ao seu lado Clóvis Salgado da Gama, Ministro da Educação e Cultura à época. Na ponta direita Gilberto Freyre - Diretor do CRPE/RE e ao seu lado Fernando Azevedo - Diretor do CRPE/SP.

---

<sup>68</sup>Fotografia 1 encontrada no maço endereçado como CBPE\_m323p01\_FotografiasCBPERioDeJaneiro\_1958. Na data pesquisada o documento não estava disponível no Atom do Inep. Acesso em: 01 set. 2020

Fotografia 2: Diretores do CBPE caminham à fachada lateral do edifício sede do CBPE na rua Voluntários da Pátria, no Rio de Janeiro, 1958



Fonte: Arquivo Histórico do Inep<sup>69</sup>

Os Centros Regionais por sua vez, seguindo a reprodução do organograma do Centro Brasileiro possuíam estrutura que pode ser melhor visualizada tendo como exemplo um organograma disponível em um relatório<sup>70</sup> preparado pelo Centro Regional do Recife, comandado por Gilberto Freyre, para o jubileu do Inep em 1963, em que apresenta o histórico de constituição deste centro em específico (único encontrando que apresenta organograma do centro regional dentro deste recorte) e nos dá uma noção visual da organização dos Centros Regionais. Atendendo a

<sup>69</sup>Em nossas pesquisas não foi possível reconhecer a personagem nesta imagem de óculos escuros. Contudo, essa fotografia foi tirada durante a 2ª Reunião Consultiva de 1958 que ficou registrada no Boletim Mensal do CBPE número 14 de setembro de 1958, em que as personagens da foto provavelmente estão mencionados na ata desta reunião. Boletim disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/image-01>>. Acesso em: 20 jul. 2020. Já a Fotografia 2 foi encontrada no maço endereçado como CBPE\_m323p01\_FotografiasCBPERioDeJaneiro\_1958. Na data pesquisada o documento não estava mais disponível no Atom do Inep. Acesso em: 20 jul. 2020.

<sup>70</sup>Informação interessante encontrada no texto deste relatório é que houve um estudo inicial de criação de Centros Regionais em Brasília, Fortaleza e Belém, atendendo região Norte e Centro-Oeste. Informação disponível no maço de documentos endereçado como DIRETORIA\_m187p1- Relatório para o Jubileu do Inep. Na data pesquisada o documento não estava disponível no Atom do Inep. Acesso em: 20 jul. 2020

intercomunicação que deveria ocorrer entre as Divisões assim como a mesma organização interna do CBPE, os Centros Regionais possuíam representações da DEPE, DEPS e DAM e DDIP. No caso do CRPE/Recife<sup>71</sup>, conforme foi se constituindo de melhor verba o Centro foi ampliando sua estrutura. No caso do organograma em questão não existe uma DDIP neste Centro Regional, pois segundo o relatório naquele momento (1963) “falta[va] ao Centro, em relação à estrutura completa prevista, a Divisão de Documentação e Informação Pedagógica. Mas vale registrar que já funcionam, desde 1959, a Biblioteca e o Serviço de Expedição de livros e de Publicações atendendo os estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Piauí servindo também outros estados e o países do exterior que ocasionalmente faziam solicitações.”<sup>72</sup>

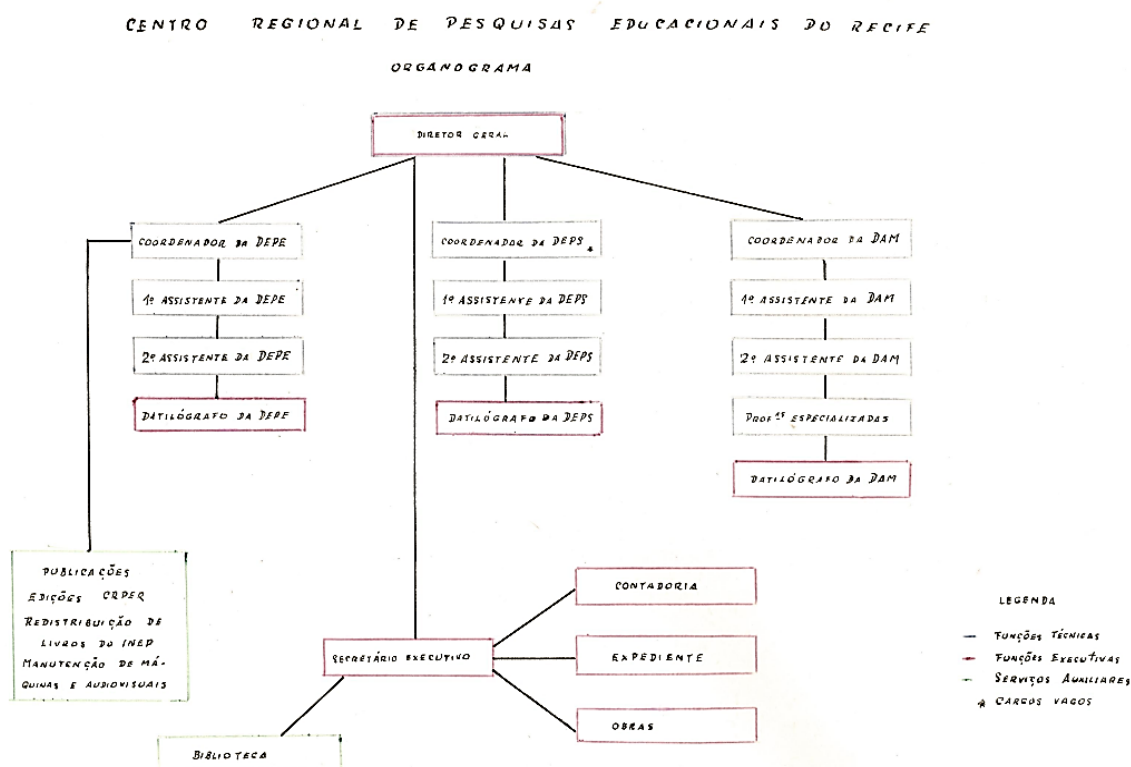
---

71 Algumas curiosidades que constam nesse relatório sobre o CRPE/PE que é que seu primeiro local de funcionamento foi em salas emprestadas nas dependências da Fundação Joaquim Nabuco, criada por Gilberto Freyre. Além disso, após a mudança em definitivo para a casa Vila Anunciada na rua Apipucos em Recife, destaca-se que naquele bairro havia grande efervescência cultural, funcionando escolas, jardim zoológico, universidade rural, o próprio Instituto Joaquim Nabuco, a residência de Gilberto Freyre - o solar de Santo Antônio de Apipucos, um juvenato e três museus: Museu de Arte Popular, Museu de Açúcar do Instituto do Açúcar e do Alcool e o Museu do Estado de Pernambuco.

72 Trecho retirado da página 2 do documento disponível no maço endereçado como DIRETORIA\_m187p1- Relatório para o Jubileu do Inep. Na data pesquisada o documento não estava disponível no Atom do Inep. Acesso em: 20 jul. 2020



Imagem 4: Organograma do CRPE/RE



Fonte: Arquivo Histórico do Inep<sup>73</sup>

O Centro desenvolvia ainda cursos e seminários elaborados periodicamente, voltados ao aperfeiçoamento do magistério, curso de línguas, de pesquisa, de capacitação com recursos audiovisuais. Também realizava conferências e palestras, além de pesquisas que deram origem a trabalhos publicados. Havia ainda um serviço de publicações, vinculado ao DEPE, que fazia edições mimeografadas de publicações daquele centro. O relatório de 1963 fala em 500 tiragens por falta de verbas para volume maior de distribuição. Boletins informativos bimestrais com a programação de atividades, periódicos semestrais editados para o público. Essas atividades relatadas e divididas entre “publicações”, “cursos e seminários” e “publicações” em um gráfico de resumo de atividades também apresentado no citado relatório.

Ademais, a biblioteca apresentava àquela altura quase 2500 volumes divididos em coleções de Educação, Sociologia ecologia. Se somados os periódicos de respeitadas revistas internacionais o total sobe para quase 2800 volumes. Uma

73 Organograma retirado da página 37 do documento disponível no maço endereçado como DIRETORIA\_m187p1- Relatório para o Jubileu do Inep. Na data pesquisada o documento não estava disponível no Atom do Inep. Acesso em: 20 jul. 2020

escola de demonstração estava em construção devendo abrigar biblioteca, salas de aula e um auditório com capacidade para atender 180 crianças. A direção bem como o corpo de professoras eram formados a partir de ex-bolsistas do Inep, todas mulheres.

Fotografia 3: Escola de Demonstração do CRPE/RE.



Fonte: Arquivo Histórico do Inep<sup>74</sup>

---

74 As fotografias de 3 a 5 foram retiradas do documento disponível no maço endereçado como DIRETORIA\_m187p1- Relatório para o Jubileu do Inep. Na data pesquisada o documento não estava disponível no Atom do Inep. Acesso em: 20 jul. 2020.



Fotografia 4: Fachada do CRPE/RE



Fonte: Arquivo Histórico do Inep

Fotografia 5: Gilberto Freyre ao fundo reunido com funcionários do CRPE/RE.



SALA DO DIRETOR GERAL DO CENTRO REGIONAL DO RECIFE  
ASPECTO DE UM SEMINÁRIO ENTRE TÉCNICOS DO CRR E DA SUDENE

Fonte: Arquivo Histórico do Inep

O mesmo relatório reúne ainda considerações sobre o Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia (CRPE/BA), que dirigido por Carmen Spínola Teixeira (irmã de Anísio) e Luiz Ribeiro de Sena (FERREIRA, 2006) funcionava dentro da Escola Parque. Dessa forma, o CRPE/BA atuava por meio de pesquisas realizadas por meio da DEPE voltadas em grande parte para o funcionamento da Escola Primária Experimental do Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Criada em 1956 para ser um laboratório de experimentação e observação para professores do Ensino Primário e para bolsistas do Inep, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR), idealizado por Anísio Teixeira quando ainda Secretário de Educação da Bahia, e mantido pelo CRPE/BA era estruturado a partir das escolas-classe e por uma área com sete pavilhões dedicadas a “atividades educativas: trabalho manual e artes industriais, educação física, recreação e jogos; atividades socializantes, educação artística, biblioteca” (CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO - ONDE A CRIANÇA TEM O DIREITO DE SER CRIANÇA, 1963, p. 2). O CECR ainda oferecia atividades voltadas para autonomia do trabalho

como atividades de interesse masculino, os meninos contaram com as seguintes técnicas: cestaria, alfaiataria, sapataria, artefatos de couro, cartonagem, encadernação, madeira, metal, pintura, modelagem, cerâmica e desenho, estas quatro últimas técnicas também para as meninas. As técnicas de interesse feminino foram as de: bordado-branco e em cores, confecções, corte e costura, tapeçaria e tecelagem. (CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO - ONDE A CRIANÇA TEM O DIREITO DE SER CRIANÇA, 1963, p.7)

Essas atividades ainda eram integradas a um planejamento de educação balizadas pelo Escolanovismo e acompanhadas de direitos básicos como acesso a alimento e saúde.

Desta maneira, o Centro se propõe, com o programa que preparou, a educar a criança, formando hábitos positivos de trabalho, atitude de maturidade emocional em relação à comunidade a que pertence; cultivar aspirações, preparar, em suma, a criança para viver na sociedade atual. Oferece ainda, condições para que ela se desenvolva normalmente, dando-lhe alimento, vestimenta e assistência médico dentário. (CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO - ONDE A CRIANÇA TEM O DIREITO DE SER CRIANÇA, 1963, p.2)<sup>75</sup>

Essas atividades atendiam a 2700 crianças moradoras de centro periféricos de Salvador.

---

75 CENTRO EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO - ONDE A CRIANÇA TEM O DIREITO DE SER CRIANÇA, 1963 é um documento parte do relatório endereçado como DIRETORIA\_m187p1 - Relatório para o Jubileu do Inep citado acima

Fotografia 6: Interior de um dos galpões do Centro Educacional Carneiro Ribeiro que abriga o complexo de Escola Parques de Salvador. Do lado esquerdo da foto está Anísio Teixeira acompanhado de representantes



Fonte: Arquivo Histórico do Inep<sup>76</sup>

O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (CRPE/MG), sob a direção de Mário Casasanta, descreveu neste relatório o cumprimento de atividades tal qual do Centro do Recife, em que as atividades de produção de publicações, boletins informativos, cursos de línguas estrangeiras, português, matemática para aperfeiçoamento de professores. Havia ainda organização de seminários, manutenção de um arquivo de recortes de notícias retiradas de jornais recebidos de circulação regional e também de outros estados que eram classificadas com base em assuntos pré-definidos, e atividade de distribuição de quase cinquenta

---

<sup>76</sup>Fotografia retirada do documento disponível no maço endereçado como CBPE\_m027p01\_FotografiasMESEscolaParqueSalvador. Na data pesquisada o documento não estava disponível no AtoM do Inep. Acesso em: 20 jul. 2020

mil livros (até a data de abril de 1963) além de uma biblioteca local com mais de cinco mil volumes.

Dentro do relatório consultado não foram encontradas informações sobre os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP) e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul (CRPE/RS). Márcia Ferreira (2006) detectou em sua pesquisa que nesse período era diretora do CRPE/RS Eloah Ribeiro Kunz, e diretor do CRPE/SP Fernando de Azevedo.

Como mostrado acima, as atividades das crianças envolviam a realização de artesanato de tipos variados, atividades que poderiam gerar renda a essas crianças como futuros trabalhadores. Com o encerramento das atividades do CBPE Márcia Ferreira (2006) afirma que os centros foram incorporados às universidades federais de cada estado correspondente, à exceção do CRPE/MG que foi incorporado à Secretaria de Educação. Não temos notícia do exato paradeiro dessas produções.

No trabalho de se procurar compreender a imaginação museal em torno do Museu Pedagógico do Inep, retomamos a discussão de Mário Chagas que o cunhou para definir a força motriz que está presente na aura de cada museu. Chagas disserta sobre a imaginação museal de Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro criadores, respectivamente do Museu Histórico Nacional, Museu do Homem do Nordeste e do Museu do Índio. Desses atores, dois estavam envolvidos diretamente com o CBPE, sendo Gilberto Freyre diretor do CRPE/RE e Darcy Ribeiro, diretor do DEPS.

Na sua proposta, a noção de museu se desintegra e se reconstrói dando lugar a uma noção de museu quase que metafísica, atravessada por uma constante metamorfose que não depende necessariamente de tempo, espaço físico, lugar para acontecer. Se desvinculou da matéria como algo vital, mas pode fazer uso dela quando lhe convém. O museu é fenômeno nesse sentido, porque ele se adapta para sobreviver às circunstâncias, não há um formato único e específico e essa capacidade de metamorfose, às vezes o camufla em outros nomes em outras roupagens, em que para entender a dimensão daquele fato como museu é preciso desconstruir para reconstruir o quebra-cabeça e visualizar o dispositivo por meio do qual o museu está operando. Nesse processo de construir e desconstruir para se chegar a compreensão do Museu Pedagógico do Inep, chegamos à década de 1950, última vez que é mencionado na estrutura do CBPE e afiliados.

Desde o início dessa pesquisa algo chamava a atenção para o fato de que as atividades relativas à educação eram pensadas de forma especial nesses centros e no Inep. O anúncio de um museu e a constante de que os museus direta ou indiretamente estiveram presentes na existência do Inep, seja pela previsão em lei, seja pela sua primeira instalação ter sido no MHN<sup>77</sup>, seja pelo Escolanovismo ser acompanhado de museus escolares e pedagógicos, seja pelo Seminário Internacional de Museus de 1958 ter ocorrido com patrocínio do CBPE/Inep, todos esses fatores transpareceram que sempre esteve presente uma aura museal. À luz da Museologia e do que define o objeto de museu, o debate crucial desta pesquisa incide em percorrer o fenômeno museu dentro do Inep.

A partir do panorama formado via construção de informações contidas nos documentos acessados pelo recorte utilizado e da legislação do Inep referente ao assunto, nota-se que o museu acabou sendo adiado, ou pelo menos um projeto específico de um tipo museu.

#### Retomando o conceito de Mário Chagas *imaginação museal* é

a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas. Essa capacidade imaginativa não implica a eliminação da dimensão política dos museus, mas, ao contrário, pode servir para iluminá-la. (2005, p. 64)

#### E complementa que

O exame da imaginação museal [...] indica, por exemplo, que criar e organizar museus não significa simplesmente arrumar coisas concretas num espaço tridimensional, mas investir as coisas de sentimentos, pensamentos, sensações e intuições e colocar em movimento, por seu intermédio, um processo de comunicação que depois de acionado não se pode mais controlar inteiramente (2005, p. 248)

De posse desse conceito, verificaremos como esse grupo de intelectuais brasileiros do século passado contribuiu para esse desenrolar e qual foi essa *imaginação museal* que pode nos ser revelada pelas fontes e metodologia dessa pesquisa.

---

<sup>77</sup> Sobre a primeira casa do Inep, como citado na página 11 deste trabalho, Lourenço Filho comenta que o Inep primeiro funcionou em algumas do MHN no edifício apelidado de Calabouço. Já a edição comemorativa de 80 anos do instituto *Inep 80 anos: 1937-2017*, publicada em 2018 traz que "Foi instalado provisoriamente em uma sala do Palácio Tiradentes, que à época abrigava o Congresso Nacional. Alguns meses depois, foi transferido para um casarão na Praça Marechal Âncora, ao lado do Museu Histórico Nacional. Em seguida, passou a funcionar em um dos mais modernos edifícios de escritórios da cidade do Rio de Janeiro à época: o Edifício Rex, na Praça Marechal Floriano, na Cinelândia, em frente à Câmara Legislativa." (2018, p. 17).

### 3.1 A Imaginação Museal do Museu Pedagógico do Inep

Retomaremos aqui, diferentes momentos já apresentados no texto para melhor sistematizar aquilo que identificamos ao longo da trajetória do Inep como momentos em que a imaginação museal de diretores e funcionários se apresenta.

O primeiro deles é a publicação do Decreto-Lei nº 580 de 1938 que regulamenta o funcionamento do Inep e prevê em seu artigo 4º, junto à criação de uma Biblioteca, a criação do Museu Pedagógico. Lourenço Filho, diretor do órgão naquele contexto, em artigo de 1964, ao recordar a sua atuação à frente do órgão, sinaliza uma imaginação museal que se baseia nas ideias (e por que não na imaginação museal) de Rui Barbosa ainda no contexto do Segundo Reinado (1840 - 1889).

Em parecer sobre a "Reforma do Ensino Leôncio de Carvalho" (1883), Rui Barbosa defende a criação e importância dos museus escolares e do museu pedagógico. No referido parecer, Rui Barbosa afirma:

Os museus escolares, destinados a completarem, um em cada distrito, os meios coligidos em cada escola, para o ensino prático e experimental. O fim desses estabelecimentos é oferecerem os recursos complementares da instrução pelos processos intuitivos. O Museu Pedagógico Nacional é um estabelecimento cujo desígnio seja figurar demonstrativamente o desenvolvimento histórico, a estatística, os recursos técnicos e a vida contemporânea da educação popular no país e no mundo. (BARBOSA, 1947, p. 200 - 201)

Em 1883, o deputado Franklin Doria propõe a criação do Museu Pedagógico Nacional:

O Museu Escolar Nacional tem por fim fazer conhecer a história, a estatística e o estado atual do ensino primário em todos os graus tanto em relação ao Brasil, como aos países estrangeiros. O museu deveria ter uma exposição permanente e progressiva de tudo quanto for adequado ao seu fim, entre eles: mobília escolar, obras didáticas, instrumentos e aparelhos de ensino. (BARBOSA, 1947, p. 187)

Observamos a similaridade entre essas propostas e a do Decreto nº 580 de 1938 já citado aqui com o texto de Lourenço Filho de 1964 publicado na RPEB citado à página 36 deste trabalho.

que servisse à documentação e à difusão de novas idéias sobre o ensino, com investigação de seus problemas na vida nacional. A exemplo de instituições similares, ensaiadas nalguns países da Europa – a Hungria, a Holanda, a França, a Bélgica, além de outros – esse órgão recebia o nome de Museu Pedagógico (RBEP, 2005, p.180)



Ainda sobre as semelhanças, Maria Helena Câmara Bastos detalha a concepção do *Pedagogium* em que é possível perceber pontos de contato entre *Pedagogium* e Inep. Segundo a autora (2002, p. 251-315), a partir de 1870 começa a aflorar no país a ideia de um museu pedagógico como símbolo da modernidade brasileira, graças a participação em exposições internacionais e o contato com as ideias estrangeiras. Em 1880 é lançada a primeira proposta de um museu de instrução pública por Pedro de Alcântara Lisboa. Em 1883, Rui Barbosa argumenta sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo para com a obrigação de criar um museu pedagógico, tendo como modelo o relatório do Museu Pedagógico de São Petersburgo. Após a exposição pedagógica do Rio de Janeiro em 1883, em que vários países participaram, o deputado Franklin Dória encaminha do Congresso proposta de criação de um Museu Escolar, recusado pela comissão de Instrução Pública que sugere outro modelo de museu, um museu pedagógico nacional e uma escola de artes. Por algum tempo a Sociedade Mantenedora do Museu Escolar Nacional foi a representação privada que procurou articular a criação do museu, mas que não poderia se desenvolver sem o auxílio dos cofres públicos. Esses movimentos marcam a década de 1870 e 1880 e antecedem a criação do *Pedagogium*. Criado, deveria ser um centro impulsor de reformas e melhoramentos para a educação nacional, como consta no texto da sua lei de origem. Na formação de seu acervo recebeu material pedagógico de diversos países, promoveu cursos científicos (física, química, desenho, pedagogia, história natural...), teria laboratórios, exibiria exposições e caberia a ele também o levantamento da realidade escolar do país a ser executada por uma escola-modelo em uma seção exclusiva. Contudo, dado todo o potencial do *Pedagogium*, desde seus primórdios sofria ameaças e instabilidades financeiras. A derrocada começa quando Alberto Torres, Ministro da Justiça e Negócios Interiores comunica em 29 de dezembro de 1896 que a partir de 3 de janeiro de 1897 o museu seria administrado pelo Governo do Distrito Federal, sendo exonerado Menezes Vieira, diretor do *Pedagogium* desde o início de suas atividades. Estando sob a alçada da prefeitura passa por diversos diretores, até ser extinto em 18 de janeiro de 1898, recriado em 15 de setembro do mesmo ano, passando por alterações em sua estrutura até ser extinto em definitivo em 1919.

A autora faz conexão entre o *Pedagogium* e o Inep, sendo que segundo sua análise este último retoma funções do *Pedagogium* no que se refere a publicações, pesquisa, estudos e aperfeiçoamento do magistério.



É interessante observar que Lourenço Filho era leitor e autor de livros sobre as ideias liberais de Rui Barbosa para a educação<sup>78</sup>. Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Murilo Braga eram intelectuais de uma mesma geração. Anísio Teixeira e Murilo Braga eram mais jovens, aquele nascido em 1900 e este em 1912. Lourenço Filho e Fernando de Azevedo nascidos nos últimos anos do século XIX. Mas quando nos referimos a serem de uma mesma geração não queremos nos ater na idade, mas compreendemos geração aqui como o conjunto de intelectuais que se preocupavam, debatiam, estavam envolvidos em discussões em comum, no caso, aquelas que giravam em torno das ideias de reforma do ensino nacional. Para esses homens, que serão considerados anos depois os baluartes do Escolanovismo no Brasil, a reforma do ensino nacional passava necessariamente pelo aprimoramento técnico pedagógico e os museus eram uma dessas ferramentas de aprimoramento do ensino.

Sobre esse aprimoramento técnico-pedagógico, o professor Firmino Costa afirma:

A biblioteca, o museu e o laboratório são outros auxiliares preciosos que vieram colaborar com a escola. Nem hoje se compreende esta sem a observação do maior número possível de exemplares próprios para ilustrar as lições, e sem a experimentação que instrumentos e aparelhos facultam para comprovar os fatos. (COSTA, 1935, 197)

Mais recentemente, Simona Misan assevera:

Nas décadas de 1930 e 1940, encontramos uma significativa bibliografia a respeito de novos meios de ensino, onde o papel dos museus, é quase sempre analisado, o que demonstra ser tema de interesse dos escolanovistas ou de simpatizantes dos métodos da Nova Pedagogia. (MISAN, 2008, p. 190)

Os autores dessa "significativa bibliografia" são intelectuais já mencionados aqui: Fernando de Azevedo, Roquette-Pinto, Edgar Sussekind de Mendonça, dentre outros (MISAN, 2008, p. 190).

Lourenço Filho permanece à frente do Inep até o fim do Estado Novo (outubro de 1945) sendo substituído por Murilo Braga. Na bibliografia pesquisada sobre a trajetória do Inep há um consenso por parte dos autores no sentido de aproximar as

---

78 LOURENÇO FILHO, M. B. Prefácio à "Lições de Coisas de Lições de Coisas" de Rui Barbosa. In: BARBOSA, R. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1947. v.II (1885), t.I.

\_\_\_\_\_. *A pedagogia de Rui Barbosa*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

duas gestões no sentido da limitação da atuação do órgão que carecia de profissionais.

Anísio Teixeira assume a gestão do órgão no início dos anos 1950 e em 1953, reencontramos o Museu Pedagógico na Portaria nº 32, de 1953 inserido na estrutura do Centro de Documentação Pedagógica (CDP). Como já apresentado neste trabalho, a ideia era a de que esse museu apresentasse um histórico da educação internacional e nacional, expusesse instalações técnicas e demais assuntos de interesse da área educacional. A portaria é bem superficial nesse sentido.

Entretanto, em 1955, com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e de suas representações regionais por meio do Decreto nº 38.460, se retoma a necessidade de criação de um museu pedagógico. Nesse contexto, Guy de Hollanda escreve exposição de motivos sobre o papel de um Museu Pedagógico na estrutura do CBPE/Inep conforme já apresentado neste trabalho. Neste documento, Guy de Hollanda não só retoma o papel do Museu Nacional com a criação da Seção de Assistência Educacional por Roquette-Pinto em 1927, mas filia sua imaginação museal àquela já que defende que o Museu Pedagógico deveria contribuir para que os museus melhor desempenhassem sua função educativa. Distantes mais de 50 anos do parecer de Rui Barbosa e dos projetos relacionados ao Museu Escolar Nacional, ao *Pedagogium*. Claro que atualizados, as expectativas eram de que esses museus no interior do CBPE e dos Centros regionais elaborassem diagnósticos sobre a educação brasileira, propusessem cursos de capacitação para os professores, expusessem materiais didáticos inovadores.

Em 1958, Guy de Hollanda encaminha à direção do Inep outro documento para a criação de um Serviço de Museus para o órgão.

Em 1959, como já sinalizamos, ocorre a última menção ao museu nos documentos consultados.

Contudo, a imaginação museal que se desenhou no Inep/CBPE não se encerrou naquele ano. Identificamos ao longo do caminho que essa imaginação deságua para outros caminhos se fragmentando em outros museus e novas ideias como é o caso do Museu da Educação do Distrito Federal (MUDE) e da própria UnB.

De acordo com seu Plano Museológico<sup>79</sup> o Museu da Educação do Distrito Federal está em processo de estruturação que se iniciou a concepção de um Grupo de Trabalho instituído nos termos da Portaria SEDF nº 230, de 28 de agosto de 2013 e que foi impulsionado pelo projeto *Educação Pública no Distrito Federal – 1956/1964: origens de um projeto inovador*, desenvolvido na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (PLANO MUSEOLÓGICO MUDE, 2014, p.4) Ao passo que Brasília foi concebida dentro de um imaginário de progresso, do futuro e do desenvolvimento, a educação para essa cidade também foi desenhada tendo em vista a criança e o adolescente que viria a morar na nova capital

seu projeto de educação pública, visando à formação integral dos cidadãos em todos os níveis de ensino: do jardim de infância à universidade. O Plano de Construções Escolares de Brasília 'obedeceu o propósito de abrir oportunidade para a Capital Federal oferecer à Nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do País' (Teixeira, 1961, p.195-199 apud PLANO MUSEOLÓGICO MUDE, 2014, p.5)

Conforme ocorria o planejamento da cidade foi elaborado o Plano das Construções Escolares de Brasília. Idealizado por Anísio Teixeira nos moldes da Escola Nova pensava nas etapas do ensino do básico ao superior de forma integrada e transplantava o modelo das escolas-classe e escolas-parque unindo o ensino formal com o ensino voltado ao desenvolvimento de aptidões para o trabalho.

O MUDE tem como objetivo mapear a história da educação pública no DF e para isso reúne documentos em suportes variados a respeito desse histórico educacional brasiliense e depoimentos em história oral colhidos pelos pioneiros da educação no Cerrado. Projeta-se construir como principal peça expográfica do Museu a construção de uma réplica da escola Júlia Kubitschek na cidade de Candangolândia – Distrito Federal, no mesmo terreno da escola original, construída de modo provisório em madeira em 1957 para oferecer ensino as crianças filhas dos trabalhadores que vieram erguer Brasília, os chamados candangos. O treinamento da equipe de professoras dessa escola foi realizado na Bahia por Carmen Spínola Teixeira nos

---

79 Documento disponível em: <<http://www.museudaeducacao.com.br/ctx-10/plano-museologico/>>. Acesso em: 17 ago 2020.

métodos das escolas-parque<sup>80</sup> já aplicado com êxito na Bahia por meio de projeto de Anísio Teixeira.

A Universidade de Brasília (UnB)<sup>81</sup> também tem como parte dos ingredientes de sua criação a imaginação anisiana. Tendo como primeiro reitor Darcy Ribeiro e como primeiro vice-reitor foi Anísio Teixeira (e em seguida reitor de 1962 a 1964) que tendo construído o Plano educacional de Brasília, elaborou o sistema escolar da nova capital e incluiu a UnB nesse projeto.

O sistema de educação proposto para Brasília seria constituído pelos seguintes tipos de instituições escolares: a) Centros de Educação Elementar, integrado por Jardins da Infância, Escolas-classe e Escolas-parque; b) Centros de Educação Média, destinados à Escola Secundária Compreensiva e ao Parque de Educação Média; c) Universidade de Brasília, composta de Institutos, Faculdades e demais dependências destinadas à administração, biblioteca, campos de recreação e desportos (TEIXEIRA, 1961:195-196 apud PEREIRA; ROCHA, 2008, p. 9)

Em sua fala sobre a UnB é possível identificar alguns traços da sua imaginação:

logo percebi que, mais dia menos dia, Brasília teria a sua Universidade e, a tê-la, que a tivesse certa: aderi, então, à idéia de Darcy Ribeiro e, não só à idéia, ao plano Darcy Ribeiro. Esse plano é uma exata correção dos defeitos mais graves de que sofrem as universidades brasileiras em sua mistura de anacronismo e deformações congênitas. [...] Se a essa estrutura imaginada para cooperação e a interpenetração juntamos as demais instituições planejadas para a vida em comum dos estudantes e dos professores, não será difícil perceber que a Universidade de Brasília deverá transformar-se no primeiro marco da integração universitária no Brasil. Ao invés da atual organização ganglionar senão pulverizada, a nova Universidade será verdadeiramente a unidade na diversidade. Pelo menos uma vez vamos ser fieis à semântica.

---

80 O CRPE/BA funcionava em um dos pavilhões de uma das escolas-parque de Salvador o que demonstra uma proximidade dessas instituições nesse determinado momento.

81 A UnB contou com financiamento concedido pelo Inep para sua criação, uma ação de Anísio Teixeira em apoio a consecução da universidade. Informação disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/historia>>. Acesso em: 03 set. 2020. Quando da transferência do Inep para Brasília o instituto chegou a funcionar temporariamente nas dependências da UnB.

## CONCLUSÃO

Ao longo do diálogo que se procurou estabelecer neste trabalho, alguns pontos precisam ser retomados para que possamos realizar um desfecho satisfatório.

Procuramos demonstrar quais foram as nuances deste museu pedagógico imaginado e as tentativas de sua criação. Parte dessa imaginação museal do museu pedagógico do Inep foi realizada através do CBPE. As diversas menções do museu até que se chegue ao CBPE, demonstram que havia um interesse na constituição desse museu, mas a falta de um projeto que o definisse em vias palpáveis pode ter sido um dos motivos que sempre o fizeram ser postergado. Esse museu ficou no plano das ideias, mas parte dessas ideias tomaram forma por meio dos Centros no Inep. A potência de um museu dedicado ao estudo da educação no país, vinculado ao Inep, uma das instituições da administração pública mais conhecidas e que ganhou prestígio graças aos esforços de seus primeiros diretores em se construir uma relação de cooperação entre seus pares nos chamou à atenção.

O estímulo à essa investigação foi uma tentativa de responder como se deu o processo da *imaginação museal* do museu pedagógico do Inep e se tal *imaginação* poderia ter impacto na educação brasileira como suspeitamos.

Além dessa investigação é necessário falarmos sobre os antecedentes do museu pedagógico do Inep no universo museal. O *Pedagogium*, que pode ser tido como o irmão mais velho do que seria o museu do Inep e que foi criado pelo governo em um dos primeiros decretos da República é também um museu dedicado ao estudo de técnicas pedagógicas. O *Pedagogium* desapareceu de forma incerta, com sede no Rio de Janeiro existiu por 19 anos tendo sido dado como encerrado em 1919<sup>82</sup>. Em seu período efêmero de existência algumas de suas atividades ficaram registradas nos jornais da época e em edições da revista do *Pedagogium*. É interessante associar *Pedagogium* e Museu do Inep pelas suas similaridades por mais que a distância temporal de criação desses museus seja de 48 anos. O *Pedagogium*, contudo, é encerrado dezoito anos antes dos primeiros ensaios do museu pedagógico em

---

82 Informação citada por Maria Helena Camara Bastos (2002) e Marcele R. N. Pereira (2019) no artigo *Museus escolares: trajetória histórica e desafios à luz da museologia social*. Disponível em: <<http://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/145/97>>. Acesso em: 19 out. 2020

1945<sup>83</sup>. O tempo passou, mas as inspirações se mantiveram as mesmas para o museu do Inep que a do irmão mais velho e ainda podem ter sido inspiração para outros tantos museus pedagógicos no país.<sup>84</sup>

Bastos inclusive detecta uma proposta de 1989 do então diretor do Inep Marcos Formiga para criação do *Pedagogium* como instituição a preservar a memória da educação brasileira. Chegou a ser construído na UnB um prédio para expor as coleções, mas que foi destinado a outro fim. (BASTOS, 2002, p. 315)

Por todo o contexto estudado e o envolvimento de seus pensadores a segunda instituição, diria, onde as ideias de uma pedagogia são naturalmente mais pulsantes é na própria Universidade de Brasília (UnB), que é uma universidade que já nasce com projeto de museus<sup>85</sup> em sua concepção. Este projeto de criação de um museu da universidade não seria um museu pedagógico em si, mas seria um museu sobre a pedagogia da UnB e logo essas imaginações museais possam estar em algum nível presentes aqui.

O fato é que mesmo não sendo efetivamente concluído o museu do Inep já parece ter criado impacto na educação brasileira por meio do CBPE. A imaginação museal do museu pedagógico do Inep embora não sendo em sua totalidade somente anisiana, mas uma amálgama de imaginações teve expressão maior com Anísio por meio do CBPE. Sobre essa imaginação anisiana e essas imaginações, de Darcy, de Gilberto, de Lourenço Filho, Guy de Hollanda e mais outros tantos não desvendados neste trabalho, penso que são como sombras prolongadas como define Delgado de Carvalho (apud PORTO JÚNIOR, 2012, p. 54) no trecho abaixo ao falar de Anísio Teixeira.

Quando penso na obra de Anísio Teixeira convenço-me cada vez mais de que não é nos congressos de centenas de delegados, nem nos conselhos de

---

83 Quando Lourenço Filho solicita fotografias a diversos departamentos da área da educação. Conforme consta na nota de rodapé 31.

84 O Guia dos Museus Brasileiros de 2011, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Museus apresenta quarenta e oito menções a museus pedagógicos espalhados pelo país entre extintos e existentes A plataforma Museusbr, que busca listar os museus existentes no Brasil, indica quarenta e quatro museus pedagógicos no país, sendo quarenta e três no estado de São Paulo.

85 No Plano Orientador da Universidade de Brasília, de 1962, é possível observar a previsão de três museus para a UnB: *Museu da Civilização Brasileira* e *Museu da Ciência* como Órgãos Complementares da universidade e um *Museu de Arte* como parte do Instituto de Artes. Esses três museus formariam o conjunto batizado de *MUSEUM* que tinham planejamento de obras entre 1964-1970. O Museu da Civilização Brasileira é pensado no Plano “com o objetivo de vincular Brasília às nossas tradições históricas e artísticas e dar, aos moradores da nova capital e aos visitantes que a procurarem, uma visão do nosso esforço secular para criar uma civilização” (1962, p. 31).

dezenas de membros, nem mesmo nas comissões de três ou quatro técnicos que são delineados os grandes planos. É nas discussões em que o ascendente espiritual de um só, ouvindo e escolhendo as opiniões autorizadas, determinam as medidas decisivas. Não sei onde li, certa vez, um conceito de Emerson que dizia: 'Uma grande instituição não é, na realidade, senão a sombra prolongada de um homem'. Ora, a Secretaria da Educação do Distrito Federal com o seu Instituto de Educação e Escola de Professores, com o seu Instituto de Pesquisas Educacionais, com sua Universidade do Distrito Federal e outros departamentos, é uma grande instituição que ficará, na história da educação brasileira, como a sombra prolongada de Anísio Teixeira.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Antonio Carlos Souza de; AZEVEDO, Nara. O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e a institucionalização da ciência no Brasil, 1946-1966. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, n. 2, p. 469-492, 2010.

ALVES, Luís Alberto Marques. República e educação: dos princípios da escola nova ao manifesto dos pioneiros da educação. **História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 11, 2018. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3654>>. Acesso em: 17 jun. 2020

ALVES, Vânia Maria Siqueira; REIS, Maria Amélia Gomes Souza. Museus Escolares no Brasil: de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia. 2016. Disponível em: <<http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11206>> . Acesso em: 28 maio 2020.

AZEVEDO, Fernando de et al. Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). **Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana**, v. 122, 2010. 122 p. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=205210](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=205210)> . Acesso em: 16 abr. 2020.

BARBOSA, Rui. Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública. In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, vol. X, tomos III e IV; 1981, v,x,t, II.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Pro Patria Laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)**. Editora EDUSF: Bragança Paulista/SP, 2002 Coleção Estudos CDAPH Série Historiografia. 350p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ªed. Editora FGV, 2006.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. **São Paulo: Arquivo do Estado**, v. 1, 1998. Disponível em: <[http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf1.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf1.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2020

BOMENY, Helena. Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. 29f. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arg/1354.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1354.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep 80 anos: 1937-2017/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Brasília: Viva Editora, 2018. 200 p., il: color. Disponível em:<[http://download.inep.gov.br/institucional/inep\\_80\\_anos/exposicao/LIVRO\\_INEP\\_80\\_ANOS.pdf](http://download.inep.gov.br/institucional/inep_80_anos/exposicao/LIVRO_INEP_80_ANOS.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2020

BRASIL, Decreto nº 980 de 8 de novembro de 1890. Dá novo regulamento ao Pedagogium da Capital Federal. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto\\_980-8-novembro-1890-518331-publicacaooriginal-1pe.html#:~:text=D%C3%A1%20novo%20regulamento%20ao%20Pedagogium%20da%20Capital%20Federal.&text=Palacio%20do%20Governo%20Provisorio%2C%208,MANOEL%20DEODORO%20DA%20FONSECA.>](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto_980-8-novembro-1890-518331-publicacaooriginal-1pe.html#:~:text=D%C3%A1%20novo%20regulamento%20ao%20Pedagogium%20da%20Capital%20Federal.&text=Palacio%20do%20Governo%20Provisorio%2C%208,MANOEL%20DEODORO%20DA%20FONSECA.>)>. Acesso em: 02 set. 2020

BRASIL, Decreto-Lei nº 580, 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 set. 2020



BRASIL. Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955. Institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e centros regionais. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38460-28-dezembro-1955-334313-republicacao-49484-pe.html>>. Acesso em: 02 set. 2020

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 02 set. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m025p01 - Análise da Situação Atual do INEP e Proposta de Reformulação de sua Estrutura e seus Objetivos, 1971.** Documento preliminar do ano de 1971 elaborado para analisar a situação atual do INEP e proposta de reformulação de sua estrutura e seus objetivos. Dez/1971. 138p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m025p01analisedasituacaoatualdoinepepropostadereformulacaodesuaestruturaeobjetivos>>. Acesso em: 02 set. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CODI\_m053p01 - Portaria Número 32, 11 de novembro, 1953.** Discorre sobre as funções de coordenação e planejamento das atividades dos órgãos integrantes do Centro de Documentação Pedagógica. Rio de Janeiro, 1953. 4p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/codi-m53p01-portaria-numero32-11novembro1953>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m020p01 - Documentação sobre Informação Pedagógica e Caracterização do CBPE, 1953-1967.** Documentação contendo informação pedagógica do ano de 1967, tendo como objetivos reunir, analisar e divulgar elementos de documentação relativos a ciências pedagógicas e sistemas educacionais do Brasil, bem como selecionar, desenvolver e aperfeiçoar instrumentos de trabalho para o professor. Caracterização do CBPE de 1953 a 1962 – conteúdo da pasta: Decreto 38.460/1955, que Institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais; Programa de Trabalhos do CBPE; Documento sobre The Brazilian Center of Education Research Bertram Hutchinson; Plano de organização do CBPE e Centro Regionais; Plano de reestruturação da DEPE; Trabalhos a serem executados pelo CBPE; Decreto 47.051/1959, que institui a Comissão de Assistência às Fundações Educacionais; Plano para organização do serviço audiovisual; Documento da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP); Organização geral do Centro de Documentação Pedagógica; Projeto de organização e funcionamento do Centro de Documentação Pedagógica. 1953-1967. 136p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m020p01-documentacaoeinformacaopedagogicacaracterizacaodocbpe-1953-1960>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m049p16 - Plano de Organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1956.** Plano Organizacional do CBPE, constando seu organograma, objetivos, planos dos projetos de trabalho, pessoal, aplicações dos recursos orçamentários. Plano apresenta orçamento para pessoal técnico, administrativo, recursos orçamentários para 1956 à sede e aos Centros Regionais, e aos trabalhos da Divisões criadas: Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS), Divisão de Estudos e Pesquisa Educacionais (DEPS), Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP), e a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM). Rio de Janeiro, 1956. 18p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m49p16-planoorganizacionaldocentrobrasileirodepesquisaseducacionais-1956>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m150p01 - Texto: O Museu Pedagógico do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e a função educativa dos museus do Brasil, 1956.** Texto expositivo, O Museu Pedagógico do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e a função educativa dos museus do Brasil, por Guy de Hollanda representante do INEP e do CBPE. Comparação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais ao "Centre National de documentation Pédagogique" (França). Evolução do INEP e das campanhas subsidiadas pelo órgão. Importância da criação de um museu pedagógico e atribuições deste. Rio de Janeiro, Jul/1956. 6p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m150p01>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m049p03 - Análise da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica do CBPE, 1957**. Relatório analítico sobre a Divisão de Documentação e Informação Pedagógica do CBPE encaminhado ao coordenador. Rio de Janeiro. Jan/1957. 9p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m049p03-situacaodosdiversossetoresdadivisao-1957>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m049p05 - Relatório de Atividades do Primeiro Trimestre, 1957**. Relatório das atividades do primeiro trimestre de 1957 descrito pelo professor Péricles Madureira de Pinho, diretor executivo do CBPE, contendo ações e projetos da instalação da nova sede do CBPE, suas instalações, como também contém um relatório das suas divisões: Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais – DEPS, Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais – DEPE e a Divisão de Experimentação e Demonstração Pedagógica. Em anexo as normas de trabalho da contabilidade do CBPE. Rio de Janeiro. Abr/1957. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m049p05-relatoriiodoprimeirotrimestre-1957>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m098p01 - Relatório de Atividades do 1º Trimestre, 1958**. Relatório das atividades desenvolvidas pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais no primeiro trimestre de 1958, contendo justificativa orçamentária do órgão. Documento apresenta a convocação adiada da 2ª Reunião da Comissão Consultiva para julho, trata de ações administrativas e apresenta as atividades e pesquisas das respectivas divisões: Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS), Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP), Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE) e Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM). Documento produzido e assinado pelo Diretor Executivo do CBPE, Péricles Madureira de Pinho e encaminhado ao INEP. Rio de Janeiro. Abr/1958. 29p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m098p01-relatoriiodoprimeirotrimestrede1958>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m280p01 - Novo Programa de Trabalho no CBPE, 1955-1961**. Novo programa de trabalho no CBPE (1958); Correspondência enviada ao Dr. Péricles Madureira de Pinho, Diretor Executivo do CBPE pelo Darcy Ribeiro encaminhando balanço crítico das atividades do CBPE no campo das pesquisas sociais e programa de trabalho para a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (1958); Reestrutura da DEPE enviada por Jayme Abreu; "Trabalhos que vem sendo realizados e principais deficiências notadas na divisão de aperfeiçoamento do magistério" por Lucia Marques Pinheiro; Relatório para tornar o trabalho em conjunto no CBPE mais eficiente, feito pelo Dr. Péricles Madureira de Pinho (1959); Orientação do programa do CBPE para 1956 e 1957; Plano de aplicação de recursos atribuídos à Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (1961); Programa de trabalho do serviço de bibliografia (1960); Plano de trabalho para o ano de 1968 da Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério. Rio de Janeiro. 85p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m280p01-novoprogramadetrabalhonocbpe-1955-1961-1>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m049p09 - Histórico do desenvolvimento do INEP e CBPE, 1957 - 1967**. Documento pela Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP) contendo histórico da criação e desenvolvimento do INEP, características administrativas e objetivos do órgão; Cópias de jornal da criação do CBPE pelo Decreto 38.460 de dezembro de 1955; Entrevista com o Prof. R. Atcon e Prof. Jayme Abreu em 1967, sobre a educação brasileira e o INEP; Nota informativa em francês sobre o CBPE; Artigo em francês de Péricles Madureira Filho que examina a estrutura do CBPE, suas pesquisas e publicações produzidas em 1964; Texto expositivo sobre o INEP e o CBPE pela professora R. Tavares em 1957. 75p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m049p09-criacaodoinstitutonacionalestudospedagogicos>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m057p01 - Portaria sobre Funcionamento do Serviço de Informações e Documentação Pedagógica, 1968**. Portaria Nº 96 de 23 de maio de 1968, dispondo sobre o funcionamento do serviço de informações e documentação pedagógica em Brasília, assinado por Carlos Correa Mascaro, Diretor do INEP. 4p.

Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m057p01-portariasobrefuncionamentoservicodoservicoinformacoeseedocumentacaopedagogica-1969>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m079p05 - Histórico da Criação do CBPE, 1969**. Relatório com o Histórico da Criação do CBPE e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais do ano de 1969, com seus objetivos e organograma. 7p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m079p05-criacao-do-cbpe>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m049p03 - Análise da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica do CBPE, 1957**. Relatório analítico sobre a Divisão de Documentação e Informação Pedagógica do CBPE encaminhado ao coordenador. 9p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m049p03-situacaodosdiversossetoresdadivisao-1957>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **DIRETORIA\_m187p01 - Relatório - Atividades dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais de Recife, Bahia, Minas Gerais - Jubileu INEP, 1963. 90p**. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/diretoria-m187p1-relatorioatividades-centrosregionaispesquisaseducacionais-recife-bahia-minasgerais-jubileuinep-1963>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m027p01 - Fotografias do MES, da Escola Parque de Salvador e da exposição de instrução pública, 1949-1962**. 31p. Arquivo Histórico do Inep. Disponível em: <<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/cbpe-m027p01-fotografias-do-mes-da-esolca-parque-de-salvador-e-da-exposicao-de-instrucao-publica-1949-1962-1>>. Acesso em: 03 ago. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m323p01\_FotografiasCBPERioDeJaneiro\_1958**. Rio de Janeiro, 1958. 24p. Arquivo Histórico do Inep.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **PESQUISA\_m0804p01\_ProjetoDeOrganizaçãoDeMuseuPedagogico\_INEP**. Rio de Janeiro. Dez/1958. 5p. Arquivo Histórico do Inep.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m316p01\_J K Van De Haagen\_ ChefeDaDivisaoDeMuseusEMonumentosDaUNESCO\_ViagemAAmericaDoSul**. Rio de Janeiro, 1956-1958. 31p. Arquivo Histórico do Inep.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **DIRETORIA\_m164p04**. Rio de Janeiro. 1945. 9p. Arquivo Histórico do Inep.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CBPE\_m073p01\_RelatorioSobreAVisitaAoMuseuPedagogicoDoChile\_1958**. Santiago do Chile, Mar/1958. 7p. Arquivo Histórico do Inep

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Cadastro Nacional de Museus**. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/acessoinformacao/acoes-e-programas/cadastro-nacional-de-museus/>>. Acesso em: 12 dez. 2020

BRASIL. Instituto Brasileiro de **Museus Guia dos Museus Brasileiros/Instituto Brasileiro de Museus**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/guia-dos-museus-brasileiros/>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2005

CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. 2003.

COSTA, Firmino. **Pela Escola Ativa**. São Paulo: Melhoramentos, 1935.

CURY, Marília Xavier. **Exposição, Concepção, Montagem E**. Annablume, 2005.

DALLA ZEN, Daniel et al. Entre a ciência a técnica e a nação: uma análise sobre o livro introdução a técnica de museus de Gustavo Barroso. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129913>>. Acesso em: 31 maio 2020

DE CASTRO, Renata Brião; GASTAUD, Carla Rodrigues. O que são centros de documentação? O caso do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. *Revista Linhas*, v. 18, n. 37, p. 263-282, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017263>>. Acesso em: 03 ag. 2020

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. 100 p. Disponível em: <[http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF\\_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf](http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2019.

DOS SANTOS, Irene da Silva Fonseca; PRESTES, Reulcinéia Isabel; DO VALE, Antônio Marques. BRASIL, 1930-1961: ESCOLA NOVA, LDB E DISPUTA ENTRE ESCOLA PÚBLICA E ESCOLA PRIVADA. 2006. Disponível em: <[https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4901/art10\\_22.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4901/art10_22.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2020

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. Educação em museus: um mosaico da produção brasileira em 1958. In: **MOUSEION** - Canoas, n.19, dezembro de 2014.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de; ZITA POSSAMAI. O CURSO DE ORGANIZAÇÃO DE MUSEUS ESCOLARES DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (BRASIL, 1958) **Revista História da Educação (Online)**, 2019, v. 23: e80222. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/80222/pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2020

FERREIRA, Márcia Santos. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, p. 279-292, 2008.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **Centros de Pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21062007-150919/pt-br.php>>. Acesso em: 28 maio 2020.

GOULART, Marcos; Clarice TRAVERSINI. A INTERDIÇÃO DO SUJEITO JOVEM/ALUNO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DA LEI 5692/71: UMA “NOVA ESCOLA” PARA UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL. **XXI Anped Sul - Educação, Democracia e Justiça Social**. p. 1-6, 2018. Disponível em: <[http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/2/1810-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/2/1810-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2020

GUARNIERI, Waldisa Russo. **Museu, Um Aspecto Das Organizações Culturais Num País Em Desenvolvimento**. São Paulo: FESP, 1977.

KNAUSS, Paulo. A presença dos estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil. In: **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46:p. 581-597, jul/dez 2011.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. Antecedentes e primeiros tempos do INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 95, p. 8-17, jul./set. 1964. Disponível em: <<http://rbepold.inep.gov.br/index.php/rbep/issue/view/84/showToc>> Acesso em: 23 jul. 2020

MARTINS, Carlos Benedito. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação. In: CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV / Organizadoras: Marieta de Moraes Ferreira & Regina da Luz Moreira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC; Brasília, DF.: CAPES, 2003. p. 294-309. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arg/1319\\_Capes11.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1319_Capes11.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2020

MATOS, Sendy Santos. MELLO, Janaina Cardoso de. VÉRITAS MOUSEION–ESTUDO ACERCA DA MUSEOGRAFIA. 2012. **Ofício do Historiador: ensino & pesquisa. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO.** Disponível em: <[http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338428053\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH2012Sendy.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338428053_ARQUIVO_ArtigoANPUH2012Sendy.pdf)>. Acesso em: 21 ago 2020

MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia. O Inep no contexto das políticas do MEC (1950/1960). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 1, n. 1, p. 90-106, 2006

MENDONÇA, Edgar Susskind. Extensão Cultural dos Museus (Mimeo)

MISAN, Simona. Os Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo. In: **Anais do Museu Paulista.** Vol. 16, n. 02, 2008.

NO BRASIL, Mapa do Analfabetismo. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sd Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/485756](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/485756)>. Acesso em: 30 jul. 2020

PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2014. Disponível em: <<http://www.museudaeducacao.com.br/ctx-10/plano-museologico/>>. Acesso em: 17 ago 2020.

PÔRTO JR, Gilson. Anísio Teixeira e a universidade brasileira: a vida em um percurso. **Ciência, Inovação Tecnológica e Sociedade**, p. 44-56. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/25631>>. Acesso em: 22 out. 2020

POSSAMAI, Zita. **Olhares Cruzados: interfaces entre História, Educação e Museologia.** In: Revista Museologia & Interdisciplinaridade. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/FCl/UnB, v.3, n.6, 2014.

POSSAMAI, Zita Rosane. Exposição, coleção, museu escolar: ideias preliminares de um museu imaginado. **Educar em Revista**, v. 31, n. 58, p. 103-119, 2015.

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. 1999. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/3780>> Acesso em: 16 jun. 2020

QUEIROZ, Edvan Aquino de. Novo museu, velha museologia: uma análise museológica do memorial inacabado da Novacap (2005-2013). 2013. Disponível em: <<https://www.bdm.unb.br/handle/10483/6094>>. Acesso em: 28 jul. 2020

Recursos Educativos dos Museus Brasileiros. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, Rio de Janeiro: 1958b

ROTHEN, José Carlos; SGUISSARDI, Orientador Prof Dr Valdemar. Funcionário intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação. 2004. Disponível em: <[www.rothen.pro.br](http://www.rothen.pro.br)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SANTOS, Andrea Reis dos. As lições de coisas e a escola nova nos museus: a conexão entre os museus escolares e a educação. 2015. Disponível em: <[https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/11226/1/2015\\_AndreaReisdosSantos.pdf](https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/11226/1/2015_AndreaReisdosSantos.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2020

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A imaginação museal: apresentação. Mosaico, v. 2, n. 3, p. 101-105, 2010.

TEIXEIRA, Anísio, RAMOS, Jairo e CARDOSO, Fernando Henrique. Universidade de Brasília. Anhembi. São Paulo, v.11, n.128, jul. 1961. p.259-267.

TESSITORE, Viviane. Como implantar centros de documentação. Arquivo do Estado, 2003. Disponível em:<[http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf9.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf9.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2020

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. O fracasso da escola pública no discurso educacional brasileiro: INEP 1944–1964. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. 2008.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano orientador da Universidade de Brasília**. Editora Universidade de Brasília, 1962. Disponível em: <[http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=95:1979](http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=95:1979)>. Acesso em: 04 nov. 2020